

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES

LUCIANA CRUZ CARNEIRO

**EXPRESSÕES E SABERES QUILOMBOLAS: COMUNIDADE CÓRREGO DO
SOSSEGO, GUAÇUÍ/ES**

VITÓRIA
2021

LUCIANA CRUZ CARNEIRO

**EXPRESSÕES E SABERES QUILOMBOLAS: COMUNIDADE CÓRREGO DO
SOSSEGO, GUAÇUÍ/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração de Nexos entre Arte, Espaço e Pensamento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aissa Afonso Guimarães

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C955e Cruz Carneiro, Luciana, 1985-
Expressões e saberes quilombolas : comunidade Córrego do Sossego, Guaçuí /ES / Luciana Cruz Carneiro. - 2021.
129 f. : il.

Orientadora: Aissa Afonso Guimarães.
Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Estética Cultural. 2. Patrimônio afro-brasileiro. 3. Memória. 4. Território. 5. Guaçuí/ES. I. Afonso Guimarães, Aissa. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 7

LUCIANA CRUZ CARNEIRO

**EXPRESSÕES E SABERES QUILOMBOLAS: COMUNIDADE CÓRREGO DO
SOSSEGO, GUAÇUÍ/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração de Nexos entre Arte, Espaço e Pensamento.

Aprovada em 03 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Aissa Afonso Guimarães
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Gaspar Leal Paz
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho a minha mãe por ter acreditado em mim; e a toda a Família dos Eufrásios pelos saberes compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial meus pais, pelo apoio e por acreditarem em mim. Mãe, obrigada por não medir esforços para que eu chegasse até aqui! Pai (em memória), te agradeço pelos valores e confiança, os quais mesmo com sua ausência física estiveram sempre presentes na minha vida!

Agradeço à Família dos Eufrásios, sobretudo a família de dona Lena, por me receberem, por confiarem em mim e por compartilharem de suas vidas e de seus saberes.

À Kênia Resende Cardoso que, mesmo me conhecendo tão pouco, acreditou e mim e me apoiou no acesso e no diálogo com a comunidade Córrego do Sossego. Você foi fundamental para a construção deste trabalho.

Agradeço de forma muito especial a minha professora e orientadora, Aissa Afonso Guimarães. Obrigada pela paciência, pela caminhada e pelo companheirismo ao longo de todo meu percurso acadêmico, seus ensinamentos foram fundamentais na minha formação profissional e contribuíram muito para meu crescimento como pessoa. Agradeço a todos os professores que, ao longo da minha jornada acadêmica, estiveram presentes e compartilharam de seus saberes, principalmente àqueles que se tornaram referência para mim: professor Osvaldo Martins de Oliveira, sempre generoso em seus ensinamentos; professora Patrícia Rufino Andrade, pelas oportunidades de diálogos múltiplos dentro e fora da Universidade; ao professor Gaspar Leal Paz, pelo enriquecimento no ensino das artes; e Cesar Augusto A. Huapaya, pela supervisão e ensinamentos durante minha formação no Estágio Docência; não tenho dúvidas de que a educação mudou a minha vida.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelos investimentos em pesquisas na área da cultura para desenvolvimento social. A construção deste trabalho só está sendo possível graças ao recurso adquirido por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGA/UFES).

Aos meus amigos da turma 2019/1, que ao longo de nossas vivências me mantiveram, por meio de carinho e compreensão, sã e confiante; especialmente à Karolline de Oliveira Lourenço pelos longos períodos de conversa e apoio.

À Rosana de Miranda Henrique por me dedicar parte de seu tempo e amizade; e a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais, obrigada!

“Por que eu escrevo?
Porque eu preciso.
Porque minha voz,
em todos os seus dialetos,
foi silenciada por tempo demais.”

(Jacob Sam-La Rose, em tradução livre.
Kilomba, Grada. 2019, p. 27)

RESUMO

A presente dissertação é, sobretudo, um trabalho acerca dos sujeitos e suas diversas formas de saberes referentes à cultura afro-brasileira e quilombola, suas narrativas, riquezas e elementos simbólicos, que servem de base para o fortalecimento das identidades negras e que possuem um grande potencial de transformação, o qual enriquece, cria e recria condições de enfrentamento às desigualdades. O trabalho é construído a partir do grupo da Família dos Eufrásios, que deu origem à comunidade quilombola Córrego do Sossego, localizada no distrito de São Tiago no município de Guaçuí, região Sul do Espírito Santo. A pesquisa aborda principalmente a estética ritualística da principal festividade religiosa da comunidade, conhecida como “Festa do 13 de maio”, que segundo as narrativas acontece há mais de um século, relacionada de forma simbólica à data do dia 13 de maio de 1888, dia do registro da Lei Áurea. O trabalho buscou dialogar com outras questões do patrimônio cultural, presentes nos modos de vida e no saber fazer conectados à territorialidade e à memória do grupo. A pesquisa foi desenvolvida a partir do trabalho de campo e estudos bibliográficos com base nas narrativas orais deste grupo, numa tentativa de difusão e valorização da memória, tendo como referência autores que abordam a temática do patrimônio cultural, da estética cultural, da memória e das questões dos territórios quilombolas. Por fim, a pesquisa ressalta a importância de políticas públicas que atendam às demandas deste grupo, garantindo-lhe melhores condições de sobrevivência e permanência em seu território, assegurando meios de valorização e visibilidade de suas tradições culturais, como reparo aos anos de tentativas de apagamento dessas memórias; além do reconhecimento e da importância destes saberes tradicionais na construção, sobretudo, de valores sociais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estética Cultural. Patrimônio afro-brasileiro. Memória. Território. Guaçuí/ES.

RESUMEN

Esta disertación es, ante todo, un trabajo sobre los sujetos y sus diferentes formas de conocimiento sobre la cultura afrobrasileña y quilombola; sobre sus narrativas, riquezas y elementos simbólicos que sirven de base para el fortalecimiento de las identidades negras y que tienen un gran potencial de transformación que enriquece, crea y recrea las condiciones para enfrentar las desigualdades.

La obra se contruye a partir del grupo de la Familia de Eufrásios, que dio origen a la comunidad quilombola Córrego do Sossego, ubicada en el distrito de São Tiago en el Municipio de Guaçuí, en la región sur de Espírito Santo. La investigación aborda principalmente la estética ritualista de la principal festividad religiosa de la comunidad conocida como la “Fiesta del 13 de mayo”, que según los relatos se desarrolla desde hace más de un siglo, y se relaciona simbólicamente con la fecha del 13 de mayo de 1888, día del registro de la Ley Áurea. El trabajo buscó dialogar con otros temas con el patrimonio cultural, presentes en las formas de vida y el saber hacer conectado con la territorialidad y la memoria grupal.

La investigación se desarrolló a partir de trabajos de campo y estudios bibliográficos basados en las narrativas orales de este grupo, en un intento de difundir y potenciar la memoria, teniendo como referencia autores que abordan el tema patrimonio cultural; estética cultural; memoria y cuestiones de territorios quilombolas.

Finalmente, la investigación destaca la importancia de políticas públicas que atiendan las demandas de este colectivo, asegurando las mejores condiciones de supervivencia y permanencia de su territorio, asegurando medios de valorización y visibilidad de sus tradiciones culturales como años reparados de intentos de extinción; reconociendo también la importancia de este conocimiento tradicional en la construcción, sobre todo, de valores sociales en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Estética Cultural. Patrimonio Afrobrasileño. Memória. Territorio. Guaçuí/ES.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Marciano de Oliveira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.	25
Fotografia 2 – Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	42
Fotografia 3 – Vista lateral dos fundos e parte superior da Casa de Oração Nossa Senhora da Guia, Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	43
Fotografia 4 – Altar, Casa de Oração Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	44
Fotografia 5 – Bandeira ofertada a São Sebastião e a entidades. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	46
Fotografia 6 – Bandeira dedicada ao espírito da Princesa Isabel e de Eufrazia Cristina. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	47
Fotografia 7– Interior da Casa de Oração Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	48
Fotografia 8 – Procissão das jornadas. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	49
Fotografia 9 – Percurso da procissão, Festa 13 de Maio. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	51
Fotografia 10 – Os cinco cruzeiros: 1º Cruzeiros das Almas, 2º Cruzeiro de São Sebastião, 3º Cruzeiro de São Jorge, 4º Cruzeiro de Santa Terezinha e 5º Cruzeiro de Vovô Benedito. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	53
Fotografia 11 – Cruzeiro vovô Benedito. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	54
Fotografia 12 – Chegada Jornada. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	56
Fotografia 13 – Saída da procissão com a imagem de Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	57
Fotografia 14 – Bate-Flecha, festa de Certificação. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2018.	58
Fotografia 15 – Apresentação do Bate-Flecha em noite de certificação. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2018.	60
Fotografia 16 – Instrumento de sopro utilizado pela banda Lira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	62
Fotografia 17 – Maria Helena Barbosa Oliveira. Córrego do Sossego. Guaçuí, 2021.	66

Fotografia 18 – Farinha de Mandioca produzida pela Família dos Eufrásios. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.....	67
Fotografia 19 – Construção do Moinho de fubá. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.	72
Fotografia 20 – Natureza-morta com Mandioca (1640) a esquerda. A direita Mulher Africana, Brasil 1641. óleo sobre tela. Albert Eckhout. 267.00 cm x 178.00 cm.....	76
Fotografia 21 – Produção de Fubá. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.....	78
Fotografia 22 – Grupo de visitante. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.	79
Fotografia 23 – Refeição da Sexta-feira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.....	82
Fotografia 24 – Vivências entre as gerações, com avó José Luiz Barbosa (à esquerda), e seu neto Antônio José Barbosa Silva (à direita). Guaçuí, 2021	88
Fotografia 25 – Festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida e aos dias das crianças. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.....	97
Fotografia 26 – Parte da Família dos Eufrásios e crianças da comunidade em comemoração ao Dia das Crianças e a Nossa Senhora Aparecida. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.....	98

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Cartaz da festa do 13 de maio da comunidade quilombola de Monte Alegre, 2019, Cachoeiro de Itapemirim35
- Figura 2 – Vista do distrito de São Tiago com a localização da comunidade Córrego do Sossego.40
- Figura 3 – Vista da comunidade e dos principais pontos da procissão.52

LISTA DE SIGLAS

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CAR – Centro de Artes
CEN – Conselho Nacional de Educação
CEB – Câmara de Educação Básica
CEQ – Coordenação das Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo
'Zacimba Gaba'
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas
CRQs – Comunidades Remanescentes de Quilombos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FCP – Fundação Cultural Palmares
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNCULTURA – Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo
INCAPER – Assistência Técnica e Extensão Rural
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC – Ministério da Educação
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Artes
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
ProEXT – Programa de Apoio a Extensão universitária
SECULT – Secretaria de Estado da Cultura
SEME – Secretaria Municipal de Educação
SESu – Secretaria de Educação Superior
SPU – Secretaria do patrimônio da União
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DIMENSÃO ESTÉTICA DA FESTA DO 13 DE MAIO: COMUNIDADE CÓRREGO DO SOSSEGO	22
2.1	A ORIGEM DA COMUNIDADE	23
2.2	13 DE MAIO: RESSIGNIFICAÇÃO E REEXISTÊNCIA	31
2.3	DIMENSÃO ESTÉTICA DA FESTA DO 13 DE MAIO	39
2.4	TEMPO DA FESTA E LUGARES DE MEMÓRIA	50
2.4.1	Bate-Flecha e banda lira	58
3	MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE: JORNADA DOS SABERES	64
3.1	O sistema alimentar como bem cultural	67
3.1.1	O uso social e simbólico dos alimentos	73
3.1.2	Sexta-Feira Santa	80
3.1.3	Das funções de homens e mulheres	83
4	OS DESAFIOS NA TRANSMISSÃO CULTURAL ENTRE AS GERAÇÕES	86
4.1	O ACESSO A TERRAS	92
4.1.1	Juventude quilombola e a transmissão dos saberes	96
4.1.2	Educação Escolar Quilombola: combate às desigualdades	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – Árvore Genealógica 1º a 4ª geração Família dos Eufrásios.	1166
	APÊNDICE B – Árvore Genealógica a partir de Maria Helena de Oliveira Barbosa	1177
	APÊNDICE C – Árvore Genealógica a partir de Maria Helena de Oliveira Barbosa	1188
	APÊNDICE D – Árvore Genealógica Completa	119
	ANEXO A – Reportagem 2017	120
	ANEXO B – Reportagem 2018	121
	Anexo C – Reportagem 2019	122
	Anexo D – Reportagem 2019	123
	ANEXO E – Reportagem 2021	124
	Anexo F – Reportagem 2021	125

Anexo G – Tabela de Comunidades Certificadas 2021.....	126
Anexo H – Detalhe da tabela em destaque, quadro geral de certificações por região.	127
ANEXO I – Certidão de Autodefinição de remanescente de quilombo comunidade Córrego do Sossego.....	128
ANEXO J – Fotografia do recebimento da 1ª dose da vacina contra coronavírus. Córrego do Sossego 23/04/2021.....	129

1 INTRODUÇÃO

Comunidades tradicionais afro-brasileiras e comunidades quilombolas são fontes inesgotáveis de saberes. Suas linguagens e elementos simbólicos constituem culturas ricas em conhecimentos construídos por meio de rituais religiosos, modos de fazer e viver, que vêm sendo transmitidos por gerações. Os sujeitos transmissores desses saberes são importantes para a valorização da identidade coletiva, que está em constante transformação, e possuem um grande potencial social que enriquece, cria e recria condições de enfrentamento a diversas desigualdades.

Seus saberes e suas “expressões culturais”, entendidos como diversas formas de expressar os elementos e símbolos de uma cultura (UNESCO, 2007, p. 6), são considerados bens culturais e possuem um papel central no desenvolvimento cultural, social e econômico do grupo, tornando-se fundamental o reconhecimento de seu valor na formação da sociedade brasileira.

No Brasil, mesmo após o registro oficial da Abolição da Escravatura em 1888, as populações negras continuam sendo vistas apenas como povos escravizados, como se não houvesse histórias ou memórias, antes ou depois, deste processo. A inferiorização da raça, praticada por meio do racismo e de perseguições e intolerância religiosa, faz parte dos inúmeros desafios vividos por estas populações, o que torna urgentes os estudos e debates acerca das questões étnico-raciais e de políticas públicas voltadas à manutenção dessas culturas.

Nesta perspectiva, este trabalho está voltado para os estudos das culturas afro-brasileiras, especificamente quilombolas, em busca da valorização de suas expressões culturais, que são difusores de conhecimentos e que se utilizam de representações simbólicas como a dança, canto, religião, rituais, entre outros modos de viver e de se fazer tradicionais que reafirmam e determinam a identidade de um grupo.

O interesse pela temática surgiu em meio aos estudos dos bens culturais tradicionais de origem afro-brasileira, iniciados por mim, ainda durante a graduação, no Programa de Extensão “Jongos e Caxambus: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-

brasileiro no ES”¹, no qual atuei como aluna bolsista entre os anos de 2016 e 2017, permanecendo como colaboradora do Programa até o presente. Essa participação gerou uma pesquisa que resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Relações e Mobilizações dos Grupos de Jongos e Caxambus do Espírito Santo”, para obtenção do título de bacharela em Artes Plásticas do Centro de Artes (CAR) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), defendido e aprovado em dezembro de 2017.

Mais adiante, em junho de 2018, em meio a um trabalho de campo com os grupos de jongos e caxambus na região Sul do Estado, fomos convidados por integrantes do grupo Caxambu do Horizonte a participar da festa de recebimento do certificado de autodeclaração de comunidade quilombola do Córrego do Sossego. Este dia foi marcado não só pelo significado da certificação, mas pela apresentação de práticas e saberes do grupo, que demarcam a identidade quilombola da comunidade.

A certificação trata-se do reconhecimento por meio da autodeclaração de comunidade remanescente de quilombo, e deveria garantir à comunidade acesso a políticas públicas e assistência técnica e jurídica por intermédio da Fundação Cultural Palmares (FCP)², e a políticas públicas do Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2020) em casos de conflitos e licenciamento ambiental. Este é o primeiro passo em busca da titulação das terras em que vivem e mantêm suas práticas culturais.

Ainda no ano de 2018 integrei um novo projeto, o “Africanidades Transatlânticas: culturas, histórias e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”³, do qual fiz

¹ O Programa “Jongos e Caxambus: memórias de mestres e patrimônio cultural afro-brasileiro” é um Programa de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (PROEX/UFES), coordenado pela professora Aissa Afonso Guimarães (CAR/DTAM/PPGA), em colaboração com os professores Osvaldo Martins de Oliveira e Patrícia Gomes Rufino Andrade, desenvolvido entre os anos de 2016/17, sob fomento PROEXT MEC/SEsu, com objetivo de produzir conhecimento nos campos artístico, antropológico e educacional sobre comunidades afro-brasileiras, com análises a respeito da relação entre cultura, estética, memória, educação e transmissão cultural.

² A Fundação Cultural Palmares (UFC) é uma entidade vinculada ao Ministério da Cidadania, criada desde em 1988 sob a missão de promover e preservar valores culturais e históricos de origem afro-brasileira que contribuem para a formação da sociedade brasileira. Em 2003, a partir do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, a FCP atribuiu a missão de emitir a certidão às comunidades quilombolas e realizar um cadastro geral dessas comunidades. Para Mais informações acesse: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95.

³ O Projeto “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”, coordenado pelo professor e antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira, é uma parceria entre a UFES, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). O Projeto de pesquisa ocorreu entre os anos de 2018 e 2020, e teve por objetivo analisar a trajetória cultural dos mestres e detentores culturais da prática do Ticumbi, Jongo e Congo no ES, assim como a trajetória de vida, educação, saúde e trabalho.

parte como pesquisadora técnica no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2020, contribuindo com os estudos da prática cultural do Baile de Congos de São Benedito do Bongado, o Ticumbi. O projeto permitiu um aprofundamento nos estudos acerca da memória e das tradições quilombolas.

Há mais de uma década, pesquisadores da UFES, em parceria com instituições públicas como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria de Estado da Cultura do ES (SECULT), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e secretarias de educação e cultura municipais de várias cidades entre sul e norte do estado, desenvolvem pesquisas e acompanham por intermédio de registros e análises diversos grupos tradicionais da cultura afro-brasileira, estabelecendo uma troca de saberes entre os detentores dessas práticas e a academia.

Essa troca possibilitou amadurecimento nos estudos acerca dos processos de continuidade dessas culturas, na organização dos grupos e na construção de políticas públicas que atendam às demandas sociais das comunidades, colaborando não só na estruturação de uma relação destes com os docentes e discentes, mas também na formação e construção de material bibliográfico, cultural e artístico.

Dessa forma, motivada pelos estudos afro-brasileiros, escolhi a comunidade quilombola Córrego do Sossego para realizar o registro e a análise reflexiva dos elementos presentes nas expressões e saberes tradicionais; tendo como pressuposto a pesquisa da existência de dimensão estética e cultural presentes na principal festa da comunidade, a Festa do 13 de maio, a qual reúne os principais elementos simbólicos da cultura do lugar, que são transmitidos por gerações pela Família dos Eufrásios, como ação de afirmação simbólica de seus ritos e mitos.

A Festa do 13 de maio compreende diversas linguagens que refletem a forma como esse grupo se organiza e se relaciona, e foi analisado a partir do conceito de rito como ação e como forma de afirmação social, conforme estudos do filósofo e antropólogo Edmund Leach (2014).

Compreender a importância e promover visibilidade às culturas afro-brasileiras, mais que uma reparação pelos séculos de abusos e danos causados pelo período de escravidão, é uma forma de combater os desafios enfrentados por elas neste país. Esta pesquisa procurou realizar o registro da continuidade dessas tradições, mantidas

principalmente por meio da memória, elemento frequentemente usado para reafirmação de identidade, alimentada nas práticas culturais transmitidas por lideranças e mestres de comunidades tradicionais.

Após escolha do tema, a pesquisa teve início no ano de 2019 com as investigações necessárias para entender o processo de formação cultural desta comunidade, como seus ritos, mitos e modo de organização de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa que buscou identificar em estudos bibliográficos, fontes teóricas em livros, artigos, revistas, sites etc. e em trabalho de campo levantamentos fundamentais sobre suas origens históricas e seus procedimentos investigativos.

O trabalho de campo foi feito com base na história oral do grupo familiar da Família dos Eufrásios, realizado principalmente no ano de 2019, por meio de visitas e acompanhamento da Festa do 13 de maio, além do mapeamento dos lugares de memória; entrevistas gravadas, capturas de imagens fotográficas, entre outros registros com membros do grupo. Esta etapa contou com a participação de Marciano de Oliveira, patriarca da família e neto daqueles que deram origem à comunidade; de Maria Helena de Oliveira Barbosa, filha de Marciano e uma grande liderança na comunidade; de Magna Aparecida de Oliveira Barbosa, filha de Maria Helena, atuante em todas as atividades do grupo; e de Marciano de Oliveira Barbosa, filho mais velho de Maria Helena e presidente da Associação Rural da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego. O trabalho de campo ainda contou com o auxílio da técnica em agropecuária da Secretaria Municipal de Agricultura de Guaçuí, Kênia Resende Cardoso, que auxiliou no diálogo e viabilizou meios de acesso à comunidade⁴.

Em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, houve a interrupção da forma presencial do trabalho de campo, e as pesquisas documentais previstas foram suspensas para serem realizadas no decorrer deste ano em arquivos públicos. A partir disso, foram criadas formas de abordagem e levantamento de dados por meio eletrônico do telefone celular, sobretudo, via aplicativo WhatsApp. Este novo formato tornou evidente a participação e contribuição dos mais jovens do grupo, como Gabriel

⁴ Conheci Kênia Resende Cardoso (técnica em agropecuária) durante as comemorações de 2018 da certificação da comunidade Córrego do Sossego. Após este encontro, fomos aproximadas por intermédio da minha orientadora Aissa Afonso Guimarães, que havia mantido um contato mais próximo. Desde então, Kênia, que já vinha trabalhando com a comunidade por conta das demandas da secretaria e da certificação, processo no qual atua de forma direta, me orientou e auxiliou no contato e na abordagem com o grupo, e por vezes também disponibilizou meios de transporte de acesso à comunidade, uma vez que há poucos meios de transporte público.

Oliveira Barbosa, Gislaine Barbosa da Silva e, acima de tudo, de Magna Aparecida Barbosa de Oliveira, que passou a conduzir entrevistas organizadas previamente por mim e a enviar registros fotográficos do dia a dia do grupo. Deste modo, conforme fomos nos adaptando ao novo cenário, foi possível dar continuidade, de forma ainda que limitada, ao trabalho de campo.

Em 2021, foram retomadas as buscas por registros documentais em cartórios regionais via telefone e e-mail, contudo não houve a localização dos referidos documentos citados pelo grupo em levantamento prévio. Com a chegada da vacina na comunidade e em todo país, realizei uma nova visita ao local para obtenção de novos dados, ainda assim o telefone, pelo aplicativo WhatsApp, permaneceu sendo o principal meio de acesso à comunidade. Ressalto que a visita ao local, pós-vacina, foi feita obedecendo todas as normas de segurança estipuladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Após os devidos levantamentos, para análise dos dados busquei apoiar-me nas pesquisas de autores com referências que abarcam os estudos de memória e lugares de memória, como Paul Thompson (1993), Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1989,1992). Para compreensão dos elementos e símbolos presentes na Festa do 13 de maio, que juntos constroem essa dimensão estética, trouxe referência do antropólogo Clifford Geertz (2008), que discute a questão da estética cultural em grupos tradicionais. Quanto à história das populações negras no Brasil e as festa celebradas neste dia 13 de maio, dialogaremos com autores que discutem as questões históricas relativas ao período escravista e ao pós-abolição no país, como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2004), José Murilo de Carvalho (2005), Cleber Maciel (2016), Osvaldo Martins de Oliveira (2006), Maria Stella Novaes (2010) e Marcos Cândido Mendonça (2020).

Para abordagens sobre os bens culturais, foram usados como referência os textos de José Reginaldo Santos Gonçalves (2000, 2002, 2005), Fonseca (2006) e Regina Abreu (2009). No sentido de compreender as noções de território, adotei Ilka Boaventura Leite (2000), Alfredo Wagner Almeida (2008), Maria de Lourdes Bandeira (1991), Kabengele Munanga (2004, 2012) e Osvaldo Martins de Oliveira (2006). Sobre a cultura tradicional afro-brasileira no Espírito Santo, dialogo com pesquisadores atuantes no estado, com Aissa Afonso Guimarães (2017), Patrícia Gomes Rufino Andrade (2010) e Diogo Bonadiman Goltara (2014, 2017).

Na organização dos dados desta pesquisa, optei por dividir esta dissertação em três capítulos. No primeiro, faço uma pesquisa sobre a origem da comunidade, trazendo um panorama do período escravista na região de São Miguel do Veado, atual município de Guaçuí; seguido de uma análise da ressignificação da importância do dia 13 de maio para as comunidades tradicionais afro-brasileiras e remanescentes de quilombo, com destaque para suas festas. Após, sigo com uma pesquisa da dimensão estética presente nos elementos simbólicos, que constituem a Festa do 13 de maio, dentro da perspectiva do patrimônio cultural.

O segundo capítulo traz as relações coletivas estabelecidas pelas vivências do grupo que permitem a transmissão dos saberes e da memória, relacionadas ao território. As relações, formas de organização e modos de fazer são analisados a partir de um sistema agrícola tradicional que incluem a escolha, o cultivo, as formas de fazer e servir os alimentos, que constroem e reconstroem novos lugares afetivos, de ritos e celebrações, como a Sexta-Feira da Paixão. O capítulo traz também o perfil e as funções de homens e mulheres no trabalho da lavoura e no espaço das residências.

O terceiro e último capítulo discute os desafios enfrentados na transmissão cultural entre as novas gerações e criação de políticas públicas na atualidade como o reconhecimento e valorização de mestres e líderes detentores da cultura; a titulação de terras de comunidades quilombolas; e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

CAPÍTULO I

2 DIMENSÃO ESTÉTICA DA FESTA DO 13 DE MAIO: COMUNIDADE CÓRREGO DO SOSSEGO

Os rituais⁵ religiosos de matriz africana são constituídos por diversos elementos simbólicos e representativos que estão atrelados aos modos de vida e transmissão dos saberes tradicionais⁶ de um determinado grupo ou sociedade. Embora possam ser encontrados alguns traços comuns em suas festas e celebrações, cada ação, ou elemento que os compõem, possui características próprias que os tornam únicos e os enriquece.

Um desses rituais ocorre na comunidade quilombola Córrego do Sossego, localizada na cidade de Guaçuí, estado do Espírito Santo; e é conhecido como Festa do 13 de maio⁷ pelo grupo que a pratica, a Família dos Eufrásios⁸. De acordo com análises feitas a partir do trabalho de campo desenvolvido e das narrativas deste grupo familiar, observou-se que a Festa é uma resignificação das comemorações que tiveram início com a assinatura da Lei Áurea nº 3.353⁹, de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil. A lei foi assinada pela Monarquia, representada pela então regente do trono no Brasil, a Princesa Isabel.

Tais comemorações deram lugar à Festa que hoje pode ser analisada como a maior expressão cultural do grupo, que atravessa gerações e vem reunindo centenas de pessoas em uma celebração religiosa de origem espírita, que conectam formas,

⁵ O ritual é caracterizado por Leach (2014, p. 74) como “fatos sociais” que ocorrem por meio de cerimônias, cultos, festas ou celebrações religiosas, que servem de afirmação simbólica e que são capazes de tornar explícita a estrutura social de um grupo. Essa abordagem ajuda-nos a compreender a estrutura organizacional do grupo em questão e os elementos simbólicos nele presente. Contudo, ao decorrer das análises dos dados empíricos, para melhor compreensão do texto pelos detentores presentes nesta pesquisa, utilizei do termo referido por eles, “Festa”, ao invés de ritual utilizado pelo autor.

⁶ Os saberes tradicionais são um conjunto de conhecimentos, modos de fazer, criar e saber, que são transmitidos oralmente por meio de sujeitos de um grupo, entre várias gerações (ALMEIDA, 2008).

⁷ Irei me referir à Festa do 13 de maio como a Festa, no decorrer do texto.

⁸ São considerados pertencentes da Família dos Eufrásios todos os descendentes de Américo Isaque Correia e Eufrásia Maria Cristina, que vivem na comunidade Córrego do Sossego ou nas proximidades e que contribuem com a perpetuação do legado cultural da família. O termo foi escolhido para representá-los neste texto por ser utilizado pelo grupo como representação simbólica de identificação em seus produtos, como poderá ser visto no terceiro capítulo deste trabalho.

⁹ Com apenas 2 artigos, a Lei Áurea foi publicada em 13 de maio de 1888, pela então Princesa Imperial Regente. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385454/Lei%20%c3%-81urea.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2020.

saberes e fazeres, formando um elo identitário do grupo e o território¹⁰ em que vivem, como veremos nos tópicos a seguir.

A Festa, para além dos saberes que a circundam, apresenta um conteúdo simbólico que, por vezes, se materializa e é testemunha da história da comunidade. O antropólogo Clifford Geertz (2008) faz uma análise dessas formas e elementos simbólicos como composição de um sistema semiótico, destacando o poder desses elementos representados através das cores, danças, cantos, entre outras manifestações, que envolvem rituais festivos, os quais o autor determina como ações sensíveis, como a forma com a qual estes grupos se organizam e se relacionam, reconhecendo conter nestes casos um apelo estético.

Nessa perspectiva, este capítulo procurou investigar quais são os elementos simbólicos constituintes no ritual festivo do dia 13 de maio no Córrego do Sossego, que produzem essa dimensão estética. Para tal pesquisa e análise, foram feitos breves estudos sobre a origem da comunidade a partir da oralidade do grupo étnico¹¹ da Família dos Eufrásios, que mantém a tradição festiva, e, por conseguinte, uma análise da importância da data para a memória da comunidade e de sua ressignificação ao longo dos tempos.

2.1 A ORIGEM DA COMUNIDADE

A comunidade Córrego do Sossego fica próxima à Rodovia Coronel Leôncio Vieira, ES-185, Km 20, no distrito de São Tiago – Guaçuí, região do Caparaó¹², sudoeste do Espírito Santo. Ela é composta atualmente por 21 famílias¹³ que se autodeclaram

¹⁰ Para afins de análises, utilizarei neste primeiro capítulo a concepção de território como terras ocupadas como referência para a construção identitária, utilizadas para garantir a reprodução física, social, econômica e cultural; conforme critérios utilizados para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de terras quilombolas redigidos no Decreto nº 4.877/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso: 20 jan. 2020.

¹¹ Entendo aqui grupos étnicos como aqueles que se identificam por meio do compartilhamento de uma determinada genealogia, cultura e/ou ancestralidade, como compreendido por Frederick Barth em “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras” (1997).

¹² Região do Caparaó é formada por onze municípios que ficam no entorno do Parque Nacional do Caparaó. A região tem parte da Serra do Mar e da Mantiqueira, o Pico da Bandeira, terceiro mais alto do Brasil, e o Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça. O Parque Nacional e seu entorno encantam por suas belezas naturais, bucolismo, misticismo, gastronomia, cultura e história. Municípios: Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Iúna, Irupí, Muniz Freire e São José do Calçado. Mapa disponível em: <https://geobases.es.gov.br/mapas-municipios-es>. Acesso em: 20 jan. 2020.

¹³ Não foi possível o levantamento de dados do número de pessoas que residem na comunidade, devido à interrupção do trabalho de campo ocasionado pela pandemia da Covid-19.

quilombolas, sendo que cerca de 50% têm relação de parentesco com os escravizados que herdaram as terras.

De acordo com as narrativas locais, no período escravista, essas terras pertenceram a um fazendeiro¹⁴, que mantinha como principal atividade agrícola a cultura do plantio do café. Devido à luta dos negros contra o trabalho escravo e à crescente repercussão do movimento abolicionista, este senhor dono das terras, que fora casado, porém sem filhos, ao avançar a idade e sem ter como dar continuidade às atividades da lavoura, alforriou e doou cerca de 3 alqueires de terras para 2 de seus cativos, Américo Isaque Correia e Eufrásia Maria Cristina, próximo ao final do séc. XIX. Estes, por sua vez, constituíram família¹⁵ e tornaram-se o tronco familiar que deu origem à comunidade, como contam as narrativas de Marciano de Oliveira de 76 anos, neto dos cativos e o patriarca da família: “Que essa pessoa que tinha aqui, é... diz que era o Senhor que meu avô mais minha avó era escravo dele, e ele não tinha nenhum filho, aí diz que ele aduô essa propriedade tudo pro meus avô, quando eles ficaram velho” (OLIVEIRA, Marciano. Entrevista 2018).

Marciano de Oliveira, que aparece no quintal de sua casa na Fotografia 1, é um dos quatro filhos “legítimos”¹⁶ de Sebastião Eufrásio de Oliveira (um dos filhos de Américo Isaque Correia e Eufrásia Maria Cristina) e de Margarida Dias Lima¹⁷, ambos falecidos. Ele é casado com Maria Aparecida Oliveira com quem possui 5 filhos, sendo 2 homens, José Miguel de Oliveira (falecido) e Daniel de Oliveira, de 46 anos; e 3 mulheres, sendo Lucia Helena de Oliveira (falecida), Maria Helena de Oliveira com 55 anos e Cleonice de Oliveira com 52 anos; bem como diversos netos e bisnetos que residem na comunidade.

¹⁴ Até o momento das investigações, o nome do então proprietário da fazenda não foi encontrado. A família não está de posse dos documentos originais de doação, e com as restrições e isolamento social a busca pela documentação original ficou comprometida. Foram feitas buscas através de contato telefônico e por e-mail nos cartórios de registro civil e de imóveis de Alegre, Guaçuí e São Tiago.

¹⁵ Não se sabe ao certo a quantidade de filhos que Américo Isaque Correia e Eufrásia Maria Cristina tiveram. Até o momento sabe-se a partir das narrativas da família da existência de três, que são: Sebastião Eufrásio de Oliveira, Maria Eusébia e Margarida Eufrásio de Oliveira.

¹⁶ Expressão utilizada pelo entrevistado para se referir aos filhos gerados apenas entre a união de seus pais.

¹⁷ De acordo com as memórias de Marciano de Oliveira e familiares, Sebastião Eufrásio de Oliveira, seu pai, teria falecido aos 99 anos, há cerca de 38 anos (1983); e sua mãe Margarida Dias Lima teria falecido aos 90 anos, há cerca de 19 anos (2002). Não se sabe ao certo a data de seus nascimentos.

Fotografia 1 – Marciano de Oliveira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Suas narrativas corroboram os registros de doação de terras e a emancipação de cativos em São Miguel do Veado, região hoje denominada Guaçuí¹⁸, noticiadas tempos antes da assinatura da Lei Áurea, tendo esse tipo de publicação se intensificado nos meses que a antecederam.

As doações de terra não se tratava apenas de atos de bondade, de acordo com Mendonça (2020), visto que com a inevitável chegada do fim da prática do escravismo no Brasil, receosos de ficarem sem mão de obra e a fim de evitar o abandono das terras, muitos fazendeiros alforriaram seus cativos. Segundo o autor, um jornal da

¹⁸ De acordo com Teodoro (2014, p. 25), o município de Guaçuí passou por algumas denominações e mudanças em sua formação administrativa até a formação atual. No início de sua colonização, a região que também abrangia os territórios hoje de Dores do Rio Preto e Divino São Lourenço era conhecida como Bom Jesus do Livramento, estando essa área ligada à Vila de Cachoeiro de Itapemirim. Com o crescimento ao decorrer dos anos, a região foi ganhando autonomia e novas formações administrativas, passando entre as décadas de 1860 e 1880 a distrito de São Miguel do Veado, ligado a Alegre. No ano de 1928 o distrito foi elevado à Vila e, em seguida, a município de São Miguel do Veado, desmembrando-se de Alegre. Em 1931, houve alteração no nome do município de São Miguel do Veado para Siqueira Campos, contudo, 12 anos após essa alteração, em 1943, o decreto Estadual nº 15.177 altera novamente o nome, agora de forma definitiva, denominando-o município de Guaçuí. Um dos motivos desta última alteração estaria ligado ao uso pejorativo da palavra Veado.

região Sul do Espírito Santo, com intuito de incentivar essa prática, noticiava as libertações, como a publicada em 15 de abril de 1888:

Na Freguesia do Veado [Guaçuí], o importante e adiantado fazendeiro Sr. Francisco Ourique de Aguiar, no dia 4 do corrente, declarou libertos sem condição alguma a todos os seus escravos em número muito superior a cem (100) tendo anteriormente conferido muitas cartas e liberdade a outros seus escravizados que não fazem parte deste grupo.

É digno de todo o louvor este procedimento do Sr. Francisco Ourique. Constanos também que todos os possuidores de escravos daquela Freguesia do Veado estão procedendo do mesmo modo.

(MENDONÇA apud O CACHOIRENSE, 2020, p. 58).

Um outro motivo para libertação dos escravizados foi apontado pelo antropólogo Osvaldo Martins de Oliveira (2016b). De acordo com o autor, a alforria de negros escravizados também foi incentivada pelos Fundos de Emancipação, criado por abolicionistas por meio de arrecadação pública para o pagamento das Cartas de Alforria. Essa condição fez com que muitos senhores, temendo possíveis prejuízos, libertassem, ou fizessem acordos com seus escravizados, dando origem a novas relações trabalhistas, quase sempre injustas.

Mas as leis quase nunca são obedecidas pelos poderosos.... Além, do que, muitos senhores, quando perceberam que iam ficar sem seus escravos, tentavam burlar as leis e até tirar alguma vantagem delas. Eles, por exemplo, vendiam a liberdade, recebiam o pagamento equivalente, mas na Carta de Liberdade colocavam cláusulas contratuais restritivas à liberdade, como estabelecer que o ex-escravo devia “servi-lo” até sua morte, cuidar de seu gado, da plantação ou das colheitas de sua produção etc. (OLIVEIRA, 2016b, p. 110)

O autor ainda ressalta que, mesmo após assinatura da Lei Áurea, muitos negros ainda permaneceram em trabalho escravo por conta da não obediência das leis pelos “poderosos”, e muitos dos que foram libertos e que não aceitavam este tipo de acordo ficaram sem trabalho ou moradia. Isso se deu pelo fato de não terem sido criadas condições de inclusão social para essa população, que permaneceu sendo marginalizada e invisibilizada pelo poder público.

Em São Miguel do Veado (atual Guaçuí), também ocorreram novos tipos de relação trabalhista com o fim da escravidão. De acordo com o professor Miguel Aparecido Teodoro (2014, p. 69), um registro datado de 1887 afirma que Luiz Francisco de Aguiar ofereceu a liberdade a 60 de seus escravos, prometendo dar a cada um, que optasse por ficar em sua fazenda Pataca, como meeiros, 1 alqueire de terra. Nessa região, o período escravista teve duração de cerca de meio século e teria tido início, ainda de

acordo com o autor, com a segunda leva de bandeirantes¹⁹ enviados à expedição em 1838, para incrementar o povoamento da região. A expedição ficou conhecida como Bandeira Paulista e em sua composição estavam 10 famílias, entre as quais havia paulistas, mineiros e um português: Alferes Luiz Francisco de Carvalho, seu irmão Manoel Francisco de Carvalho, Antônio Ouriques de Aguiar, Manoel Domingos Viana, João Damasceno Barbosa, Joaquim Gomes de Azevedo, Domingos Gonçalves Ataíde, Silvestre Joaquim Rosa e guarda-mor Joaquim Lobato.

Teodoro (2014, p. 67-68) afirma que o comandante da expedição Bandeira Paulista, o Alferes Luiz Francisco de Carvalho, trouxe consigo certa quantidade de negros escravizados da região de Bananal - SP, sua terra de origem, os quais o autor afirma serem os primeiros negros escravizados da região. Além dele, seu conterrâneo Manoel de Aguiar Vallim²⁰ dono da conhecida Fazenda Resgate²¹ é também apontado por alimentar a mão de obra escrava na região. Esses negros escravizados seriam de acordo com ele malês, sudaneses muçulmanos²².

A respeito de negros que podem ter chegado ao Espírito Santo, o professor Cleber Maciel afirma haver uma grande dificuldade em apontar de forma absoluta acerca das

¹⁹ Os Bandeirantes surgiram no séc. XVI e foram responsáveis por povoar grande parte do território brasileiro fora do litoral. Nesta busca por novos territórios, incluiu-se a procura por metais preciosos e de indígenas para serem escravizados, servindo assim de mão de obra. As conquistas territoriais dos Bandeirantes foram extremamente violentas, responsáveis por dizimarem muitos dos povos indígenas, como o primeiro grupo de Bandeiras comandado por Manuel José Esteves de Lima em 1820. De acordo com Teodoro (2014), o grupo foi enviado ao atual território do município de Guaçuí, com a missão de abrir novos caminhos, além de exterminar, expulsar e aprisionar os indígenas Purís que viviam na região, tornando-os escravizados.

²⁰ De acordo com Cardoso (apud FARIA; FRAGOSO; RIOS, 2020, p. 45), Manoel de Aguiar Vallim (1806-1878) foi um dos maiores cafeicultores de sua época. Com uma fortuna estimada, na ocasião de sua morte, em torno de 2:847:169\$362 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete conto, cento e sessenta e nove mil e trezentos e sessenta e dois réis), cerca de R\$ 350.200,787,40 (Trezentos e cinquenta milhões, duzentos mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos), somada a 710 alqueires de terra das fazendas Resgate, Bocaina, Três Barras e Independência, com 1.213.700 pés de café, 655 escravos, e mais apólices da dívida pública, um palacete, casas e um teatro, na cidade de Bananal.

²¹ A Fazenda Resgate, localizada em Bananal, São Paulo, é hoje reconhecida como patrimônio cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <https://www.fazendaresgate.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

²² Os africanos escravizados trazidos para o Brasil durante o período escravista, conhecidos como Malês por sua origem religiosa ligada ao Islamismo, são de acordo a professora do curso de Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie Lidice Meyer Pinto Ribeiro (2011), oriundos do tráfico negreiro do século XVIII. A professora afirma que esses negros escravizados eram em sua maioria homens, considerados “culturalmente desenvolvidos” por saberem ler e escrever, foram feitos prisioneiros de guerra. Eles teriam sido trazidos primeiramente para a Bahia e após a Revolta de 1835 os que foram capturados teriam sido devolvidos aos seus Senhores e, posteriormente, vendidos para outras regiões do país Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O termo Malê, em iorubá, quer dizer *imali*, que significa “renegado que adotou o islamismo” (RIBEIRO, 2011, p. 141). Para mais informações acesse: [ht.tps://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i91p139-153](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i91p139-153).

origens dos negros que chegaram aqui, devido à grande quantidade de contrabando realizado pela Capitania durante o período: “a Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos” (MACIEL, 2016a, p. 64). Contudo, o autor revela que estudos anteriores mostram suspeitas da presença significativa de sudaneses muçulmanos na região Norte e Sul do Espírito Santo, devido a registros de revoltas nessas regiões, corroborando as informações trazidas por Teodoro (2014). A vinda desses negros escravizados de origem malês juntos aos bandeirantes contribuiu para o povoamento dessa região. E por não haver sido localizada documentação de origem dos negros escravizados nas terras da comunidade Córrego do Sossego, não podemos afirmar existir ligação de parentesco com este grupo vindo de Bananal.

A história e a origem da comunidade são conhecidas por intermédio da oralidade transmitida pelas gerações, pois, embora a doação tenha sido registrada em cartório, os documentos originais pertencentes à família não foram localizados devido à pandemia. Durante esta pesquisa, houve inúmeros esforços para localizar a documentação de doação das terras, porém não foi possível encontrá-la. Deste modo, levo em conta as narrativas e vivências familiares transmitidas a partir da oralidade, as quais acredito serem legitimadoras e satisfatórias por atenderem à finalidade desta pesquisa. De acordo com Paul Thompson (1992), a morte de um sujeito não está diretamente atrelada ao fim de sua existência de uma forma geral ou de seu legado, ele afirma que a oralidade, principalmente as narrativas transmitidas entre as gerações dentro de um contexto familiar, mantém vivas as histórias passadas que auxiliam na construção e manutenção dos modos de vida dentro desses espaços.

De modo especial, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte. Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história. (THOMPSON, 1992, p. 21).

Os descendentes de Américo Isaque Correia e Eufrásia Maria Cristina, por meio das alianças ancestrais e do sentimento de pertencimento, construíram o que conhecemos hoje como comunidade quilombola Córrego do Sossego, que tem como principal característica o cultivo da terra e das tradições culturais e a localização privilegiada

cercada por córregos e pelo rio Veado²³ que corre à beira do quintal da casa de Marciano de Oliveira e sua família.

Segundo as narrativas, em consequência do crescimento familiar, partes desta terra herdada foram sendo desmembradas e vendidas em momentos de fragilidade emocional e financeira. Deste modo, outras famílias foram ocupando os espaços, como nos conta Marciano:

Depois eles morreu, aí ficou tudo pro meu avô mais minha vó. Aí eis criaram a família dele, dês, aí depois o velho morreu aí eis foi repartindo pros filho. Aí, um tirou uma parte, outro tirou outra, era da... lá de cima até lá embaixo nos pé já...ficou tudo só pra eles dois, aí eis repartiram depois pros filho, pros filho dele que é... que tinha. Aí depois os filho foi vendendo, os filhos que pegou as parte dês, dali da... tinha figueira grande ali que eles cortaram, uma pessoa comprou ali e depois cortou...Aí meus tios, o que tinha pra lá foi vendendo. Diz meu...meu pai falava que um trocava a troco de pedra de capares, de pó de cachaça, que eles bebiam muito naquela época, né. Aí ficou pra cá, dessa figueira até a cachoeira ali pra minha vó.
(OLIVEIRA, Marciano. Entrevista, abril de 2019).

Com o intuito de garantir a permanência e a produtividade das terras originárias de seus troncos, assim como na tentativa de assegurar a continuidade das tradições culturais herdadas de seus ancestrais, a Família dos Eufrásios, que está hoje em sua sexta geração, junto com os demais moradores da comunidade entraram com pedido de autodeclaração de remanescentes de quilombo²⁴ no ano de 2017. A certidão de autorreconhecimento da comunidade foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 08 de fevereiro de 2018, sob número do processo na Fundação Cultural Palmares (FCP)²⁵ 01420.100046/2018-87²⁶, e é garantida pelo Art. 68 da Constituição Federal de 1988, que a reconhece como fonte de riqueza e diversidade cultural.

²³ O rio Veado corta cidades como Alegre, Guaçuí, Dolores do Rio Preto e Divino São Lourenço. Sua nascente fica no alto da Serra do Caparaó em uma localidade denominada Jacutinga no município de Divino São Lourenço. O rio corta toda cidade de Guaçuí e recebe ao longo de seu curso diversas contribuições de ribeirões e córregos. Para mais informações acesse: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120816_ij00765_projetomapeamentodecomunidades_divinodesaolourenco.pdf. Acesso em: 5 ago. 2021.

²⁴ No Brasil, o decreto nº 4.887/2003 definiu o termo quilombo como espaço de terras comum ocupados pelos por quilombolas ou remanescentes de quilombo, considerados como grupos étnicos com trajetória própria, dotados de relações territoriais, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência, à opressão sofrida (BRASIL, 2003). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decret-o/2003/d4887.htm. Acesso em: 5 ago. 2019.

²⁵ A Fundação Cultural Palmares, da qual falaremos mais adiante, é uma entidade do governo responsável pela emissão dos certificados às comunidades autodeclaradas quilombolas.

²⁶ Os dados podem ser localizados na tabela de comunidades certificadas, através da página da Fundação Cultural Palmares (FCP), no link: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/0-7/tabela-crq-completa-certificadas-15-06-2021.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.

A Família dos Eufrásios mantém vivos os saberes tradicionais de seus ancestrais por meio da memória e das práticas culturais na comunidade. A principal festa, como falamos, está ligada à celebração do dia 13 de maio, organizada pela Casa de Oração Nossa Senhora da Guia, também fundada pela família dos Eufrásios, sendo a única construção religiosa da comunidade até o momento.

A Casa de Oração é presidida hoje por Marciano de Oliveira, que assume a função de delegado oferecida a ele por sua mãe Marcolina Dias de Oliveira em seu leito de morte, segundo sua narrativa. O delegado tem a função de zelar por todos da Casa de Oração, além de carregar a corrente da banda lira²⁷ de São Sebastião. Suas filhas o auxiliam dentro das funções da Casa, sendo Maria Helena Oliveira Barbosa presidente, responsável por zelar por todas as correntes; e Cleonice de Oliveira a guia que conduz o “arrastar a corrente” do grupo flecheiro ou Bate-Flecha, função religiosa de proteção na Casa de Oração²⁸.

De acordo com Magna Aparecida Oliveira Barbosa²⁹ (entrevista realizada em 11/10/2021), as correntes de oração, ou simplesmente correntes, são as relações espirituais estabelecidas entre membros de uma mesma casa, ou desta com outras casas. Em uma casa de oração pode haver mais de uma corrente. As que trabalham na Casa de Oração Nossa Senhora da Guia são: corrente dos Pretos-Velhos, corrente dos Marinheiros, corrente flecheira e a corrente dos médiuns³⁰. Esta afirmação corrobora as perspectivas sobre as correntes estabelecidas no texto de Goltara

²⁷ As bandas liras ou lira banda são os grupos musicais que acompanham o Bate-Flecha e auxiliam nos trabalhos da casa. As bandas são definidas a partir do santo ou entidade de devoção, sendo assim banda lira da comunidade Córrego do Sossego é conhecida banda lira de São Sebastião. Conheceremos mais sobre a banda ao final deste capítulo, p. 54.

²⁸ De acordo com as narrativas do grupo, o termo “zelar” dentro da casa tem significado de proteger, cuidar. Nas formações de correntes, ou grupos de orações, aquele que levam a bandeira na frente assume a função de zelar pelos demais durante as manifestações espirituais mediúnicas, assegurando o bem-estar de todos. Os médiuns espíritas são instrumentos de comunicação entre espíritos encarnados e desencarnados.

²⁹ Magna Aparecida Oliveira Barbosa, é a única mulher dentre os quatro filhos de D. Lena e José Luiz Barbosa. Magna é bastante atuante dentro da comunidade, e figura importante na transmissão cultural da família. Sempre presente ao lado da mãe, Magna foi fundamental para realização deste trabalho, sobretudo, durante o período de isolamento social, decorrente a pandemia da Covid-19. Ela repassou e realizou entrevistas aos demais membros da família, e buscou dados dentro do núcleo familiar para contemplação do trabalho.

³⁰ De acordo com Goltara (2014, p. 131), a corrente de Médiuns ou Mediúnicas são um grupo de médiuns e médias que formam o “corpo-mediúnico” da Casa, que recebem a partir de um ponto (canto) as demais correntes como as de Preto-Velhos; corrente de Marinheiros; corrente de São Sebastião dos martírios; correntes dos Caboclos das matas etc. Quando o corpo-mediúnico recebe uma corrente, eles se tornam um só, e dão início aos trabalhos da Casa.

(2014), em que o autor também afirma, mediante pesquisa, que as correntes são forças espirituais que se conectam.

Essas conexões estão presentes na Festa que acontece no dia 13 de maio, que já reuniu cerca de 500 visitantes em um único ano, vindos de diversas cidades do estado do Espírito Santo e até de alguns lugares do Rio de Janeiro. A maioria dos participantes pertencem a outras Casas de Oração e Centros ligados ao Espiritismo e à Umbanda. De acordo com Teodoro (2014, p. 76), estas práticas religiosas teriam surgido no município sob influência dos negros escravizados no período da escravidão.

2.2 13 DE MAIO: RESSIGNIFICAÇÃO E REEXISTÊNCIA

O dia 13 de maio é uma data marcante para muitas comunidades negras e remanescentes de quilombos, pois marca oficialmente o suposto fim de um período vergonhoso de quase quatro séculos para o Brasil. Embora muitos negros já estivessem sendo alforriados nos anos que se decorreram, como visto anteriormente, somente em 13 de maio de 1888, sob forte pressão dos abolicionistas, da comunidade internacional, dos movimentos pela reforma agrária, sobretudo do grande número de negros resistentes que lutavam contra a escravidão (MACIEL, 2016c), deu-se a aprovação pela Monarquia do decreto-lei que extinguiu de forma oficial a escravidão no Brasil.

A participação na luta dos negros contra a escravidão foi bastante intensa, conforme afirmam Munanga e Gomes (2004, p. 130): “Durante a escravidão, os movimentos de luta e resistência negra foram muitos e variados e aconteceram em diversas regiões do país”, contribuindo para o fim da escravidão. De acordo com Maria Stella de Novaes (2010), em seu livro sobre a escravidão e abolição no Espírito Santo, o furor com o fim do cativeiro gerou diversas comemorações sob a perspectiva da legitimidade do direito à liberdade da população negra, que celebrou o início do que se esperava serem dias mais dignos. Contudo, o entusiasmo não durou muito, a situação dos negros pós-abolição permaneceu pautada na relação senhor/escravizado, estabelecida no regime escravista, como vimos anteriormente.

Os tão sonhados dias de liberdade não chegaram com o fim oficial da abolição no Brasil, visto que grande desigualdade social foi implantada pela não inserção dos ex-

escravizados e seus descendentes na sociedade, como o ocorrido na fazenda localizada em Cachoeiro de Itapemirim, município também na região sul do Espírito Santo, que após esse período recusou a inserção de negros como mão de obra, alegando serem preguiçosos, conforme afirma o professor Cleber Maciel:

Na realidade, depois de passada a euforia inicial da lei; muitos escravos tentaram permanecer nas fazendas para trabalhar. Entretanto, os fazendeiros, por raiva e racismo, só queriam aceitar imigrantes europeus. Foi isso que aconteceu na fazenda Monte Líbano, de Cachoeiro de Itapemirim, que sempre fora bastante próspera explorando o trabalho dos negros escravizados. Depois do fim da escravidão, os donos dessa fazenda só aceitavam brancos como trabalhadores livres, alegando que os negros eram preguiçosos e os europeus, esforçados (MACIEL, 2016c, p. 111).

A proibição e a falta de acesso à educação também contribuíram para o abismo que manteve a população afro-brasileira distante da sua liberdade. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2005, p. 78), em comparação do pós-abolição do Brasil com o dos Estados Unidos, a população negra brasileira foi abandonada pelo poder público. Em sua visão, diferentemente do que ocorreu em outros países como os Estados Unidos, onde foram investidos em 5 anos a quantia de mais de 5 milhões de dólares na educação, sendo que em 1870 havia mais de 250 mil alunos negros nas escolas; no Brasil não houve promoção da educação dos negros pós-abolição, já que “[...] a educação não era um valor social, sobretudo a educação primária” (CARVALHO, 2005, p. 76), afirma o autor.

A partir da nova realidade do pós-abolição, o processo de luta da população afro-brasileira tomou outros contornos. Sem as condições básicas de sobrevivência, segundo Maciel (2016c, p. 113), muitos negros foram empurrados para áreas mais pobres nas periferias das cidades, indo morar em morros, mangues, palafitas, lixões etc. Já uma outra parcela da população afro-brasileira que vivia nas matas, como no caso dos quilombos, passou a sofrer perseguições pela disputa das terras. Sendo essas lutas que permanecem até hoje.

De acordo com Munanga e Gomes (2004, p. 108), no decorrer do pós-abolição, muitos foram os movimentos que lutaram no Brasil pelo combate à violência social imposta à população afro-brasileira, como: a luta por melhorias trabalhistas e o fim dos castigos físicos levantados pela Revolta das Chibatas, em 1910; a Frente Negra Brasileira, ação de militares negros paulistas; o Teatro Experimental do Negro (1944 a 1961), que realçavam a educação como garantia à cidadania; e o Movimento das Mulheres Negras, que destacavam questões de raça e gênero na sociedade brasileira.

A luta dos negros no combate às desigualdades sempre foi muita intensa, como os movimentos mencionados anteriormente que levaram os debates das questões quilombolas à Assembleia Constituinte. Em 1988, a Constituição Federal, por meio do artigo 68, passou a garantir aos remanescentes das comunidades dos quilombos a titulação de suas terras tradicionais, garantindo-lhes a permanência nas terras que ocupam e o direito ao meio ambiente sustentável e à cultura (BRASIL, 2020).

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) introduziu o termo quilombo em dois de seus artigos para assegurar os direitos de acesso aos bens materiais e imateriais dos quilombos. Quando trata dos direitos ao patrimônio cultural, no artigo 216, 5º, assegura: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências história dos antigos quilombos”. Quando trata dos direitos aos bens materiais, o artigo 68 dos Atos das Disposições Constituintes Transitórias (ADCT) prevê aos “remanescentes das comunidades dos quilombos” o direito a obterem do Estado o título definitivo da propriedade de suas terras. (OLIVEIRA, 2019, p. 31).

Como vimos, a luta por direitos é um processo antigo e os resultados ocorrem ainda de forma muito lenta. Contudo, em meio às injustiças acometidas à população afro-brasileira como racismo, intolerância religiosa³¹ e a falta de políticas públicas³²; o fato é que, apesar de todas essas condições sociais e econômicas impostas aos escravizados e remanescentes, e do questionamento atual do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos movimentos sociais³³ contra a comemoração deste dia devido à grande visibilidade como abolicionista que sempre foi depositada na Princesa Isabel, o dia 13 de maio 1888 permanece sendo lembrado por esta população, por tudo que ela já representou, em como um ato de reexistência³⁴, sendo lembrado pelos seus

³¹ A liberdade religiosa é garantida pelo Estado por meio da Lei 12.214 de 2010, art. 23, que diz ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”, incluindo abertura de ação penal pelo Ministério Público para atitudes e práticas de intolerância religiosa, parágrafo VIII. Para mais informações acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

³² Políticas Públicas são ações adotadas pelo Estado a fim de assegurar os direitos previstos em CF, e zelar pelo respeito aos poderes públicos, como descrito em Lei 12.214/210.

³³ Munanga e Gomes (2004) afirmam que na década de 70, entidades ligadas ao Movimento Negro denunciaram o fato de os livros didáticos somente mencionarem o dia 13 de maio de 1888, data da libertação dos negros escravizados no Brasil, não discutindo outros fatores de resistência e de luta da população negra. As entidades passaram a lutar para que a sociedade brasileira pudesse se lembrar de lideranças negras em diversas formas de resistência. Outro questionamento levantado foi a exaltação do feito da então regente do Brasil, a Princesa Isabel, em assinar a Lei Áurea, havendo uma super exaltação do ato, diminuindo a participação dos negros na luta pela libertação. Desde modo, o Movimento Negro trouxe mais uma data a ser lembrada, o dia 20 de novembro, dia da morte do líder Zumbi do Quilombo dos Palmares, considerado um dos principais símbolos nas lutas contra as opressões. A data sugerida passou a ser considerada o Dia Nacional da Consciência Negra.

³⁴ O termo Reexistência tem sido utilizado por diversos intelectuais sob a perspectiva da reexistência abordada por Ana Lúcia Silva Souza, em seu livro “Letramentos de (Re) existência - Poesia, Grafite, Música, Dança: Hip-hop” de 2011, fruto de sua tese “Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento *Hip Hop*” defendida em 2009. O termo vem substituir a expressão

descendentes conforme registrado por pesquisadores no ES nas últimas décadas (OLIVEIRA, 2017; GUIMARÃES, 2017; ANDRARDE, 2010; GOLTARA, 2017).

O dia 13 de maio vem sendo ressignificado ao longo dos tempos encontrando novas formas de existir. Deste modo, algumas comunidades afro-brasileiras tradicionais e comunidades quilombolas na região Sul do Espírito Santo relembram anualmente essa data como forma de manutenção da memória de seus ancestrais e reafirmação de sua identidade. Embora muitos acreditem não haver motivos para comemorações, o reviver do dia 13 de maio permanece sendo praticado por essas comunidades num ato de valorização e demarcação de identidade.

Quatro agrupamentos da região Sul do ES comemoram essa data com celebrações e festejos, como é o caso do Caxambu da Santa Cruz, da comunidade rural Monte Alegre; do Caxambu Alegria de Viver, da comunidade rural Vargem Alegre; do Caxambu da Velha Rita da comunidade urbana Zumbi (as três localizadas na cidade de Cachoeiro de Itapemirim); e da comunidade quilombola Córrego do Sossego (da cidade de Guaçuí). Tais agrupamentos são muito conhecidos por suas práticas culturais como o Jongo/Caxambu, patrimônio cultural³⁵ registrado³⁶ no Brasil e trazido das senzalas como forma de resistência, e pelo Bate-Flecha, prática religiosa ligada às Casas de Oração Espíritas e de Umbanda.

Com exceção de Vargem Alegre, as demais comunidades fazem questão que, independentemente do dia da semana, a Festa seja realizada no dia 13, pois neste dia algumas religiões de matriz africana também celebram o dia dos Pretos-Velhos.

A memória ligada a terra e aos antepassados é afirmada na festa de maio, a festa do caxambu, ligada ao dia 13 de maio; data simbólica, muito importante e significativa para os povos negros no Brasil, seja pela afirmação e alegria da libertação; mas sobretudo pela relação com o arquétipo dos pretos-velhos, entidades espirituais da Umbanda, que simbolizam a sabedoria e a

“resistência”, assumindo o sentido de reinvenção; de uma nova forma de existir onde indivíduos assumem novos papéis sociais em função da continuidade do grupo a que pertence, em contraponto à resistência entendida como ação que resiste, em um movimento defensivo (SOUZA, 2009; SOUZA, JOVINO; MUNIZ, 2018).

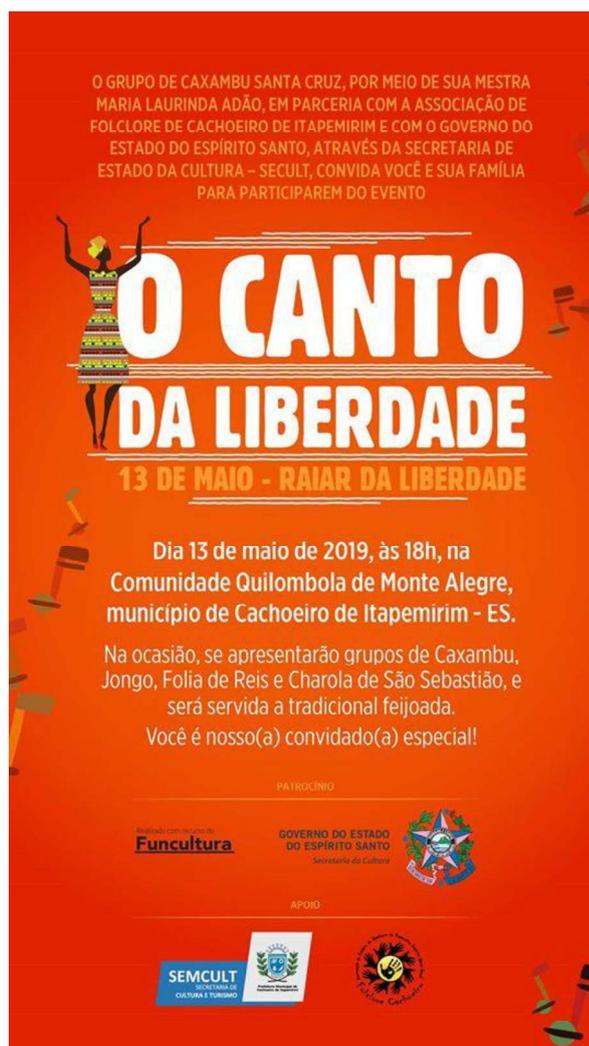
³⁵ Utilizo a noção do Patrimônio Cultural a partir da categoria de pensamento estabelecida por Gonçalves (2002, p. 23), que o entende como o bem cultural de indivíduo ou grupo que perpassa por construções históricas de mundos sociais e culturais, fora de uma delimitação precisa. Esses bens se configuram, segundo o autor, como “fatos sociais totais” que podem ser de natureza, religiosa, moral, estética ou política, tornando-se extensões de seus proprietários.

³⁶ De acordo com IPHAN (2007, p. 14), o jongo/caxambu é uma forma de louvação aos ancestrais, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Acontece nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, no Divino, no 13 de maio da abolição da escravatura.

serenidade amorosa dos avós, bisavós, jongueiros velhos e velhas caxambuzeiras, ancestrais escravizados. (GUIMARÃES, 2014, p. 5-6).

Junto às batidas do tambor, os remanescentes agregam aos festejos outros elementos simbólicos do passado, como a fogueira e a feijoada, alimento servido em todos as comunidades onde há comemoração. Mais do que uma afirmação da memória, o dia 13 de maio tornou-se um símbolo do combate à intolerância religiosa e racial dos remanescentes dos ex-escravizados no ES. Em 2019, com a temática “O canto de liberdade”, a comunidade de Monte Alegre realizou a festa conhecida como “Raiar da Liberdade”, sob o comando da Mestre do Caxambu de Santa Cruz, Maria Laurinda Adão. A temática escolhida nos leva a refletir sobre os efeitos da Lei Áurea, estimulando uma análise referente à luta do povo negro pós-abolição, como mostra o cartaz na Figura 1.

Figura 1 – Cartaz da festa do 13 de maio da comunidade quilombola de Monte Alegre, 2019, Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Facebook do Caxambu da Santa Cruz

Maria Laurinda, além de mestre do caxambu é também uma liderança na comunidade, tanto nas questões sociais quanto no espiritual por meio do Centro Espírita São Jorge (Umbanda), que dirige como Mãe de Santo. A festa organizada por ela e sua família acontece em memória aos caxambuzeiros do passado e às entidades de Pretos-Velhos (OLIVEIRA, 2017, p. 134). O evento reúne diversos grupos da cultura tradicional afro-brasileira, além de autoridades e intelectuais, tendo seu ponto alto a roda de caxambu realizada próximo à fogueira, que, de acordo com Oliveira e Guimarães (2017, p. 330), é usada tanto para o aquecimento do couro dos instrumentos, como para a comunicação espiritual com a natureza e com as memórias ancestrais.

A fogueira, conforme observamos, sempre teve funções primordiais na história e memória dos jongos: a primeira delas consistia na iluminação da escuridão das noites; a segunda destina-se à afinação do couro dos tambores; e a terceira à comunicação ancestral que se estabelece, segundo os(as) velhos(as) jongueiros(as) e caxambuzeiros(as), através do processo de montagem da fogueira até o queimar da madeira, num ciclo em que as consciências se encontram e celebram, com os tambores afinados, as rodas de caxambu. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2017, p. 330).

As festas ressaltam um papel importante na visibilidade da população afro-brasileira que lutam por condições de igualdade neste país, como afirma Oliveira (2017, p. 134): “A festa mantém viva as lembranças e os saberes desses heróis esquecidos e invisibilizados pelas histórias oficiais, sendo também uma celebração onde ocorre a transmissão desses saberes.”

Outro papel importante na luta em combate à intolerância e ao desrespeito à população afro-brasileira é a festa da comunidade de Vargem Alegre em lembrança ao 13 de maio. A “festa do negro” da comunidade está ligada a terra e à memória dos antepassados da família Caetano, que, assim como o caxambu Alegria de Viver, se tornaram uma herança familiar³⁷, mantida hoje pelos irmãos Pedro Paulo, Ormy Caetano e seus demais familiares. Como em Monte Alegre, aqui o caxambu também é destaque na festa, cujas rodas acontecem à beira da fogueira. Outro ponto em comum entre as comunidades é o alimento servido: a feijoada é tão esperada quanto a roda de caxambu pelos inúmeros participantes da festa.

³⁷ “O grupo se constitui em sua territorialidade através das narrativas e das festas, e se articula na contemporaneidade, enquanto patrimônio cultural, na construção de políticas públicas, na afirmação da identidade negra, na luta pela liberdade, na louvação aos ancestrais e na alegria de viver”. (GUIMARÃES, 2017, p. 124).

Segundo Guimarães (2017, p. 125), a comemoração do dia 13 de maio em Vargem Alegre ou “festa do negro”, como é chamada pela família, acontece normalmente uma semana antes do dia 13. Essa escolha se deu para que não houvesse conflitos com a data de festividade das outras comunidades mencionadas, com as quais possui relações de amizade, tendo todos, dessa forma, a oportunidade de estarem presentes. Outro fator é que por serem de religião católica o dia 13 de maio torna-se mais flexível. A festa conta com celebração de missa afro, seguida das apresentações dos grupos tradicionais que se estendem por toda noite.

Nos últimos meses, entre o final de 2019 e início de 2020, a família Caetano e toda comunidade jongueira/caxambuzeira se despediram dos mestres Canuta Caetano (1938 a 2019) e Gildo Caetano (1931 a 2020). Detentores da liderança na comunidade, os mestres do caxambu Dona Canutinha e Seu Gildo, como são chamados carinhosamente por todos, juntaram-se aos caxambuzeiros velhos e certamente estarão de lá aquecendo ainda mais todas as rodas de jongo/caxambu que se fizerem, fortalecendo a representatividade do dia 13 de maio e o seu papel na transmissão dos saberes da cultura negra.

Ancestralidade, resistência e saberes, assim também são marcados os festejos do 13 de maio na comunidade do Morro do Zumbi, liderado pela mestra do Caxambu da Velha Rita, Niciena Ferreira, mais conhecida como dona Isolina. Diferente das demais comunidades citadas anteriormente, que ficam na zona rural, o Morro do Zumbi é localizado em uma área urbana da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

A festividade tem sua concentração no Centro Espírita Jesus Menino³⁸, casa de oração zelada pela líder espiritual dona Isolina. No Zumbi, de acordo com Goltara (2017, p. 145), a prática cultural do caxambu, assim como no passado, é usada como importante arma para destruir o que ele considera como “cativeiros dos dias atuais”. Todo ritual festivo conta também com a presença de vários outros grupos tradicionais como o do Bate-Flecha, outra prática cultural presente na comunidade Córrego do Sossego que veremos mais à frente.

³⁸O Centro de Oração Jesus Menino, de acordo com Goltara (2017), é a maior casa de oração do bairro Zumbi, tendo como padroeira Nossa Senhora Aparecida. O Centro reúne rituais da Umbanda e do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, e no dia da padroeira realiza-se o maior encontro de Bate-Flechas do ES.

Segundo Andrade (2013, p. 41), a festa comandada por dona Isolina acontece em memória e em agradecimento aos Pretos-Velhos, que em determinado momento se fazem presentes nas rodas de caxambu, em uma transmissão de saberes por meio da oralidade com os participantes. Embora não conte com fogueira como as demais, a feijoada também é o alimento servido a todos os visitantes.

O caxambu, conforme afirmado por Goltara, foi usado como arma de libertação ainda nas senzalas. A Velha Rita, entidade que dá nome ao caxambu de Dona Isolina, foi uma liderança dessa época, tendo ela, segundo suas próprias narrativas nas rodas de caxambu, recebido a missão de entoar os jongos como forma de mensagem que viria a sensibilizar a Princesa Isabel para assinatura da Lei Áurea.

Nas senzalas, havia sempre um negro mais velho que era uma liderança. Além de todo o conhecimento que ele detinha, ele era um mestre na arte do caxambu. A vovó Rita era uma dessas lideranças. Um dia ela recebeu um aviso que era para dançar e entoar os jongos do caxambu com fé e assim aquele sofrimento teria um fim. Foi assim, enviando os jongos para além da senzala, que aquelas mensagens chegaram à consciência da Princesa Isabel. Sensibilizada ela assinou a Lei Áurea e jogou a caneta no mar. Somente por uma lei assinada com aquela mesma caneta o regime da escravidão retornaria. (GOLTARA, 2017, p. 144).

As memórias e saberes transmitidos na festa dos Pretos-Velhos e da “liberdade” no 13 de maio tornam-se instrumentos de transformação social, uma vez que auxiliam na reafirmação da identidade dessas comunidades:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

A transmissão da memória se faz presente na Festa do dia 13 de maio na comunidade Córrego do Sossego, onde se promove o resgate cultural por meio da tradicional festa religiosa que dura em torno de dois dias, segundo narram seus próprios detentores.

Maria Helena de Oliveira Barbosa, conhecida como dona Lena por todos dentro e fora da comunidade, é “um dos seus braços”, como seu pai Marciano de Oliveira gosta de dizer. Eles são hoje as principais referências na manutenção da história do seu povo e de sua família, na luta pela manutenção da memória coletiva e da regularização das terras de sua comunidade.

Mesmo não sendo o foco principal deste trabalho, abro um parêntese para ressaltar que, em todas as comunidades até aqui mencionadas, podemos observar o

protagonismo feminino. Segundo Munanga e Gomes (2004, p. 136), “enquanto sujeito social importante na construção da história do nosso país, as mulheres negras vêm construindo uma trajetória de muita luta, perseverança e sabedoria”, e com sua resistência contribuem para a construção de uma sociedade mais justa para todos.

Dona Lena é reconhecida como uma grande liderança feminina na comunidade, pois mantém viva as memórias individuais e coletivas por meio da transmissão dos saberes e modo de fazer e viver na religião, no cultivo e manejo das ervas medicinais, nas refeições e no campo. Ela é também responsável por liderar a organização das festas junto aos demais familiares.

Com início sempre no dia 12 de maio, a Festa reúne diversos elementos simbólicos, como as orações e ladainhas, as fogueiras, o ritmo marcante das batidas do Bate-Flecha, a feijoada e, em grande número de bandeiras com diversas representações simbólicas como veremos mais a seguir.

Muito usadas como forma de mediação nos rituais religiosos da comunidade, as bandeiras são elementos representativos, usadas há diversas gerações como forma de agradecimento aos ancestrais, santos e entidades pelas bênçãos e orações atendidas. O uso delas é essencial na comunicação com o espiritual (GOLTARA, 2014).

A Festa do 13 de maio no Córrego do Sossego e nas demais comunidades citadas promovem a valorização, transmissão e revitalização da religiosidade e da cultura negra por meio de suas linguagens, elementos, formas e cores que compartilham histórias e memórias coletivas.

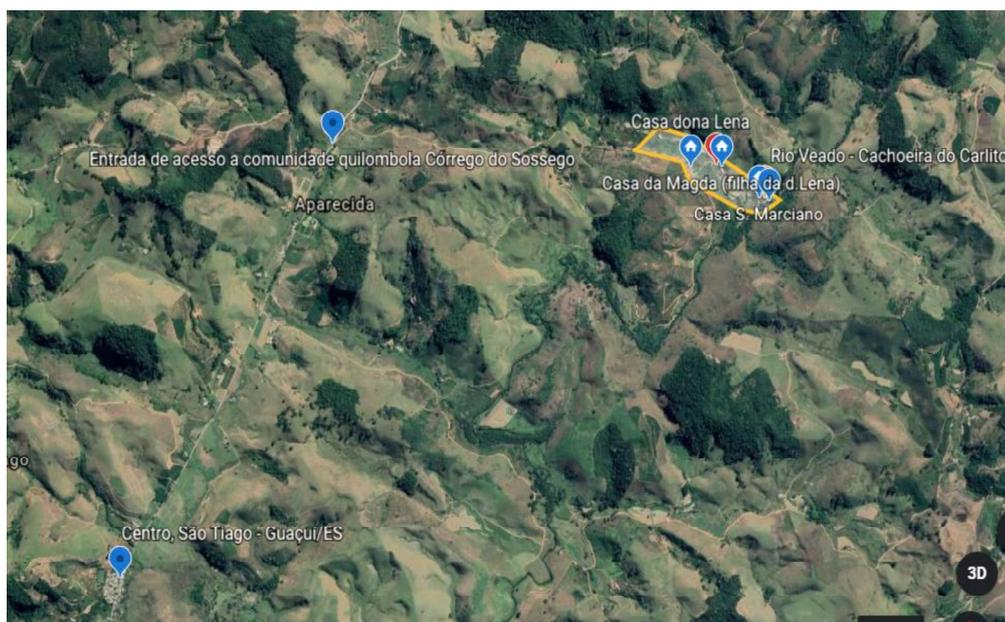
2.3 DIMENSÃO ESTÉTICA DA FESTA DO 13 DE MAIO

O dia 13 de maio, como vimos, é uma data que apesar das controvérsias possui importante significado para muitas comunidades negras no país e no ES, dentre as quais está a Festa do Córrego do Sossego, que se destaca pelos elementos simbólicos existentes em todo processo ritualístico, os quais se conectam com o lugar onde vivem e compõem um universo de formas e movimentos de intensa percepção, consideradas a partir de Clifford Geertz (2008, p. 148) como elementos estéticos de uma cultura formada por meio de suas vivências.

A Festa do 13 de maio é uma tradição cultural que foi ressignificada ao longo dos tempos pelos descendentes dos ex-escravizados; e teria adquirido um novo contexto a partir da demanda de orações espirituais que levaram à construção da Casa de Oração Nossa Senhora da Guia (essa teria aproximadamente 100 anos de existência), da qual falarei mais adiante. De acordo com Oliveira (2019, p. 35), os conhecimentos e valores transmitidos pela tradição se tornam ações de valorização da identidade dos que a praticam.

A comunidade, onde acontece a transmissão desses saberes, é um lugar singular pelas práticas tradicionais, expressões, culinária e agricultura; está situada a cerca de 10km do centro da cidade de Guaçuí e a aproximadamente 4 km do centro do distrito de São Tiago, conforme mostra a Figura 2, sendo bastante conhecida na região por suas exuberâncias naturais e pelas memórias vivas que ali residem.

Figura 2 – Vista do distrito de São Tiago com a localização da comunidade Córrego do Sossego.



Fonte: Google Earth

O que começou como uma comemoração pela libertação dos negros escravizados, uma memória fomentada a partir do poder hegemônico, como parte das estratégias políticas do período histórico do fim do escravismo, se tornou com o tempo símbolo de reexistência por meio da transmissão dos saberes, luta e religiosidade afro-brasileira, que agregaram à Festa um grande valor social, ético e estético. A continuidade da transmissão cultural desses saberes inclui a memória familiar

(THOMPSON, 1993, p. 11) e vem atravessando gerações dentro da Família dos Eufrásios.

A Festa neste contexto religioso teria surgido a princípio na casa de Eufrásia Maria Cristina que resolveu atender a demandas espirituais da comunidade. De acordo com as narrativas de Marciano de Oliveira, a construção da Casa de Oração teria sido sugestão de um senhor conhecido como Antônio Joaquim. Na comunidade, ainda não havia a construção de templo religioso e ocorriam constantemente a realização de bailes que concentravam muita música e bebida. Em um determinado período, de acordo com as narrativas locais, as pessoas estavam desfalecendo, ficando desacordadas, durante as festas realizadas ali; foi então que a família procurou os conselhos de Antônio Joaquim, que era bastante conhecido pela sua sabedoria nessas questões religiosas. Este, por sua vez, foi até o local e, ao identificar o motivo, sugeriu que ali fossem realizadas orações espíritas, não mais bailes, como conta Marciano de Oliveira a partir das memórias de seu pai Sebastião:

[...] meu pai contava que eles dançavam todo sábado...todo sábado eles faziam baile ali, era aquela farra...bebendo...aí diz ele que pegou, uns dias quando eles estava tudo...fizeram um baile, aí ficou tudo aquelas mulher começou a cair dando desmaio, sem ninguém saber por que motivo que era. Eles num mexia com esse negócio de oração, era só farra. Aí diz ele que quando desceu, que tinha homem aqui pro lado do Norte, um tal de Antônio Joaquim que rezava, fazia oração, ele sabia assim das coisas, sabe?! Se tivesse uma pessoa desmaiada ele olhava e sabia o quê que a pessoa tinha, se era espírito, o que que era. Aí chamaram esse homem pra vim fazer oração aqui pra ver o que que era. Aí o homem falou com eles, falou: Olha isso daqui vocês não pode fazer baile, vocês têm que fazer uma oração espírita, mas uma coisa que seja em nome de Deus. Vocês não podem mexer com negócio de baile aqui mais não. (OLIVEIRA, Marciano. Entrevista realizada em 30/04/2019).

Com os encontros de oração em sua casa, Eufrásia recebe, como presente de sua filha Margarida Eufrásio de Oliveira, a imagem de Nossa Senhora da Guia (CARDOSO, 2018). Nossa Senhora da Guia é caracterizada por levar em sua mão direita uma estrela de cinco pontas que simboliza a estrela de Belém, que guiou os Reis Magos até Jesus Cristo, é uma das características que a diferencia das outras imagens de Nossa Senhora. Devotos de Nossa Senhora da Guia acreditam que a Santa os ajuda a guiá-los nos caminhos que levam até Jesus Cristo³⁹.

³⁹ História de Nossa Senhora da Guia – Santos e Ícones Católicos – Cruz Terra Santa. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/nossa-senhora-da-guia/27/101/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

De acordo com os relatos, a imagem imponente que é levada nas procissões atuais da Festa não é a mesma que foi entregue de presente a Eufrásia Maria Cristina, ela foi substituída por uma imagem e um oratório maior, com predominância de azul, cor que simboliza o céu, como podemos ver a seguir.

Fotografia 2 – Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O oratório de Nossa Senhora da Guia como visto acima, é composto de um arco, que possui 13 estrelas douradas que simbolizam, de acordo com dona Lena, as 13 almas dos cativos.

[...] elas significa as treze almas santas benditas e poderosa, que são as alma dos cativo. Então por isso contém essas 13 estrelas, e também contrai as treze força, que se fala treze raios do sol, treze raios da lua, treze raios das estrelas, transforma em 39 corrente. Essas 39 correntes, elas trabalha nos astro..." (BARBOSA, entrevista concedida em 14/10/2021).

Ainda de acordo com dona Lena, as 13 almas dos cativos são poderosos intercessores, capazes de atender ao devoto em momentos de difíceis soluções.

Guiados por Nossa Senhora da Guia, com o passar do tempo o número de pessoas nos encontros de oração foi crescendo. E, diante da necessidade de um espaço maior,

Margarida e o filho Arquimino Antônio Nastácio uniram-se para providenciar um lugar mais amplo para os encontros de oração. Foi então que se deu a construção da estrutura atual da Casa de Oração, localizada a poucos metros de onde morava Eufrásia, onde hoje mora Marciano, às margens do rio Veado. Desse modo, a casa passou a se chamar Casa de Oração Nossa Senhora da Guia, uma casa de oração espírita de linha branca. De acordo com as narrativas de dona Lena, linha branca tem referência com os tipos de trabalhos realizados na Casa. As Casas Espíritas com essa vertente não realizam trabalhos que venham a prejudicar terceiros, além de não haver nenhum tipo de cobrança por trabalhos espirituais.

Com a nova construção da Casa de Oração, ela passa a ser o espaço de concentração da festa. Além disso, podemos considerá-la como um importante lugar de memória da comunidade. A simplicidade de sua construção em meio a natureza a torna parte integrante da Casa, promovendo um diálogo entre os espaços como mostra a Fotografia 3.

Fotografia 3 – Vista lateral dos fundos e parte superior da Casa de Oração Nossa Senhora da Guia, Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

De alvenaria simples e de telha tipo *eternit*, a Casa de Oração possui em seu interior, assim, como sua área externa, uma riqueza imensurável com diversos elementos simbólicos como fotografias de familiares e entes queridos, que foram entregues como forma de agradecimento ou de pedido a santos e entidades da Casa de Oração. Eles aparecem ao redor do enorme retrato centralizado no altar de Nossa Senhora da Guia, visto na Fotografia 4. Também é possível observar retratos e imagens de santos, como São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e São Jorge pendurados na parede ou postos em cima do altar.

Fotografia 4 – Altar, Casa de Oração Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

São incontáveis os objetos, eles expressam as identidades e valores daqueles que os oferecem. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2015, p.18) entende que os objetos culturais de um sujeito ou de um grupo devem ser vistos dentro de suas totalidades sociais e morais, e não apenas por sua função de uso. De acordo com o autor, a relação existente entre objeto e sujeito é o que cria a força cultural que evoca o seu poder de ressonância, que o torna capaz de expressar sua memória e identidade, sendo ele ao mesmo tempo “objeto e sujeito”, “material e imaterial”. Deste modo, torna-se uma extensão daqueles que o tem.

Essa categoria de objetos não apresenta assim fronteiras classificatórias muito definidas, sendo ao mesmo tempo objetos e sujeitos, materiais e imateriais, naturais e culturais, sagrados e profanos, divinos e humanos, masculinos e femininos etc. (GONÇALVES, 2005, p.18).

Dentro desta categoria, Gonçalves (2005, p. 20) vê tais objetos e suas dimensões entre o material e imaterial como patrimônios culturais, uma vez que possuem um poder de expressão e de comunicação entre os indivíduos, suas histórias e sua cultura, de fundamental importância para a memória e uma construção identitária.

Muitos desses objetos podem ser certamente entendidos como “patrimônios”, na medida em que, pela sua ressonância junto a grande parte da população brasileira, realizam mediações importantes entre o passado e o presente, entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo, entre outras. (GONÇALVES, 2005, p. 22).

Visto isso, dentre os objetos presentes na festa, destaco a seguir um elemento bastante significativo dentro desta dimensão estética cultural da Festa que faz parte desse patrimônio cultural da Família dos Eufrásios, as bandeiras. Elas se destacam por seu grande número e pelo simbolismo que carregam, são agradecimentos, pedidos, lembranças etc. Cada uma delas, como a da Fotografia 5, com os dizeres “Esta bandeira é oferecida a São Sebastião dos mártires e Zeferino rei da Angola, e todos preto velho.”, é parte da história de um sujeito, e sua oferta faz com que mantenham uma relação e conexão com espiritual, santos e entidades.

Fotografia 5 – Bandeira ofertada a São Sebastião e a entidades. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal autora.

Assim como Gonçalves (2005), Geertz (2008) afirma que elementos que compõem uma representação, como o disposto na bandeira exposta anteriormente, carregam vivências individuais ou coletivas, fazendo parte de um plano semiótico, em que “[...] apenas materializam uma forma de viver e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível” (GEERTZ, 2008, p. 150).

As bandeiras assumem formas e cores, seja em oferenda como vimos ou em forma de preces a santos e entidades, como se pode observar na Fotografia 6, na qual a bandeira é oferecida em memória aos ancestrais.

Fotografia 6 – Bandeira dedicada ao espírito da Princesa Isabel e de Eufrazia Cristina. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Essa bandeira oferecida aos espíritos, sobretudo a parte que se refere a Eufrásia Mária Cristina, uma ancestral da família dos Eufrásios, é para Thompson (1993) uma prática comum entre familiares. Segundo ele, recordar seus ancestrais faz parte da transmissão cultural, assim como enaltecer seus nomes, religião, valores e modos de fazer e viver, como forma de manterem vivas as relações entre o presente e o passado. Vale ressaltar que essa bandeira tem um importante significado para família dos Eufrásios, ela teria sido oferecida pela primeira vez no ano de 1955, que seria o ano da morte de Eufrásia Maria Cristina, a mulher que deu origem a toda a linhagem da família e a responsável junto a Américo Isaque Correia pela formação da comunidade Córrego do Sossego, portanto, a bandeira materializa um passado para a geração atual, criando uma intensa relação na memória coletiva do grupo. A bandeira é renovada sempre que há necessidade, e seus dizeres, segundo relatos do grupo, permanecem os mesmos.

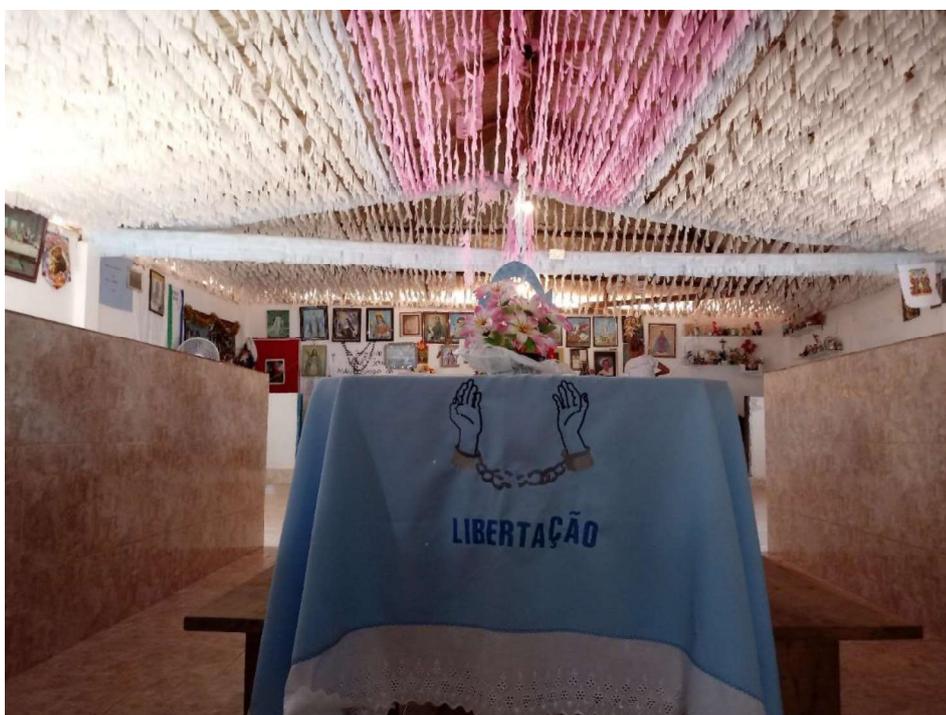
Deste modo, destaco a seguir a linguagem simbólica das bandeiras utilizadas para ambientar o espaço e seu processo de reelaboração das cores inspiradas nos santos ou de entidades ligados à Casa de Oração. Para Heller (2012, p. 23), “não existe cor destituída de significado”; a cor torna-se, um elemento importante de

representatividade, pois está ligada à memória. Como revela dona Lena em canto, que expressa um pouco do significado das cores e revela como elas se relacionam:

Se a minha veste é verde, aí representa as matas, o meu fitão vermelho, meu fitão vermelho é de vencer batalhas. Porque São Sebastião, ele como caboclo, ele foi amarrado no tronco de uma laranjeira, né. Então a laranjeira, são a verdes né, que é verde as folhas, né. São verdes. E a fita, né, era uma (inaudível) que se traçava São Sebastião naquele tronco da laranjeira que era uma fita vermelha. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista realizada em 30/04/2019).

Essa relação simbólica das cores não ocorre por acaso, como é possível observar na fala de dona Lena. Suas escolhas têm como base as vivências individuais e coletivas do grupo que ficam enraizadas na memória. Deste modo, suas escolhas acontecem devido a alguma influência, e cada uma atua de forma diferente dependendo da ocasião, estando elas normalmente ligadas a um tipo de sentimento ou energia. A Fotografia 7 nos revela grande parte dessas relações, em que a disposição harmônica das cores se relaciona com o sentimento de liberdade, paz e espiritualidade da Casa de Oração.

Fotografia 7– Interior da Casa de Oração Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A toalha de cor azul que aparece na imagem acima é bordada com os dizeres “Viva a Libertação”, acompanhado de desenho de mãos quebrando correntes, relacionada ao

dia 13 de maio de 1888. A escolha da cor azul, de acordo com Heller (2012, p. 46), é constantemente relacionada a coisas que queremos que sejam imutáveis, que durem para sempre. De acordo com a autora, o azul também é a cor do divino, a cor eterna, o que justificaria o local escolhido para dispor a toalha. O lugar é um local sagrado dentro da Casa de Oração, ele é conhecido como “Três Tábuas da Lei” ou “Três Tábuas de Moisés”⁴⁰. De acordo com dona Lena (entrevista realizada em 11/10/2021), trata-se de uma mesa onde os médiuns da casa sentam e se debruçam para fazer seus trabalhos de orações e de orientação espiritual junto às entidades, ela fica posicionada dentro de um espaço cercado por muro, quase que centralizado no espaço interno da Casa de Oração.

Os elementos simbólicos das bandeiras que compõem a Festa não somente estão no interior da Casa de Oração, mas também por todo o território, como é possível observar na Fotografia 8.

Fotografia 8 – Procissão das jornadas. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

⁴⁰ As Três Tabuas da Lei ou Três Tábuas de Moisés, de acordo com a Bíblia cristã, refere-se a passagens bíblicas em que Deus dita a Moisés no Monte Sinai o que seriam os 10 mandamentos. Estes teriam sido escritos em uma primeira tábua quebrada por Moisés, logo Deus teria ordenado novamente que ele fizesse mais duas tábuas de pedras para que pudesse escrever seus ensinamentos (Êxodo 20:1-17, Êxodo 34, Êxodo 31:18, Deuteronômio 5:5-21).

As histórias, o simbolismo, as fontes de inspiração, todos aparecem harmoniosamente conectados, como se observa na imagem anterior. A linguagem estética presente na materialidade e imaterialidade da Festa do 13 maio possui características exclusivas da cultura do grupo, elas tornam-se uma “extensão material e estética de sua condição social e moral” (GONÇALVES, 2005, p. 25), sendo, portanto, um patrimônio cultural do da Família dos Eufrásios.

2.4 TEMPO DA FESTA E LUGARES DE MEMÓRIA

A Festa do 13 de maio acontece dentro de um grande espaço da comunidade, onde a memória coletiva está ligada a momentos particulares da história, e estes locais só existem porque há meios de memória (NORA, 1993, p. 7). Tais meios se fazem presentes por meio da transmissão cultural que ocorre dentro das relações coletivas estabelecidas pelo grupo, e que estão muito manifestados em toda construção da Festa que tem duração de 2 dias, embora, sua preparação tenha início algumas semanas antes do dia 13, quando parte do território, que se estende das proximidades da casa de dona Lena (local de onde se tem a narrativa da primeira comemoração pós-abolição, e vai até a Casa de Oração Nossa Senhora da Guia), é tradicionalmente decorado por diversas bandeiras coloridas confeccionadas manualmente por mulheres da Família dos Eufrásios, um exemplo antigo do papel da transmissão dos valores sociais, religião e outros saberes dentro das famílias, como afirma Thompson.

O papel da família na transmissão cultural intergeracional é igualmente antigo. E, apesar da importância de outros canais, em particular o grupo de amigos, assim como de instituições mais especializadas, como a oficina, a escola, e a igreja, o papel da família continua bastante grande. Ele inclui não somente a transmissão de memória familiar – à qual os praticantes da história oral devotam especial atenção –, mas também da linguagem (“à língua mãe”), do nome, do território e da moradia, da posição social e da religião e, mais além ainda, dos valores e aspirações sociais, visões de mundo, habilidades domésticas, modos de comportamento, modelos de parentescos e casamento [...] (THOMPSON, 1993, p. 9).

O resultado desses fazeres foi visto durante a chegada e durante as passagens das procissões, como as observadas nas cercas no canto esquerdo da Fotografia 9.

Fotografia 9 – Percurso da procissão, Festa 13 de Maio. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.

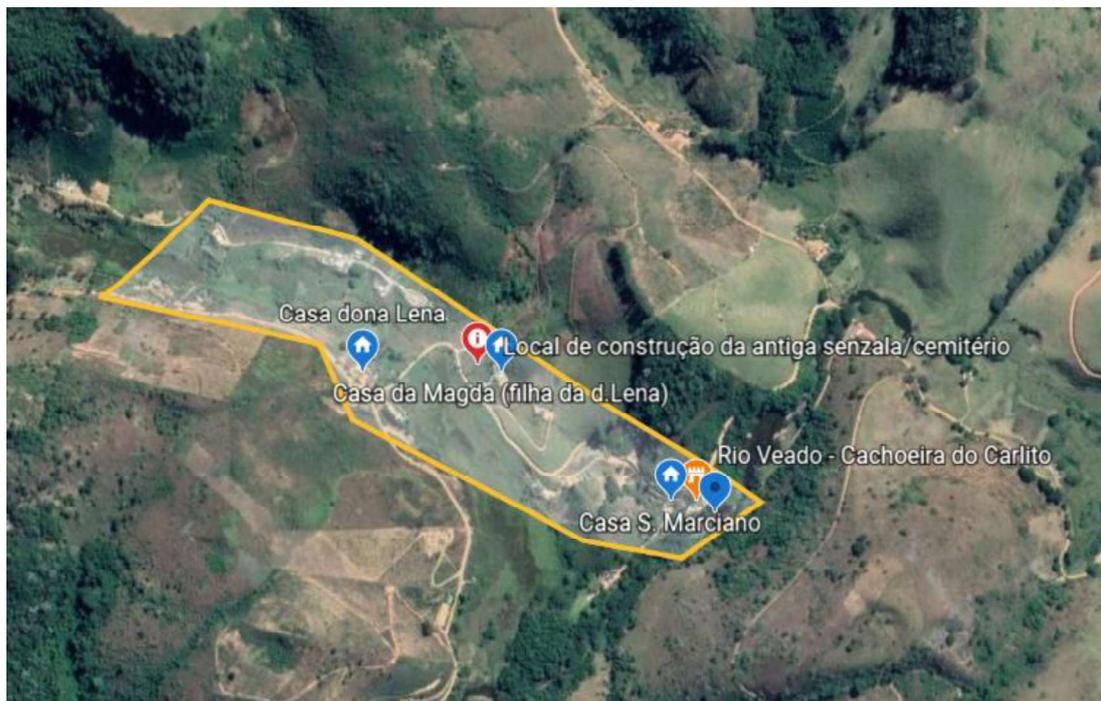


Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Não ocasionalmente as bandeiras marcam os caminhos da Festa por onde passam as jornadas, caravanas e a procissão, conforme o mapa da Figura 3. Pois, como vimos, elas trazem consigo a representatividade de santos e entidades que se acredita proteger o lugar. As caravanas e jornadas são grupos de pessoas ligadas a Casas de Oração que se deslocam⁴¹ de uma casa para a outra com intuito de manterem ligadas as “correntes de orações” existentes entre si (GOLTARA, 2014). A diferença nos nomes que se dá aos grupos está relacionada ao seu tamanho, sendo os menores conhecidos como caravanas e os grupos maiores como jornadas.

⁴¹ De acordo com as narrativas do grupo, acredita-se que com a visita de uma casa a outra, laços espirituais são firmados, somando-se e aumentando o poder da oração e proteção das casas.

Figura 3 – Vista da comunidade e dos principais pontos da procissão.



Fonte: Google Earth

O caminho percorrido na Festa perpassa pela antiga senzala e cemitério de escravizados, localizado há poucos metros da casa de dona Lena, como mostra o mapa anterior, e por 5 cruzeiros distribuídos ao longo de todo percurso, que veremos nas imagens a seguir, que são: os Cruzeiro das Almas de cor azul, que tem sua localização em frente à antiga senzala e ao cemitério; Cruzeiro de São Sebastião na cor vermelha, que fica mais próximo à casa de Marciano (a poucos metros da Casa de Oração); Cruzeiro de São Jorge na cor branca, na frente da Casa de Oração; Cruzeiro de Santa Terezinha de cor azul, situado na lateral direita da Casa de Oração; e o Cruzeiro do Vovô Benedito de cor branca, localizado na parte de trás da Casa de Oração.

Fotografia 10 – Os cinco cruzeiros: 1º Cruzeiros das Almas, 2º Cruzeiro de São Sebastião, 3º Cruzeiro de São Jorge, 4º Cruzeiro de Santa Terezinha e 5º Cruzeiro de Vovô Benedito. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivos pessoal da autora.

Os Cruzeiros também fazem parte dos símbolos representativos que compõem a Festa e são pontos de grande destaque. Eles estão presentes no caminho por onde passa a procissão, e são destinados vários momentos de orações e cantos. Segundo as narrativas do grupo, as cruces são representativas de uma força espiritual, que se

acredita serem capazes de conectá-los ao mundo dos espíritos. Orações e velas são depositadas diante delas, para serem encaminhadas a Deus através dos seres de luz.

Dentre eles, destaco o Cruzeiro das Almas, pois demarca o campo sagrado dos cemitérios⁴², um ponto de referência histórica que remete ao período escravista, local onde velas e orações são destinadas aos desencarnados; e o Cruzeiro Vovô Benedito, que se diferencia dos demais por receber o nome de uma entidade e ter fincado ao seu lado uma espécie de mastro feito de bambu com uma bandeira branca com dizeres à entidade, bem como um boneco de tecido branco feito à mão.

Fotografia 11 – Cruzeiro vovô Benedito. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Questionada sobre a importância da entidade vovô Benedito, dona Lena por meio dos conhecimentos herdados, afirma que ele foi um negro escravizado, e que representá-lo, assim como as demais almas dos demais anciões, é uma missão cumprida nesse dia 13 pelos membros da Casa de Oração.

⁴² O cemitério da comunidade não está ativo, sabe-se da sua existência por meio das memórias dos antigos e pela demarcação com o Cruzeiro das Almas. Ele teria sido construído nas proximidades da senzala. Recentemente com o avanço da lavoura foram relatados a descoberta de ossos dos quais os moradores supõem serem humanos, porém eles não foram analisados.

Em nossa sabedoria, o que nós temos...o pequeno conhecimento que a gente tem, que vovô Benedito ele é uma entidade que ele pertencia aos escravos. Então no dia da abolição, que é o dia 13 de maio, é onde a gente se faz essa representação, e é onde a Festa...é aonde a missão ela é mais contemplada a ele, e as entidades; que os velhos as velhas, vovôs, vovós. E, vovô Benedito ele é umas das entidades que ele pertenceu aos escravos, eu acredito assim. (BARBOSA. Entrevista concedida em 14/10/2021).

Conforme informa dona Lena, este cruzeiro é um dos mais contemplados durante a Festa, que tem início às 06h do dia 12 de maio⁴³, com a comunidade recebendo diversos visitantes. Esse dia é marcado por orações que se estendem durante o dia e a noite, sendo às 00h o ponto alto, quando, ao redor de uma imensa fogueira construída entre a casa de Marciano de Oliveira e a Casa de Oração, dão início ao ritual de orações e procissões circulando em torno dos cruzeiros, com exceção do cruzeiro das almas, e termina no interior da Casa de oração, reiniciando na manhã seguinte⁴⁴.

O dia 13 é marcado por procissões constituídas pelos diversos grupos presentes, entre eles a banda lira Bate-Flecha. No ano de 2019, a data caiu em uma segunda-feira, contudo o calendário não foi alterado. Isso porque, de acordo com dona Lena, as procissões só podem ocorrer neste dia.

[...] a gente não pode fazer a procissão antes do dia 13. No dia 12 que é domingo que tem mais gente, a gente não pode fazer, a gente só pode fazer a procissão...tem que ser no dia, seja qual dia que for, seja com cinco pessoas. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista realizada em 30/04/2019).

A manutenção da data, seja qual for o dia da semana, está relacionada assim como em outras comunidades de religiões afro-brasileiras ao dia dos Pretos-Velhos, também celebrado dia 13 de maio, eles são principais entidades da linha de trabalho da Casa. Por conseguinte, cada novo grupo de caravana ou jornada que chega ao lugar acrescenta mais força e forma à Festa; os participantes são recebidos ainda na entrada do terreno da Casa de Oração por representantes da casa e a banda lira. Eles são destinados a receber e guiar os visitantes até se juntarem ao grupo maior.

⁴³ Este horário pode variar caso as comemorações ocorram durante a semana.

⁴⁴ Pode ou não haver um intervalo das orações e procissões entre o dia 12 e 13, isso depende da chegada de novos visitantes, caso ocorram dentro desse período, os rituais são mantidos.

Fotografia 12 – Chegada Jornada. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

No momento em que o grupo chega, há uma troca de bandeiras pelos representantes das casas. O representante local⁴⁵ leva à frente de todo grupo como sinal de união entre as correntes, como mostra a imagem anterior, onde o rapaz conduz a bandeira azul que representa a casa visitante. A procissão dos que chegam é marcada pelo som dos instrumentos da banda que dá ritmo às canções e ao acenar das bandeiras trazidas pelos visitantes. Esse processo se repete até por volta das 12h, quando é servida a refeição.

O prato principal é a feijoada, oferecida a todos os visitantes sob o olhar cuidadoso de Maria Aparecida de Oliveira, esposa de Marciano de Oliveira. Ela é quem comanda a cozinha neste dia, reunindo diversas mulheres no preparo dos alimentos que são servidos durante os dois dias de festa.

Por volta das 13h, após o almoço, temos o auge da Festa com o último ato que é realizado por meio de procissão que desta vez inclui todos os 5 cruzeiros. Neste momento a imagem de Nossa Senhora da Guia é retirada do interior da Casa de

⁴⁵ Como dito anteriormente, dona Lena é a responsável por cuidar de todas as correntes. Contudo, durante a Festa, chegam grupos a todo tempo, deste modo ela designa outras pessoas para auxiliá-la, assumindo funções de guia, como o rapaz da Fotografia 13.

Oração e carregada até as proximidades do Cruzeiro das Almas, próximo ao local de origem das comemorações, a antiga senzala.

Fotografia 13 – Saída da procissão com a imagem de Nossa Senhora da Guia. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Todo percurso é realizado com cantos, orações e muitos fogos até a chegada aos pés do Cruzeiro das Almas, onde velas são acesas e orações são depositadas. Após um pequeno momento de orações, a procissão segue para realizar seu retorno, que é feito em uma curva a poucos metros dali. O local é marcado pelo simbolismo, como narra dona Lena:

[...] a gente vem até o corgo, então, quando a gente passa pra atravessar o corgo a gente faz um retorno, é um retorno assim, fica como se a gente tivesse drobanda a corrente pra novamente voltar a fazer o encaixa lá no pé, nos pés do cruzeiro. E ali tinha uma simbolização, de um estelho, que ele era muito antigo, aonde a gente faz esse retorno, por isso que a gente vem só até ali. (BARBOSA. Entrevista cedida em 14/10/2021).

Após completada toda procissão, o término do ritual se dá com a chegada novamente à Casa de Oração, onde orações finais são feitas, e alguns dos elementos trazidos com os participantes são deixados na casa. O ritual existe dentro de várias relações que se estabeleceram ao longo dos tempos, auxiliando na construção dos sentidos e

valores da transmissão da cultura quilombola, fonte inesgotável de conhecimento, e que constrói de forma rica os saberes religiosos, expressões, modos de fazer e viver desta comunidade.

2.4.1 Bate-Flecha e banda lira

A banda lira e Bate-Flecha são elementos fundamentais dentro de todo contexto cultural da Festa. De acordo com as narrativas do grupo da Família dos Eufrásios, o Bate-Flecha é uma prática religiosa e cultural de origem negra e indígena, que na Casa de Oração Nossa Senhora da Guia tem como padroeiro São Sebastião. O grupo, como pode ser observado na Fotografia 14, é formado por homens e mulheres e a banda lira, que dentro de um conjunto de elementos simbólicos expressam parte de sua herança cultural (GOLTARA, 2014).

Fotografia 14 – Bate-Flecha, festa de Certificação. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2018.



Fonte: Site da Prefeitura de Guaçuí.
Nota: Autoria Desconhecida.

Segundo análises de Goltara (2014, p. 228). O Bate-Flecha, também conhecido como corrente flecheira ou campo flecheiro⁴⁶, está relacionado à libertação dos negros e indígenas escravizados. Sua apresentação se dá por meio de cortejo religioso em que seus participantes, em roda ou seguindo em linha reta com formação de duplas, dançam em passos compassados, guiados pela bandeira de São Sebastião e pelas batidas das flechas, representadas por bastões de madeiras; seguem ao som da banda. Como corrente espírita, sua função no contexto religioso é de consumação das missões, limpeza e de proteção, quando ocorrem as procissões das jornadas:

As jornadas, como fenômeno característico do Círculo Esotérico, utilizam-se desse coletivo de caboclos para fazer a sua segurança durante os deslocamentos rituais das correntes, bem como para realizar os rituais de “ligação das correntes”. Por esse motivo, jornadas e campo flecheiro são coisas muito próximas, às vezes tomadas como sinônimos. (GOLTARA, 2014, p.118).

Mesmo fora desse contexto, como na apresentação do grupo na festa que celebrou o recebimento do certificado de reconhecimento como comunidade quilombola⁴⁷, visto na Fotografia 15, dia histórico para a comunidade, o Bate-Flecha não deixa de ter a conexão com o espiritual. Esse tipo de apresentação depende de uma negociação com as entidades espirituais, para que os aspectos “encantados” não apareçam aos olhos do público (GOLTARA, 2014, p. 168). Essa configuração fora do contexto religioso pode ser vista como uma forma de exaltar suas expressões culturais, compreendidas como uma prática de reafirmação da identidade, uma vez que ela incorpora de forma consciente elementos de sua cultura.

⁴⁶ De acordo com Goltara (2014, p. 55 e 174), as correntes flecheiras descem somente em ocasiões específicas, sobretudo no dia de São Sebastião, patrono do “campo flecheiro”.

⁴⁷ Neste dia de conquista, diversas pessoas marcaram presença na comunidade demonstrando o forte poder cultural e de articulação da comunidade e de suas lideranças locais: representando a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo ‘Zacimba Gaba’ (COEQ) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), estava Arilson Ventura; e representantes da prefeitura de Guaçuí, o vice-prefeito Miguel Riva, o secretário e a gerente da Secretaria Municipal de Agricultura Edielson Rodrigues e Kênia Resende Cardoso, e o secretário municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Leonardo Ridolfi. Além dos gestores, o evento contou ainda com professores e alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e com grupos tradicionais da cultura afro-brasileira, Caxambu do Horizonte e o grupo de Capoeira.

Fotografia 15 – Apresentação do Bate-Flecha em noite de certificação. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2018.



Fonte: Arquivos Programa do Programa de Extensão Jongs e Caxambus no ES (PROEX/UFES)

Na Fotografia 15, pode-se observar parte da estrutura do grupo de Bate-Flecha. Centralizados na imagem, notamos dona Lena e seu Filho Moacir de Oliveira Barbosa formando uma dupla de flecheiros, levando de encontro suas flechas; mais ao lado, no canto esquerdo temos parte de integrantes da banda lira com seus instrumentos de sopro; e ao fundo da foto, vemos Marciano de Oliveira como guia da corrente da banda, com a bandeira vermelha com a imagem de São Sebastião.

A cultura do Bate-Flecha e banda lira possibilita desenvolver várias habilidades artísticas e criativas em vários universos das artes manuais, musicais, dança etc. No início, ao invés de bastões de madeira, eram utilizadas espadas, uma simbologia a São Sebastião, porém com os riscos de cortes elas foram substituídas, como nos conta dona Lena: “Quando tudo começou a gente tinha. Só que ninguém gostava de bater espada” (entrevista realizada em 30/04/2019). De acordo com as narrativas, as flechas, representadas pelo bastão de madeira, saúdam a São Sebastião e aos caboclos da mata e cumprem o papel de marcação do ritmo do corpo na dança, estabelecendo uma “fluência” na apresentação, conforme nos conta dona Lena:

Nesse momento que nós estamos cantando né, nós tamo rodando, aí você vai ter uma fluência, né, é uma fluência que você vai ter, é com esses pauzinhos que tá aí (se referindo a imagem da foto). Aí do jeitinho que você vai cantar, você vai bater. *Eu sou um caboclo guerreiro, do mártir são*

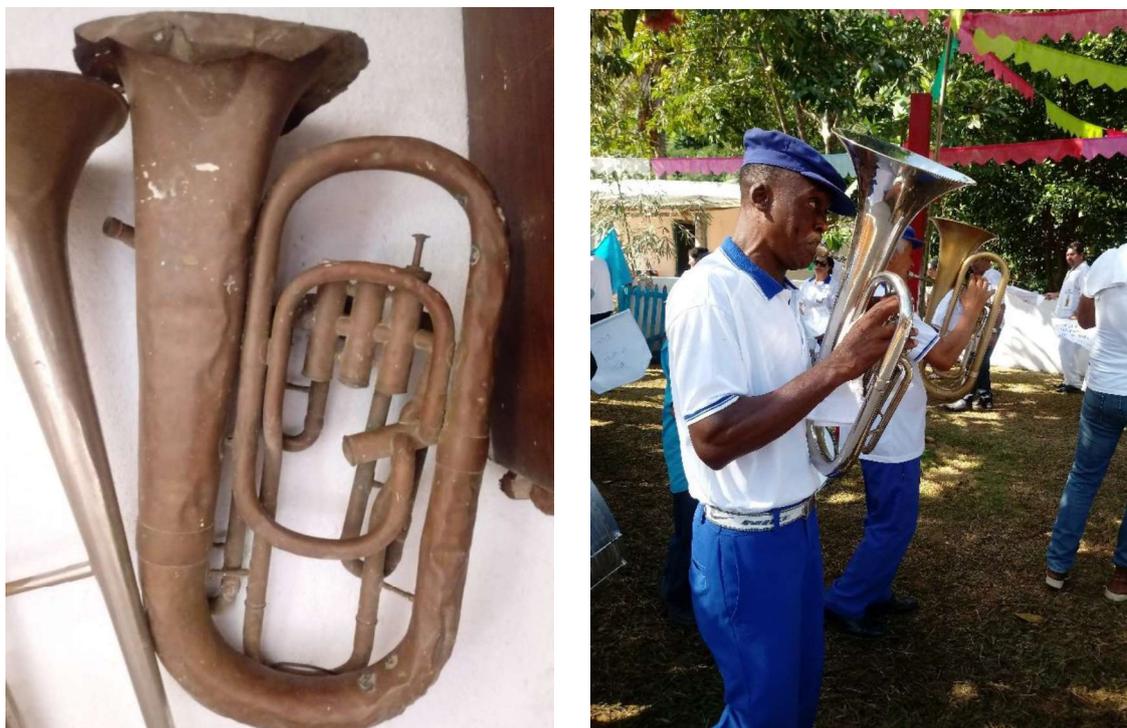
Sebastião. Com a minha espada de guerra eu só vem na terra para os meus irmãos. Quando você tem a marcha você vai atravessar, uma dela e uma de cá. “Eu sou um caboclo guerreiro, do mártir são Sebastião. Com a minha espada de guerra eu só vem na terra para os meus irmãos”. Aí o que que acontece, nós somos duas, eu vou tá com dois pauzinhos aqui, a minha companheira vai estar com dois pauzinhos aqui...eu vou encruzar essa flecha...e bater com ela. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista realizada em 30/04/2019).

Durante os movimentos do corpo, Goltara (2014, p.120) afirma que suas cabeças estão sob influência da corrente espiritual, não estando totalmente tomados, mas permanecendo conectadas de forma parcial. O corpo neste campo se apresenta como meio de comunicação e vivência na prática do Bate-Flecha e reflete sua participação em construção identitária: “o corpo é capaz de registrar, nele próprio, muitas narrativas, através das diversas possibilidades de expressão, como a oralidade, a escrita, o desenho, as brincadeiras e as celebrações.” (NASCIMENTO, 2018, p. 84). Desse modo, é um elemento fundamental na ligação com o mundo espiritual.

Dentro do conjunto de elementos estéticos e simbólicos que compõem os grupos, temos os instrumentos musicais usados pela banda, como sopro, pratos, bumbo e surdo. A princípio, os instrumentos eram feitos de forma manual como os de sopro feito de goma de taquara. Marciano de Oliveira explica que por não terem recursos, os músicos faziam seus próprios instrumentos “[...] aí eles pegaram, diz que eles tinha uma...assim fazia uma banda de música de gomo taquara, aquela turma de crioulo tocando naqueles canudos de bambu e dançando...” (OLIVEIRA, Entrevista realizada em 30/04/2019), se lembra ele sorrindo pela situação. Continua a frase afirmando que a partir da banda o Bate-Flecha teria dado início na comunidade “[...] na época ele num tinha, eles fizeram de bambu. Aí pegou eles mudificaram, invês de tocar pra dançar, já foi pro Bate-Flecha, aí mudou pro Bate-Flecha.” (OLIVEIRA. Entrevista realizada em 30/04/2019).

Com o passar do tempo houve diversas transformações em relação aos instrumentos, os integrantes do grupo desenvolveram formas de criar seus próprios instrumentos em lata; e atualmente eles já são comprados direto nas lojas, como a Fotografia 16.

Fotografia 16 – Instrumento de sopro utilizado pela banda Lira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Segundo Marciano de Oliveira, com o tempo eles foram sendo recriados pela comunidade em função de sua interação com a história. Um dos responsáveis teria sido seu primo mais velho, Arquimino, do qual se orgulha pela expertise:

Esse primo meu era uma pessoa muito inteligente, sabe? Aí começou a fazer os instrumen...mandar fazer de lata, sordava lata, fazia aqueles instrumentos pra soprar, e depôs começou a comprar os instrumentos, que até lá na casa dela ainda tem um baixo, antigo. Foi comprando aqueles instrumentos e foi treinando as pessoas...quando começou eu deveria ter uns 8 ou 9 anos...aí começou a fazer aquela banda de música, aí já começaram o Bate-Flecha e passou a participar com as outras pessoas que fazia oração uniu com eles, aí foi rezar. (OLIVEIRA, Marciano. Entrevista realizada em 30/04/2019)

A partir dos relatos, é possível dizer que o Bate-flecha e a Casa de Oração tenham surgido em períodos próximos, uma vez que ambas as origens estão relacionadas às transformações musicais ocorridas da comunidade. Hoje eles constituem o patrimônio cultural da comunidade, auxiliando na preservação da memória, atuando como meios pelos quais os grupos sociais se representam, e é por meio do qual os grupos elaboram sua identidade e produzem sua territorialidade, tornando-se assim um bem cultural da comunidade, que ganha força com a transmissão dos saberes passados de pais para filhos, que tem no Bate-Flecha uma referência cultural.

Segundo Oliveira (2019, p. 35), os descendentes de africanos foram aos poucos dinamizando sua vida social por meio da transmissão de saberes para a nova geração, desenvolvida por intermédio das narrativas míticas e de suas festividades. Por fim, os grupos desenvolvem práticas culturais de resistência e reprodução de seus modos de vida e na consolidação de seu território, recorrendo ao resgate e à manutenção da memória ancestral.

Para Gomes e Munanga (2004, p. 40), recontar a história do povo negro e suas tradições, é uma forma de compreensão do passado que para muitos de nós permanece desconhecido, afirmando que: “Este passado e o modo como foi construído interfere e interferirá em nossas crenças e nas formas de inserção e vivência do mundo atual, seja enquanto negros, brancos e indígenas brasileiros.” (GOMES; MUNANGA, 2004, p. 140).

CAPÍTULO II

3 MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE: JORNADA DOS SABERES

Maurice Halbwachs, sociólogo francês em diálogo a respeito da memória coletiva e do espaço (1990, p. 133), enfatiza que indivíduos membros de um grupo permanecem unidos em determinado espaço por meio da conservação de lembranças afetivas e de relações estabelecidas por elementos de seu passado, transformando esse espaço, ao mesmo tempo em que se adaptam as coisas/modo de vida que a ele resistem.

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Como a imagem do quadro evocaria aquilo que nele traçamos, já que o quadro é indiferente aos signos, e como, sobre um mesmo quadro, poderemos produzir todas as figuras que se quiser? Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem ao outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos naquilo que nele há de mais estável. (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Deste modo, é possível afirmar que o fortalecimento da cultura de comunidades tradicionais ocorre por meio dos diversos aspectos da sua estrutura de vida como o conjunto de práticas e saberes que envolvem: conhecimentos sociais, religiosos, e cultivo da terra, que são resultados dessa experiência da comunidade com seus ancestrais. Eles ocupam seus territórios e usam de seus recursos naturais como condição para sua continuidade, o que para Halbwachs (1990, p. 143) faz com que a transmissão desses saberes gere um sentimento de pertencimento com o lugar onde vivem, fazendo com que a memória coletiva esteja sempre interligada ao quadro espacial.

Com um modo de vida baseado na lavoura, a Família dos Eufrásios maneja o espaço onde vive por meio do trabalho coletivo, obtendo relações de compadrio e grupos de vizinhança relevantes, estabelecidos a partir desta estrutura para a manutenção do território. De acordo com Oliveira e Rodrigues (2016d, p. 166), esse modo de vida comunitário estabelecido entre os descendentes de negros escravizados é do tempo da escravidão e possibilitou na época, como possibilita agora, o enfrentamento de adversidades. Eles afirmam:

Nesse processo de construção da organização social, a partir de suas capacidades criativas de códigos de comunicação e de conduta, narrativas

míticas e rituais, esses descendentes de africanos foram, aos poucos, dinamizando sua vida social. Em coletividade, eles foram desenvolvendo os processos de transmissão de saberes para as novas gerações que, desde então, vêm se socializando a partir de referências culturais transmitidas pelas gerações precedentes. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016d, p. 159)

Transmissão cultural essa que se dá nesse espaço de uso coletivo, o que faz com que o vejamos não apenas como espaço físico delimitador de fronteiras, mas também como um universo simbólico onde se compartilham vivências e experiências, como um espaço político de relações que se estabelecem com os grupos que ali vivem:

O território não é apenas a terra como base física e/ou geográfica, mas também os bens e tradições culturais que as comunidades (que vivem nele e dele) herdaram, recriam e transmitem para as novas gerações, demarcando, assim, o espaço, e transformando-o em território. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016d, p. 166).

Sobre este espaço simbólico, os antropólogos Maria de Lourdes Bandeira (1991, p. 8) e Alfredo Wagner Almeida (2008, p. 29) acrescentam em suas reflexões sobre a identidade étnica e territorialidade negras remanescentes que a territorialidade negra existe de acordo com o que cada grupo constitui: valores, crenças, práticas culturais; ela seria “um fator identificação, defesa e força” como afirma Almeida (2008, p. 29), não tendo necessariamente relação com a posse física de um espaço por uma pessoa, ela estaria estritamente ligada aos laços criados por sujeitos organizados etnicamente, um grupo enquanto “sujeito coletivo”.

O controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos.

A territorialidade das comunidades negras é referida na identidade étnica de cada grupo que as constitui. A posse da terra, independentemente das suas origens patrimoniais, se efetiva pelas comunidades negras enquanto sujeito coletivo configurado como grupo étnico. A apropriação coletiva é feita por negros organizados etnicamente como sujeito social. Não se trata, portanto, de posse de negros enquanto pessoas físicas. (BANDEIRA, 1991, p. 8)

Sendo assim, o autoconhecimento deste grupo dos processos sociais de pertencimento coletivo de suas terras, suas potencialidades, proporciona o resgate e a constituição dos direitos de seu território e de sua cultura; e estão presentes em diversas formas incluindo o reconhecimento de registros significativos de memória, como a da Fotografia 17, em que dona Lena aparece com retrato antigo em mãos revelando sujeitos agrupados em um momento de festividade religiosa na

comunidade. Sobre o retrato ela faz questão de frisar que as pessoas que ali aparecem reunidas são membros de sua família que viveram neste mesmo espaço hoje ocupado por ela.

Fotografia 17 – Maria Helena Barbosa Oliveira. Córrego do Sossego. Guaçuí, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Os saberes tradicionais vivenciados e transmitidos pelos Eufrásios podem ser vistos na maneira de ensinar, de promover trocas, de olhar e de criar, que inclui um sistema de cultivo da terra, como a produção, a colheita e consumo de produtos; que promove não apenas a segurança alimentar deste grupo, como também garante uma produção de subsistência por meio principalmente da agricultura familiar⁴⁸, conforme a Fotografia 18, de produção da farinha de mandioca⁴⁹ destina à venda, um dos produtos comercializados pelo grupo.

⁴⁸ Com base na Lei 11.326, de 24 de julho de 2016, a agricultura familiar é um sistema de produção agrícola classificado a partir da produção por pequenos proprietários rurais, que incluem povos indígenas, pescadores e remanescentes de quilombo que se estruturam com base da mão de obra essencialmente familiar. A Lei estabelece conceitos e instrumentos para criação de políticas públicas direcionados a este sistema. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 19 de jan. 2021.

⁴⁹ Uma parte da produção da Família dos Eufrásios é destinado à Alimentação Escolar promovida por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947/2009 do Governo Federal, Art., 14, que determina que 30% do alimento seja adquirido diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O Programa prevê alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública; a outra parte é reservada à venda na própria comunidade, que recebe constantemente a visita de grupos de turistas que visitam a

Fotografia 18 – Farinha de Mandioca produzida pela Família dos Eufrásios. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.



Fonte: Arquivos da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida.

De acordo com Oliveira (2016c, p. 195), historicamente, povos africanos de língua bantu já utilizavam o termo quilombo em África para se referirem a diferentes formas de organização social que mantinham em comum um domínio nas formas de produção, adquiridos por meio dos saberes herdados e transmitidos de seus ancestrais. Vindo para o Brasil por meio do tráfico de negros escravizados, aparentemente estes trouxeram esse mesmo tipo de estrutura, que se tornou parte das características fundamentais, hoje no reconhecimento cultural das comunidades de remanescentes de quilombo.

3.1 O SISTEMA ALIMENTAR COMO BEM CULTURAL

O hábito alimentar da família dos Eufrásios está ligado a outras diversas práticas culturais herdadas por seus ancestrais, que perpassam outros tantos saberes expressados pelo grupo. O trabalho na lavoura, como eles se referem, e a

região para prática de esportes de natureza. Para mais informações a respeito do PNAE e da compra por meio da Agricultura Familiar, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

transformação dos alimentos estão não só ligados à produção diversificada dos produtos cultivados, como também guardam um importante significado relacionado à identidade do grupo e à história cultural do país, podendo ser analisado, portanto, como um patrimônio cultural.

A transmissão dos saberes tradicionais, relacionados aos modos de se viver e aos modos de se fazer, que envolve atividades de campo, desde o cultivo à produção de alimentos, teve novas repercussões a partir de 2010, após o “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”⁵⁰ (SAT-RN) ser registrado como patrimônio cultural imaterial brasileiro, abrindo caminhos para novos estudos e análises para o registro de outros bens culturais nesta categoria. Esta nova análise vista a partir de “sistema agrícola tradicional”⁵¹, de acordo com Lucia Hussak Velthem e Laure Emperaire (2016) é importante para compreender a relação simbólica destes com a vida dos sujeitos, e não apenas seu uso funcional.

Passar da noção de agricultura à de sistema agrícola significa colocar em evidência interações deste campo de atividade com outros domínios da vida social, cultural e material e não se limitar à vertente funcional de seus componentes. (EMPERAIRE; VELTHEM, 2016, p. 63).

De acordo com Iphan (2010), o “Sistema Agrícola Tradicional” está ainda ligado ao uso coletivo das terras e ao acesso às plantas cultivadas, havendo articulações dos sujeitos que promovem trocas essenciais para o cultivo, como o sistema agrícola da família dos Eufrásios, em que observamos uma circulação de saberes entre as técnicas, os ritos e as comidas tradicionais, além de práticas associadas que envolvem espaços manejados.

A expressão sistema, utilizada no título (referindo-se ao título do dossiê), evidencia a interdependência desses domínios de formas de fazer. Trata-se de registrar uma diversidade de processos que envolvem várias escalas ecológicas, biológicas, socioculturais e temporais, que atravessam domínios da vida material, social e econômica, que têm funções simbólicas e

⁵⁰ Em 5 de novembro de 2010, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro por reunir importantes saberes, práticas, representações, objetos, espaços e regimes de apropriação e de circulação. O registro foi instituído a partir do Decreto 3.551/2000 e foi inscrito no Livro de Registro de Saberes. Mais informações estão disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_de_registro-O_Sistema_Agricola_Tradicional_do_Rio_Negro.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

⁵¹ “Entende-se por Sistema Agrícola Tradicional o complexo de dimensões cosmológicas, culturais e técnicas que abrangem as práticas relacionadas às atividades de agricultura, a sociabilidade e a alimentação”, (IPHAN, 2010, p.13). Disponível: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19_sistema_agricola_web__12jul19.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos e saberes, normas sociais e que suprem necessidades biológicas. (IPHAN, 2010, p. 9).

Vivian Braga (2004) descreve que os estudos da antropologia da alimentação e a noção de cultura alimentar, análise feita antes do registro do sistema agrícola, destacam a diferença entre os termos alimento e comida com base em uma contribuição de valores individual. Sua análise sobre os termos é feita de forma desassociada a outros contextos, o que acaba por anular seu processo simbólico.

Alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto e de longe, da rua ou de casa, do céu e da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao famoso e antigo *de-comer*, expressão equivalente a refeição, como de resto é a palavra comida. Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa. (DA MATTA apud BRAGA, 2004, p. 22).

Apesar de Braga reconhecer a relevância dos saberes tradicionais que envolvem o preparo e a simbologia das comidas, estudos realizados pelo antropólogo, um dos maiores especialistas sobre o patrimônio cultural no país, José Reginaldo dos Santos Gonçalves (2005, 2000), apontam a importância de uma análise desses elementos de forma não desassociada de seu contexto. Ele nos leva a refletir: “O que seria o kula sem os colares, braceletes, sem as canoas e todo o conjunto de técnicas necessárias à sua construção e ao seu uso?” (GONÇALVES, 2005, p. 22). E aponta um caminho itinerante para análise de bens culturais, que permite, ao mesmo tempo, evidenciar o processo e não apenas um único elemento enquanto valor patrimonial, afirmando que seus traços culturais existem na medida em que fazem parte desse sistema os quais os conectam aos significados e linguagem utilizados pelos grupos sociais, que os legitimam enquanto um patrimônio cultural, nas palavras do autor, patrimônios culturais analisados enquanto “fatos sociais totais” (GONÇALVES, 2002, 2004, 2005).

Tenho sublinhado ainda que os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres etc. Nesse sentido, tenho sugerido a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total” (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Para compreensão desses elementos, Gonçalves (2000) faz uma análise dos alimentos a partir das pesquisas etnográficas feitas pelo folclorista Luís da Câmara Cascudo, a quem o autor considera o mais conhecido e popular entre os folcloristas. A temática dos alimentos aparece com muita frequência nas narrativas de Cascudo, sendo destacada veementemente em seu uso cotidiano, em festas, religiões etc., tornando-a uma referência entre os pesquisadores neste campo. Sob a perspectiva de Cascudo, Gonçalves afirma ser possível enxergar o alimento como um elemento que faz parte de um sistema no qual desempenha diversas funções, entre as quais está seu uso para expressar e celebrar diferentes espécies. Rebatendo deste modo seu uso sob a perspectiva apenas funcional, para atender às necessidades biológicas do corpo, a “fome”.

Um sistema alimentar funciona não exclusivamente para satisfazer essas necessidades, mas para expressar um paladar cultural e historicamente formado. Como uma necessidade natural, a fome vem a ser satisfeita por qualquer tipo de alimento, do mesmo modo que a sede é satisfeita pela água. Mas o paladar está associado a modalidades distintas de comidas e bebidas. Mais que isso, está associado a formas específicas e particulares de preparação, apresentação e consumo. Por intermédio do paladar, os indivíduos e grupos distinguem-se, opõem-se a outros indivíduos e grupos. Por essa razão, o paladar situa-se no centro mesmo das identidades individuais e coletivas. (GONÇALVES, 2000, p. 44).

Para Gonçalves (2000), o sistema alimentar encontrado nos estudos de Cascudo aponta que o alimento isolado pode mesmo ser entendido como algo relacionado a questões biológicas, mas é praticamente impossível de se encontrar isolado, pois ele está frequentemente ligado a um sistema de relações sociais e simbólicas, visto em seu conjunto de funções, tornando-o algo maior. Esse sistema de relações está vinculado a algo cultural e que envolve a preferência pelo alimento, sua preparação, o consumo, entre outras condições, que são constantemente encontrados em “festas, religiões, medicinais populares, provérbios, narrativas e relações mágico-religiosas, com os morros etc.” (GONÇALVES, 2000, p. 43), integrando categorias que iremos discutir mais à frente, como “comida e refeição”. Ele prossegue: “[...] Diz Cascudo (1983 [1963]: 26-7): ‘A escolha de nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível. O nosso menu está sujeito a fronteiras intransponíveis, riscadas pelo costume de milênios.’” (GONÇALVES, 2000, p. 43)

As análises feitas por Gonçalves reforçam a concepção do sistema agrícola tradicional sob a perspectiva de um patrimônio cultural, abordadas pelo IPHAN (2010), que dá ênfase não só ao processo de criação dos gêneros alimentícios, mas também das relações construídas a partir dele, de forma a abarcar o conjunto de saberes, fazeres e outras manifestações associadas que envolvem o espaço de cultivo, os alimentos produzidos na lavoura, a comida criada a partir dos produtos agrícolas e as formas de se alimentar.

O valor identitário e histórico atribuído pelos sujeitos a este conjunto de saberes no qual identificamos como referência cultural⁵², permitindo-nos considerar, sobretudo para este grupo, a importância não só histórica e da memória ancestral, mas também uma preocupação social e econômica dentro desta dimensão simbólica. Nesta perspectiva, Fonseca (2006, p. 87) afirma que a preservação desses elementos de referências culturais é um direito dos sujeitos, pois tais referências configuram sua identidade, e suas ações estão relacionadas à memória coletiva e aos modos de fazer e viver do grupo.

Atentos a esses direitos e à manutenção de sua cultura por intermédio da transmissão dos saberes, recentemente por meio da Associação Rural Córrego do Sossego⁵³, coordenada pelo filho mais velho de dona Lena, Marciano Oliveira Barbosa 38 anos, nascido em 16 de janeiro de 1985, a família dos Eufrásios participou da seleção de edital de valorização da diversidade cultural capixaba, com fomento para execução do projeto de título: “Resgate e Valorização da Arte Culinária da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego”, sendo contemplada por meio de projetos da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/ES) e do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA)⁵⁴, nº 016/2019.

⁵² O conceito de referência cultural aqui entendida como bens ou práticas culturais de valor e sentido atribuídos pelos sujeitos que os detêm, como afirma Fonseca (2006, p. 86).

⁵³ Associação Rural Córrego do Sossego surgiu em 2019, por meio da união de 10 famílias da comunidade, com objetivo de garantir a ocupação e permanência em suas terras. No mesmo ano, o estatuto da Associação foi alterado para atender às novas demandas da comunidade enquanto comunidade autodeclarada e reconhecida no ano de 2018 pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombo.

⁵⁴ O Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA) (Lei Complementar nº 458 de 21/10/2008) é uma forma de apoio a agentes culturais e artistas, como maneira de incentivar a formação e produção de serviços e com base nos conhecimentos, criatividade e o capital intelectual. A forma de acesso ao fundo é através de editais públicos anuais, que permitem a realização de projetos culturais de interesse público e de impacto social. Para mais informações acesse <https://secult.es.gov.br/funcultura-2>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Fotografia 19 – Construção do Moinho de fubá. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.



Fonte: Facebook da Associação Rural Córrego do Sossego. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=comunidade%20quilombola%20do%20c%C3%B3rrego%20do%20sossego> . Acesso em: 15 mar. 2021.

Nota: Autor Desconhecido.

O projeto permitiu a compra de um moinho para produção de fubá e a construção do espaço para abrigá-lo. Na Fotografia 19 é possível observar membros da Família dos Eufrásios no processo de construção do espaço. Como contrapartida, a Associação ofereceu oficina de culinária na comunidade, que ocorreu entre os dias 24 e 27 de maio de 2021, da qual será produzida uma cartilha com receitas tradicionais do grupo. De acordo com descrito no projeto, a oficina enseja a preservação de práticas e saberes ligados à alimentação, tanto à culinária quanto à agricultura, por meio do registro de receitas e pratos tradicionais do grupo. A expectativa é que esta ação contribua para difusão dos valores e saberes da comunidade, fortalecendo ainda mais suas tradições.

De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)⁵⁵, a comunidade Córrego do Sossego é uma das principais

⁵⁵ O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) e é responsável pelos serviços de pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural no âmbito do Estado do Espírito Santo. Para mais informações acesse: <https://incaper.es.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 20 jan. 2021.

comunidades tradicionais do município de Guaçuí. Dados divulgados pela Instituição mostram que em 2019 a comunidade era constituída por 20 famílias de agricultores, tendo elas uma renda per capita de até 2 salários-mínimos, sendo parte das rendas vindas de programas do Governo Federal, como Bolsa Família e Programa Nacional de Crédito Fundiário (INCAPER, 2020, p. 25).

Com base nesses dados, verifica-se o necessário apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando à sustentabilidade econômica, social e cultural, desta comunidade, preservando assim seus traços culturais.

Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. Pois são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos (no caso do Brasil, de índio e negros) ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia que se constroem representações de uma “identidade nacional”. (FONSECA, 2006, p. 89).

Deste modo, os saberes relacionados à produção de alimentos na lavoura extrapolam o cultivo e a colheita, integram às refeições os momentos sociais de interação, de realizar ritos e festividades, de dançar, de contar histórias, de retribuir favores e honrar compromissos, de estabelecer laços de afinidade e afeto e de perpetuar seus saberes, como nas celebrações do 13 de maio do Córrego do Sossego e dos agrupamentos caxambuzeiros, mencionados no capítulo anterior, onde a feijoada foi apontada como comida tradicional servida aos visitantes nas festas do 13 de maio, e hoje é um símbolo da cozinha afro-brasileira, tendo seu contexto histórico ligado ao período da escravidão, conforme discutimos no Capítulo 1. Contudo, a feijoada não é a única comida tradicional ligada a este grupo, como veremos a seguir.

3.1.1 O uso social e simbólico dos alimentos

“Negra, pisa no pilão,
Pisa prá fazer xerém,
Prá fazer angu de milho
Que os negros são mais de cem.”

(CASCUDO, 2004, p. 225)

Como vimos, o alimento possui diversas funções que integram seu cultivo, sua escolha, sua transformação em produtos culinários e comidas, bem como os momentos de sociabilização que ocorrem por intermédio das refeições. Deste modo, milho, mandioca, feijão, arroz, banana, laranja se tornaram dentro desse processo alimentar itens de grande importância simbólica, fazendo parte não só da base de sustentação da Família dos Eufrásios, mas também de seu cultural. Seu uso individual ou coletivo transcende o simples ato de alimentar, ele constitui um entrelaço social e simbólico que liga o passado e o presente em seu dia a dia, nos dias festivos e religiosos.

Esses alimentos são hoje os principais produtos cultivados na lavoura do grupo, e sua preferência por esse cultivo provavelmente está relacionado ao seu consumo histórico pelos negros escravizados. De acordo com Gonçalves (2002), somos “escolhidos” por um sistema culinário já constituído social e culturalmente, que coloca em evidência a importância da função identitária.

Outro aspecto não menos importante é a natureza dessa função identitária. Ela é de natureza inconsciente. Desse modo, não escolhemos os alimentos que nos vão representar coletivamente. Não se trata de uma escolha consciente e proposital, como aquela que fazemos quando selecionamos um prato num cardápio. Na verdade, não somos nós que escolhemos os alimentos; são os alimentos que nos escolhem. Isso porque, quando escolhemos um determinado alimento, já estamos operando dentro de um dado ‘sistema culinário’ com seus princípios e regras inconscientes. Somos, aliás, já constituídos social e culturalmente por esse sistema. (GONÇALVES, 2002, p. 9).

Esse sistema culinário segue uma base de análise muito parecida com o conceito de Sistema Agrícola Tradicional utilizado hoje pelo IPHAN e leva em consideração aspectos históricos, técnicas e seus usos coletivos. O ponto inicial para compreender esse sistema culinário é analisar seu contexto histórico na sociedade, e para isso recorro aos estudos sobre a história da alimentação no Brasil com respaldo nos estudos de Cascudo (2004), os quais nos revelam a base alimentar dos negros escravizados trazidos para o Brasil, afirmando a presença dos mesmos alimentos cultivados e consumidos hoje pela família dos Eufrásios, no dia a dia da “dieta do escravo” ou “comida de escravo” (termos usados por Cascudo), tornando-os fundamentais em sua sobrevivência.

A história da alimentação no Brasil, conforme Cascudo (2004), revela que entre os primeiros colonizadores portugueses acreditava-se na inferioridade desses alimentos, que só poderiam servir de sustento a animais, índios e africanos escravizados trazidos

ao Brasil. A base a qual ele se refere, conhecida também como “carapeta” ou “ração de escravo”, estaria ligada à classe social do sujeito, que ao serem aprisionados tinham acesso apenas a esta comida que lhe era oferecida, como ele mesmo afirma:

Os navios que iam comprar as *peças da Guiné* levavam o fumo em rôlo para a troca e nos porões bruacas e surrões de farinha para o sustento dos futuros escravos embarcados. Antes de pisar terra do Brasil vinha comendo mandioca. Não apenas a farinha era fornecida nos barcos negreiros como bem antes; desde que o escravo fôsse adquirido recebia o “carapetal”, saco com a farinha de mandioca, aipim, milho fresco ou assado, a dieta da escravidão nas longas marchas, de presídio em presídio, até a pancada do mar na enseada de Cabinda, portos do rio Zaire, praias do Congo ou na velha e senhorial Luanda. (CASCUDO, 2004. p. 95)

Cascudo (2004) revela que, dentre as diversas atividades físicas desgastantes impostas aos negros escravizados, a comida oferecida, na qual ele acredita que por lógica fosse construída de modo a suprir a força e energia para garantir a produtividade de cada atividade, na verdade se tratava de uma única base alimentar a todos, independentemente do esforço que se fizesse na função desempenhada.

A impressão lógica é que o escravo teve alimentação relacionada com sua atividade essencial. Escravos dos engenhos de açúcar, escravos das fazendas de gado, escravos da mineração, escravos dos cafezais, escravos urbanos, não deviam ter a mesma dieta. Variavam os produtos, e cada profissão teria horário característico para alimentar-se. Tal não se verificou. A base era idêntica, e apenas a incidência de alguma carne ou pescado para dar gosto distinguia os regimes. (CASCUDO, 2004, p. 221).

Dentre os alimentos citados por Cascudo, presentes na base da alimentação dos escravizados, destaco a mandioca e o milho por serem hoje alimentos de grande importância social e econômica para a Família dos Eufrásios. Esses alimentos também foram retratados nas telas do jovem pintor e desenhista holandês Albert Eckhout⁵⁶, que desembarcou no Brasil com a comitiva de artistas e homens da ciência

⁵⁶ Albert Albert van der Eckhout (Groningen, Holanda, ca.1610 - idem, ca.1666), a serviço do conde Maurício de Nassau (1604-1679), governador-geral do Brasil holandês, viaja para o Brasil, onde permanece por sete anos (1637-1644). No período em que esteve no Nordeste brasileiro desenvolve intensa atividade como documentarista da fauna e da flora e como pintor de figuras humanas. A estada no Brasil é considerada sua principal fase. Nesse período, produz cerca de 400 desenhos e esboços a óleo, tonando-se conhecido principalmente pelo conjunto de 21 telas a óleo sobre nativos brasileiros. Tal conjunto é constituído pelos quatro pares de retratos etnográficos dos habitantes do Brasil no século XVII - Homem Tapuia (1643) e Mulher Tapuia (1641); Homem Tupi (1643) e Mulher Tupi (1641); Homem Mulato (s.d) e Mulher Mameluca (1641) e Homem Negro e Mulher Negra, ambos de 1641 – uma série de 12 naturezas-mortas com frutas e vegetais tropicais ou cultivados em solo brasileiro (todas sem indicação de data) e o grande painel “Dança dos Tapuias” (s.d.), por doação de Nassau ao Rei Frederik III da Dinamarca, em 1654. As obras pertencem atualmente ao Nationalmuseet [Museu Nacional da Dinamarca] em Copenhague. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10299/albert-eckhout>. Acesso em: 20 jun. 2021.

do príncipe Maurício de Nassau durante a ocupação holandesa em Pernambuco entre 1637 e 1644, destacando assim a popularidade desses alimentos já naquele período, como mostra a Fotografia 20.

Fotografia 20 – Natureza-morta com Mandioca (1640) a esquerda. A direita Mulher Africana, Brasil 1641. óleo sobre tela. Albert Eckhout. 267.00 cm x 178.00 cm.



Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Culturas Brasileiras. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra24488/mulher-africana>. Acesso em: 20 jun. 2021.

A importância da mandioca a fez ser considerada por Cascudo (2006) como “rainha do Brasil”, e recentemente, em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarou como alimento do século XXI devido seu grande potencial nutricional⁵⁷. Todos esses benefícios e qualidades fizeram com que a concepção desses alimentos inferiores fosse sendo transformada, ganhando fama no país, passando a cada dia mais a fazer parte das refeições dos brasileiros.

A partir do milho e da mandioca diversas comidas surgiram na culinária brasileira. Os estudos de Cascudo relatam o registro da preparação de comidas derivadas do milho, como o Fubá, consumidos por negros escravizados em 1817.

Saint-Hilaire (25, 1) estudando a população de Minas Gerais, registrava em 1817: - "11: fazendo cozer o fubá na água, sem acrescentar sal, que se faz essa espécie de polenta grosseira que se chama angu, e constitui o principal alimento dos escravos." (SAINT-HILAIRE apud CASCUDO, 2004 p. 223).

⁵⁷ Para mais informações acesse: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26261461/dia-de-campo-na-tv---mandioca-alimento-do-seculo-21>. Acesso em: 20 jan. 2021.

O francês Auguste de Saint-Hilaire, botânico e naturalista, realizou expedição aqui no Espírito Santo em 1818, junto ao príncipe germânico Maximiliano de Wied-Neuwied, realizando vários registros civilizatórios (NASCIMENTO, 2018, p. 9). Essa transformação dos alimentos e seu uso no preparo de comidas fazem parte do que Gonçalves (2002, p. 9) descreve como uma estrutura do Sistema culinário, conceito que ele afirma ter sido abordado por Mahias, em 1991. A estrutura como veremos a seguir perpassa por saberes culinários, modos de apresentar e de servir, herdados dentro das tradições familiares, e pelos quais a família dos Eufrásios é destaque dentro e fora da comunidade.

Estrutura do sistema culinário (GONÇALVES, 2002, p. 9):

- a) Processos de obtenção de alimentos (caça, pesca, coleta, agricultura, criação, troca ou comércio);
- b) Seleção de alimentos (sólidos e líquidos, doces e salgados etc.);
- c) Processos de preparação (cozimento, fritura, temperos etc.);
- d) Saberes culinários;
- e) Modos de apresentar e servir os alimentos (marcados pela formalidade ou pela informalidade);
- f) Técnicas corporais necessárias ao consumo de alimentos (maneiras à mesa);
- g) 'refeições', isto é, situações sociais (quotidianas e rituais) em que se preparam, exibem e consomem determinados alimentos;
- h) Hierarquia das 'refeições';
- i) Quem oferece e quem recebe uma 'refeição' (quotidiana ou ritual);
- j) Classificação de comidas principais, complementares e sobremesas;
- k) Equipamentos culinários e como são representados (espaços, mesas, cadeiras, esteiras, talheres, panelas, pratos etc.);
- l) Classificação do 'paladar';
- m) Modos de se dispor dos restos alimentares; etc.

Com base nesta estrutura, é possível destacar dentro da produção empírica cultural e ancestral de produtos e comidas da família dos Eufrásios alguns dos elementos pelos quais os momentos de refeições⁵⁸ são sempre destaque neste grupo, momentos estes

⁵⁸ Gonçalves (2004), em sua análise aos escritos de Cascudo, traz aquilo que chama de oposição feita pelo folclorista entre o ato social e cultural de comer e o igualmente ato de participar de uma *refeição*.

que Gonçalves (2004, p. 44) afirma, com base em Cascudo, estabelecerem uma conectividade entre seres humanos, entre os quais destaca as entidades, os seres vivos e mortos estruturando laços diversos. Estes elementos são: os saberes culinários, os espaços utilizados e os modos de apresentar e de servir os alimentos.

As refeições são necessariamente coletivas; são parte integrante de uma totalidade cósmica, natural, social e histórica. Comer, por sua vez, tende a ser um algo fragmentário, casual, individualizado e eventualmente solitário. As refeições estabelecem conexões entre os seres humanos, entre estes e as divindades, entre os vivos e os mortos etc. Comer, por outro lado, conecta os seres humanos com suas necessidades individuais, passageiras e eventuais. Uma refeição envolve tanto relações no contexto doméstico quanto situações altamente ritualizadas, cujos parceiros são criaturas distantes, como divindades, santos e mortos (GONÇALVES, 2000, p. 26).

No contexto doméstico, o uso dos alimentos como a mandioca e o milho nos momentos das refeições se destaca tanto em sua diversidade, do seu uso *in natura*, quanto na transformação/beneficiamento desses em produtos, como: farinha, goma, canjica, milho de pipoca, fubá etc.

Fotografia 21 – Produção de Fubá. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida Oliveira Barbosa.

O preparo das comidas com os alimentos e produtos da lavoura da Família dos Eufrásios ganha um sabor especial feito pelas mãos das mulheres da família, que

De acordo com Gonçalves, Cascudo afirma que a comida está ligada ao apetite e ao paladar, estando esse associado a um corpo culturalmente formado, enquanto a refeição está ligada a uma forma de comportamento organizado.

normalmente assumem este lugar de preparo (sobre esses espaços ocupados por mulheres e homens falarei mais adiante). Deste modo, o lugar da cozinha (espaço de preparo e espaço onde são realizadas as refeições) se tornou a área de principal circulação e vivências sociais deste grupo, principalmente da casa de dona Lena, que, além de familiares e amigos, recebe constantemente a visita de turistas que procuram a região para prática de esportes de natureza. Assim, a casa de dona Lena se tornou ponto obrigatório pelos visitantes para fazerem as refeições, como mostra a Fotografia 22.

Fotografia 22 – Grupo de visitante. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Facebook da Associação Rural Córrego do Sossego. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=comunidade%20quilombola%20do%20c%C3%B3rrego%20do%20sossego>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Nota: Autor Desconhecido.

Com cardápio variado e marcante, com comidas como mingau de fubá com couve, frango caipira no mingau de fubá, angu doce, canjiquinha com pé e orelha de porco, e uma variedade de sobremesas, como a famosa broa de melado com fubá, bolinho de fubá com banana, doce de abóbora, doce de banana etc., a família dos Eufrásios vem cativando cada vez mais o movimento turístico na região, garantindo assim mais uma fonte de renda.

Receita

Broa de Fubá com melado

assado na folha de bananeira

Ingredientes:

- 1 kg de fubá
- 1 xícara de leite
- 1 litro de melado
- 200 ml de leite
- 1 colher de manteiga ou duas colheres de óleo
- 2 ovos
- 250 g de farinha de trigo
- 1 colher de fermento químico em pó
- Folha de bananeira higienizada

Modo de fazer: Misture todos os ingredientes, deixando o fermento químico em pó por último. Coloque em uma forma forrada com folhas de bananeira higienizada e leve ao forno médio por 30 minutos. Deixe esfriar e sirva.

Fonte: caderno de receitas dona Lena.

Receitas como esta estão inclusas não só no consumo diário e de comercialização, como também estão presentes nas refeições festivas e em rituais religiosos relacionadas com a memória de seus ancestrais.

3.1.2 Sexta-Feira Santa

Por meio dos alimentos, compreendemos que indivíduos e coletividades estabeleceram ao longo do tempo conexões de natureza social e cultural. A alimentação, portanto, não é apenas uma fonte de nutrientes destinada a suprir as necessidades biológicas do corpo, ela compreende uma extensão imensa e diversa de significados e elementos simbólicos presentes nas relações sociais do dia a dia, nas festividades e em rituais religiosos, como os do tempo da quaresma.

Nesta perspectiva, observei que os laços culturais que cercam esse período evidenciam crenças e valores que são anualmente vividos e transmitidos entre as gerações pela Família dos Eufrásios, podendo ser identificados como representação de uma identidade ou de uma memória coletiva. Para Gonçalves, essa representação, sobretudo da noção de patrimônio intangível, constrói e forma pessoas.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para “agir” e não somente para se “comunicar”. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir. Ele faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, passado e presente, entre o céu e a terra, entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (Gonçalves, 2004. P. 5)

Dentro deste ciclo quaresmal, destaca-se a “Semana Santa”, ou “Semana das Dores”, como se refere dona Lena. Este período recorda os últimos passos de Jesus Cristo antes de ser morto, incluindo a “Santa Ceia do Senhor”, com rito de “lava pés” celebrado na quinta-feira, e a “Sexta-Feira Santa”⁵⁹, dia que simboliza a morte de Jesus Cristo na cruz. É um período de profundo respeito entre os cristãos católicos, ela traz uma reflexão sobre a morte de Cristo, considerada um ato de amor e salvação ao seu povo.

O ritual religioso possui um conjunto de significados particulares que seguem uma temporalidade histórica, dos quais muitos envolvem a alimentação. Assim, os alimentos tornam-se elementos simbólicos por meio da penitência e da celebração. A penitência é um ato de rendição, que se dá por meio de uma troca com uma entidade ou um Deus. Ela consiste na abstinência ao consumo de alimentos como a carne vermelha e o frango, simbolização do derramamento de sangue durante o sacrifício de Jesus Cristo, como narra dona Lena.

Os 40 dias vem assim já, Jesus já está passando por um sofrimento, é um tempo pra gente manter em jejum é as terças-feiras, sextas-feiras, assim como os católicos também faz, né. Não comem carne, e a gente não arrumar confusão com o outro e a gente manter mais em oração, porque foi nesse tempo que Jesus sofreu um grande, uma grande perseguição. E você sabe que após de tudo isto, ele foi morto, pregado na cruz, ele foi crucificado, né, ele foi, recebeu uma grande coroa de espinho. E então por esse sangue que Jesus correu na cruz, ele dizia pra nós, que é por esse sangue que a gente não deveria comer a carne na semana das dores, na semana da paixão. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista, julho de 2021)

Com algumas similaridades ao calendário católico do tempo quaresmal, este período na Casa de Oração Nossa Senhora da Guia está relacionado à luta contra o mal e ao respeito pela morte e ressurreição de Cristo. A família dos Eufrásios, como membros da Casa de Oração, manifesta nesse dia as tradições religiosas herdadas por meio dos ensinamentos deixados pelos mais velhos de sua família. De acordo com dona Lena, este é um momento de resguardo.

A gente faz uma simbolização, assim como os católicos também né, faz essa simbolização de resguardar o tempo da quaresma. O tempo da quaresma é um tempo que meu avô falava pra gente assim: Orem meus filhos, o tempo da quaresma, o bicho ruim, que é anjo mal, ele está solto, então a gente tem que viver em oração. A gente tem que orar muito durante os 40 dias até a

⁵⁹ De acordo com Diretório Litúrgico católico, a Sexta-Feira Santa ou sexta-feira da paixão faz parte de um ciclo conhecido como tempo da quaresma, que se inicia na Quarta-Feira de Cinzas e se estende até o domingo de Páscoa, dia simbólico da ressurreição de Cristo. Disponível em: <https://www.liturgiacatolica.com/diretorio-liturgico---anotacoes-gerais.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ressurreição de Jesus, porque vocês sabe, Jesus Cristo está doente, está pra morrer, e ele vai morrer. Então durante esse tempo a gente tem que ficar em oração, jejando, clamando com Deus pra que a gente não seja tentado pelo demônio. É o que meu avô sempre passava pra gente. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista, julho de 2021).

O fim do período de jejum é marcado na Sexta-Feira Santa após o meio-dia, horário em que a família se reúne em um momento de confraternização, dando início à celebração pela ressurreição de Cristo, representado no domingo de Páscoa. A celebração promove um momento de sociabilidade por meio da refeição, que celebra a vida. Permanece como tradição neste dia o consumo de alimentos e comida de cor branca, como peixe, canjica, arroz, pães, e a abundância de pratos doces, que se destacam na mesa, como mostra Fotografia 23.

Fotografia 23 – Refeição da Sexta-feira. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2021.



Fonte: Arquivos da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida Oliveira Barbosa.

Como é possível observar, os alimentos produzidos são feitos a partir dos produtos cultivados em suas próprias lavouras. Além do milho e da mandioca, o cultivo de plantas frutíferas é muito presente neste território, de forma bem diversificada, o que incentiva a produção de doces, sempre muito presentes na mesa da família.

Na sexta-feira após o meio-dia a gente agradece a Deus porque já vem aproximando o domingo da páscoa, a ressurreição de Jesus, então a gente serve essa alimentação que é o canjicão e o bacalhau, o peixe da água doce, ou até mesmo da água salgada. A gente faz essas comida e reúne toda a família. Faz a paçoca, é, pé-de-moleque, e demais coisas né, mais doces, variável, e serve a toda família unida. Isso é uma tradição que o meu avô trouxe junto com a gente, a gente cresceu junto com ele acompanhando essa tradição. Então isso, hoje a gente tem dado continuidade, eu né, eu neta da família sou muita grata por isso, e dou essa continuidade, é, fazendo canjicão, o doces, né, broa de fubá, é, rosca doce, pão caseiro, tudo a gente faz nesse dia comemorando a páscoa, a ressurreição de Jesus. (BARBOSA, Maria Helena. Entrevista, julho de 2021)

A diversidade no cultivo e na produção de alimentos e a presença simbólica dos pratos na mesa nos mostram a quantidade de bens culturais que estão associados à lavoura e a importância da manutenção dessa prática para valores que são construídos a partir dela e transmitidos como referências de uma cultura. Essa cultura existe e reexiste por intervenção de homens e mulheres, que dentro deste grupo possuem importantes papéis, como veremos a seguir.

3.1.3 Das funções de homens e mulheres

Com base nas análises feitas sobre a estrutura organizacional encontrada no grupo familiar dos Eufrásios, notamos algumas formas de inserção das mulheres e jovens no trabalho da agricultura familiar, fortalecendo e aumentando a capacidade produtiva na lavoura. Marciano, filho mais velho de dona Lena, relata que na lavoura não há divisão de trabalho por gênero, homens e mulheres possuem funções muito semelhantes, haja algumas exceções, pois, embora assumam tarefas similares na lavoura, que envolvem tanto a produção quanto a comercialização, são os homens que passam a maior parte do dia no campo, devido às atividades múltiplas assumidas pelas mulheres, como as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos.

Hoje é, na lavoura, geralmente a função dos homens e das mulheres são praticamente iguais, tendeu. Porque as mulher hoje, elas arrize um café, ajunta, elas abana, elas campina. Hoje o serviço hoje não tem aquela separação de homem e mulher, cada um hoje são em modo geral, né. (Marciano Oliveira Barbosa, entrevista 23/08/2021).

O trabalho no que diz respeito ao cultivo da lavoura é inserido na vida de todos ainda bem jovens, sob o cuidado com horário de escola para preservar os estudos. Todos trabalham em suas lavouras e prestam serviço nas vizinhanças como diaristas

autônomos, não tendo, portanto, vínculo empregatício. Marciano ressalta que é importante que os filhos aprendam cedo as práticas da lavoura.

Quando começa esse trabalho é a partir do momento que não está atrapalhando o horário de escola, geralmente já aprende né a fazer alguma coisa. Porque hoje na roça você tem que ensinar os filhos a fazer as coisas cedo. Desde que não atrapalhe o horário de aula deles, o momento deles estudar. (Marciano Oliveira Barbosa, entrevista 23/08/2021)

Deste modo, técnicas de plantio, que incluem a diferenciação e ciclos de plantio, e os modos de cultivo são repassados entre pais e filhos dentre as gerações, garantindo a continuidade, o cuidado e o manuseio da terra, bem como a autonomia na produção de alimentos. Contudo, no que diz respeito às atividades de casa, das tradições e manifestações culturais, as mulheres tornam-se protagonistas.

Além da lavoura, do plantio e replante, elas são destaques nas orações, nos terreiros, e nos espaços culinários, como vimos no tópico anterior. Dentre as funções que assumem, destaco o domínio no uso de plantas para fins medicinais, que por vezes é o principal acesso para cuidados com a saúde, já que há considerável distância da comunidade com as unidades de saúde públicas. São diversos os seus usos, como revela dona Lena: xarope caseiro com flor do mamão, malmequer, poejo, rosa branca, transagem, alevante, capim-cidreira e saião, banho de arnica para evitar dores nas costas causadas pelo pós-parto, entre outros preparos.

Visto isso, ressalto que em meio à pandemia mundial do coronavírus⁶⁰, os abismos que separam a população afro-brasileira das políticas públicas básicas de saúde se escancaram, evidenciando a dificuldade de acesso a medicamentos e hospitais. De

⁶⁰ Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença Covid-19. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Desde então, foram criados no mundo todo diversas formas de restrições sociais e de higiene na tentativa de conter o avanço do vírus. Contudo, a comunidade científica confirmou que somente a imunização por meio da vacina poderia conter o vírus. As vacinas foram produzidas em tempo recorde e tiveram aprovação de uso emergencial, chegando ao Brasil em 17 de janeiro de 2021. De acordo com os dados divulgados em 21 de agosto de 2021 pelo grupo *Consórcio de veículos de imprensa*, até o dado momento foram vacinadas com a primeira meia dose da vacina (dividida em 2) em cerca de 57,79% da população, e apenas 25,92% receberam a segunda meia dose. Foram registradas até o momento 585 mortes no Brasil. Informações disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 21 ago. 2021.

acordo com o Ministério da Saúde (2006, p.11), a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que 80% da população dos países em desenvolvimento se utiliza de práticas tradicionais em seus cuidados básicos de saúde e que 85% da população se utiliza de plantas ou preparos destas, reconhecendo a grande dimensão de conhecimentos tradicionais, relacionados ao cultivo de plantas e o preparo tradicional de remédios caseiros.

O Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade, em torno de 15 a 20% do total mundial, com destaque para as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade. Entre os elementos que compõem a biodiversidade, as plantas são a matéria-prima para a fabricação de fitoterápicos e outros medicamentos. Além de seu uso como substrato para a fabricação de, as plantas são também utilizadas em práticas populares e tradicionais como remédios caseiros e comunitários, processo conhecido como medicina tradicional. Além desse acervo genético, o Brasil é detentor de rica diversidade cultural e étnica que resultou em um acúmulo considerável de conhecimentos e tecnologias tradicionais, passados de geração a geração, entre os quais se destaca o vasto acervo de conhecimentos sobre manejo e uso de plantas medicinais. (BRASIL, 2006, p.14),

Dona Lena aprendeu com a mãe Maria Aparecida, e com avó Marcolina Dias de Oliveira que era parteira; além desta função o cultivo e uso das plantas também é um domínio de dona Lena e de outras mulheres do grupo, sobretudo as mais velhas. Contudo, a continuidade desta prática pode estar ameaçada. De acordo, com dona Lena, a função de parteira, de benzedeira já não existe mais na comunidade, com o falecimento destas mulheres, outras não assumiram este lugar, tendo permanecido somente o conhecimento do cultivo e uso das plantas. O processo de desaparecimento das parteiras e benzedeiros pode estar também relacionado ao avanço da medicina de obstetrícia e de outros setores da medicina e da saúde pública. Hoje, embora tenham poucas opções de transportes públicos, a comunidade fica distante aproximadamente 15 minutos de carro da unidade de saúde mais de São Tiago, e a 30 minutos de carro da Santa Casa de Misericórdia de Guaçuí.

CAPÍTULO III

4 OS DESAFIOS NA TRANSMISSÃO CULTURAL ENTRE AS GERAÇÕES

Os integrantes da família dos Eufrásios são detentores de modos de vida específicos que estão associados à territorialidade e a sua ancestralidade. A preservação deste patrimônio é essencial na construção identitária, e a difusão de seus saberes, de acordo com Abreu (2009, p. 84), contribui para a perpetuação da diversidade cultural do país e do mundo, tornando-se fundamental para o desenvolvimento humano.

A autora afirma que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)⁶¹ e as Nações Unidas (ONU)⁶² consideram esta a base para o desenvolvimento do multiculturalismo no mundo, o que as torna necessárias para a construção da paz mundial. Tais instituições juntas, com apoio de Organizações não Governamentais (ONGs), são responsáveis por tratarem de questões museológicas e de patrimônio cultural (PRIMO, 2007, p. 119). Deste modo, a UNESCO a partir de 1993, com a ampliação das discussões no campo do patrimônio imaterial⁶³, levanta considerações sobre uma possível perda de referências dos saberes, levando em conta o que considerava ser a vulnerabilidade do patrimônio cultural imaterial (PRIMO, 2007; ABREU, 2009). Com bases nessas preocupações, Judite Primo, especialista em museologia, patrimônio e memória, revela quais seriam tais vulnerabilidades.

A perda progressiva das referências patrimoniais imateriais locais tem sido provocada, sobretudo pela promoção de referências culturais cada vez mais globalizadas que menosprezam as referências locais. Essas novas referências são promovidas e divulgadas por um sistema estruturado de informação e comunicação que funciona como elemento vulnerabilizador das culturas locais. (PRIMO, 2007, p. 128)

Ainda segundo a autora, as preocupações deram lugar a um documento produzido pela UNESCO, “Patrimônio oral e imaterial da humanidade, classificação dos tesouros

⁶¹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é uma agência das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 após a grande destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, visando contribuir com a paz mundial por meio da educação, ciências e cultura. Para a UNESCO, isso deve ser construída por meio do diálogo e da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Acesse: <https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁶² A organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional criada em 1945, com objetivo de promover diálogos comuns a todas as nações e compartilhar soluções benéficas a toda a humanidade. Hoje é composta por 193 Estados membros. Acesse: <https://www.un.org/en/about-us>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁶³ De acordo com Abreu (2009, p. 83). A Unesco considera patrimônio cultural imaterial “um conjunto de manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva.”

humanos vivos e a salvaguarda da cultura tradicional e popular”, em que se criaram meios de cada país protegerem suas referências por meio do “Manual para a salvaguarda dos tesouros vivos”. De acordo com ela, os documentos traziam os seguintes dizeres:

Identificar tesouros humanos vivos é o meio mais eficaz de proteção é garantir que os portadores deste património sigam aumentando suas destrezas e saberes e que as possam transmitir às gerações atuais e seguintes. Com este propósito é preciso identificar os ditos portadores e dar-lhes um reconhecimento oficial. (PRIMO apud UNESCO, 2007, p. 129).

Os documentos definem como ação em todo mundo um programa de valorização dos mestres, chamado de “Tesouros Humanos Vivos”. Este programa recomenda que sejam identificados os detentores e reconhecidos oficialmente pelos seus conhecimentos, saberes e fazeres. Os tesouros humanos vivos são definidos como: “pessoas que encarnam, ao máximo, as destrezas e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a manutenção do património cultural material”. (PRIMO apud UNESCO, 2007, p. 130).

Vale ressaltar que Gonçalves (2000) escreveu sobre uma “retórica da perda” instaurada nos discursos sobre patrimônio, sobre a qual considerava que deveria haver uma intervenção por parte das instituições políticas de patrimônio, a fim de controlar o que ele chamava de “processo histórico de transformação”, que levava à destruição dos bens culturais. Contudo, anos depois o autor reavalia tais afirmações e aponta um possível distanciamento desta concepção ligada ao ideário da criação das políticas do patrimônio no Brasil, por considerar haver uma eliminação das diferenças culturais existentes no processo de transformação, que existe por meio das relações, afirmando: “Quero dizer com isto que, sob essa palavra, desdobram-se uma infinidade de experiências humanas, um amplo leque de experimentos sociais, institucionais e discursivos.” (GONÇALVES, 2012, p. 71).

Visto isso, a ação proposta pela UNESCO nos faz refletir sobre a necessidade de assegurar direitos àqueles que detêm os conhecimentos e os transmitem, sujeitos que de fato contribuem para a preservação da diversidade cultural no Brasil, como desta família representada na Fotografia 24 por José Luiz Barbosa e Antônio José Barbosa Silva, respectivamente avó e neto.

Fotografia 24 – Vivências entre as gerações, com avó José Luiz Barbosa (à esquerda), e seu neto Antônio José Barbosa Silva (à direita). Guaçuí, 2021



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida Oliveira Barbosa.

A transmissão cultural entre as gerações permite a construção de condições sociais e econômicas para vida do grupo ligadas à formação de sentimentos de pertencimento, que os fazem reexistir nesta sociedade que tem em sua formação histórica diversas tentativas de invisibilidade de sua cultura. A luta deste povo, como afirma Oliveira e Miller (2016e, p. 318), é pela liberdade de expressar sua cultura e de construí-la: “A luta do povo quilombola está em grande parte baseada no reconhecimento da liberdade de expressar sua identidade e construí-la de maneira positiva, livrando-se de estereótipos e pré-noções”.

Os modos de vida e os saberes tradicionais existem por intervenção destes sujeitos, e sua continuidade depende principalmente de atender às demandas sociais que deveriam ser básicas em qualquer sociedade, passando por boas condições de vida, o que inclui o acesso à infraestrutura adequada, como: habitação, saúde, educação,

saneamento, vias de acesso à comunidade, acesso às tecnologias de comunicação, entre outras necessidades.

Mesmo com reconhecimento e sua importância legitimada pelo Estado, os sujeitos detentores da cultura afro-brasileira e seus bens culturais esbarram tanto em inúmeros desafios que perpassam as questões étnico-raciais, quanto ao direito pleno ao exercício cultural. Portanto, é importante que as políticas públicas do patrimônio cultural incorporem de fato o que está descrito no art. 215 da Constituição Federal brasileira, garantindo ao povo meios de continuidade de seus saberes às futuras gerações, que compõem a história, a memória e a identidade da sociedade brasileira. É dever do Estado criar formas de apoio, difusão e valorização, que assegurem a todos o acesso às fontes de cultura, seu pleno exercício e meios de sobrevivência para sua continuidade.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - Produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - Democratização do acesso aos bens de cultura;

V - Valorização da diversidade étnica e regional.

No Brasil, algumas dessas ações sugeridas pela UNESCO são asseguradas pelas ações de salvaguarda pelo IPHAN, contudo estas ações não alcançam a todos os detentores de saberes, pois estão voltadas aos bens culturais que já passaram pelo processo de identificação e registro como patrimônio cultural imaterial pela instituição, como foi observado em artigo publicado por Carneiro e Guimarães⁶⁴ sobre os desafios

⁶⁴ O artigo “Os Guardiões da Cultura: os desafios da produção e transmissão da cultura tradicional afro-brasileira pelos mestres do Ticumbi do Bongado”, de minha autoria e coautoria de Aissa Afonso Guimarães, foi apresentado como trabalho na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Rio de Janeiro, 2020. O artigo faz parte dos estudos realizados ao decorrer da pós-graduação sobre memória, história e cultura afro-brasileira, e foi desenvolvido junto à equipe do “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”.

da transmissão cultural vistos a partir dos mestres do Baile de Congos de São Benedito do Bongado, o Ticumbi⁶⁵.

No Brasil, algumas ações de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural desses sujeitos, guardiões da cultura, para a diversidade cultural do país são asseguradas através de ações de salvaguarda pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, porém estão voltadas aos bens que já passaram pelo processo de patrimonialização; o que não abrange a imensa diversidade cultural existente no país, ficando aos critérios dos estados e municípios assumirem ou não compromisso de efetivar políticas públicas para preservação das diversas práticas culturais existentes no território nacional. (CARNEIRO; GUIMARAES, 2020, p. 4)

Nesta pesquisa, acompanhamos a participação de detentores da prática cultural do ticumbi e do jongo, que contribuem com a preservação da diversidade cultural por meio de troca de saberes com alunos e professores de escolas da rede municipal do município de Conceição da Barra⁶⁶, norte do Espírito Santo. A troca de saberes aconteceu por meio da participação dos detentores do projeto “Cultura nas Escolas”⁶⁷. Os Mestres participantes recebiam um salário referente a sua contribuição à cultura. Ele ficou ativo por 15 anos, tendo início no ano de 2005. Em 2020, durante o início da pandemia da Covid-19, o projeto foi suspenso por conflitos políticos no município, deixando os mestres sem amparo financeiro após todos esses anos de parceria. O encerramento do Projeto levanta novamente questões sobre a valorização dos detentores de culturas e seu reconhecimento pelo exercício dos saberes e técnicas de elevado valor históricos, que são difundidos entre as gerações seguintes, e sua manutenção por meio de incentivos que contribuam com a sua qualidade de vida.

⁶⁵ De acordo com Carneiro e Guimarães (2000), o Baile de Congos de São Benedito do Bongado, conforme as narrativas de seus detentores, é uma prática devocional a São Benedito, que ocorre há mais de 200 anos, tendo início com negros escravizados nas senzalas da fazenda escravista Itaúnas. O grupo é composto por cerca de 19 homens que usam de indumentárias bastante específicas, e que anualmente festejam a São Benedito com procissões, cantos, e um Baile, que é uma representação simbólica da disputa entre os Reis de Congo e Rei de Bamba pelo direito de festejar o Santo. Em todo estado do Espírito Santo, existem 4 grupos de Ticumbi, todos localizados no município de Conceição da Barra (CARNEIRO; GUIMARÃES, 2020).

⁶⁶ O município de Conceição é reconhecido por meio da Lei nº 10.974/2019 estadual como a Capital Estadual da Diversidade Folclórica; cujo Art.3 versa sobre a concessão de títulos, em homenagem a municípios do estado do Espírito Santo, sob objetivo de promover valores naturais, culturais, religiosos e históricos, assim como homenagear pessoas e expressões populares.

⁶⁷ O Programa “Cultura nas Escolas” é uma parceria da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a Secretaria Municipal de Educação no município de Conceição da Barra, o qual tinha por objetivo a valorização e transmissão das tradições culturais locais para as crianças, por intermédio da inserção de conteúdos sobre a cultura afro-brasileiras pelos mestres detentores, promovendo a troca de saberes e construindo ações pedagógicas junto às Escolas, conforme descrição da prefeitura no site: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/cultura-e-turismo>. Acesso em: 14 abr. 2021.

É importante destacar que existem formas diferentes de fazer políticas públicas, que podem ser concebidas nas escalas federais, estaduais e municipais. A escolha de fazê-las ou não depende do envolvimento do Governo e afeta diretamente as demandas sociais destes grupos. A Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade que recebeu do Governo a competência para criar meios de valorização e preservação da cultura negra no país, vem sofrendo há alguns anos diversos ataques por parte até de gestores, como as diversas declarações públicas com falas de anulação da existência do racismo declarada pelo atual presidente da instituição, que acarretam em retrocessos no processo de desenvolvimento desta entidade, mesmo a luta contra o racismo sendo um comprometimento descrito na estrutura organizacional da própria FCP: “Comprometimento com o combate ao racismo, a promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra” (PALMARES, 2021).

A falta de ação dos gestores somada ao caminho longo e burocrático dificultam o processo de obtenção do título de proprietários de suas terras pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), de forma definitiva como previsto no Art. 68, da CF (1988), colocando em risco a permanência destes detentores neste espaço identitário.

Para Munanga (2012), a construção de uma identidade cultural está ligada ao direito a terra. De acordo com ele, estes espaços carregam um pedaço importante da memória e da história do negro no país, seu reconhecimento contribui para preservar essa memória coletiva e reforça o sentido de pertencimento de uma identidade.

Ter uma identidade coletiva significa ter a consciência de pertencer a uma única ancestralidade que se materializa não pelos “mortos comuns”, mas sim pela consciência de ter um território físico comum. Os escravizados foram arrancados pela força do seu território físico enquanto terra e espaço físico de seus ancestrais fundadores; territórios e terras que constituíam um patrimônio social inalienável e não uma propriedade coletiva alienável.
(MUNANGA, 2012, p. 16)

O direito as terras garante diversos outros que estão diretamente ligados ao território. No Brasil, o decreto nº 4.887/2003 regulamenta os processos administrativos para titulação definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, cujo processo passa por identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e a titulação, por intermédio do FCP e INCRA, sendo reconhecido pelo Estado brasileiro o direito dos remanescentes às áreas ocupadas pelos seus ancestrais.

O reconhecimento de direitos territoriais de CRQs e, conseqüentemente, da preservação de seus saberes tradicionais ressalta a importância do estudo da relação sócio-histórica da comunidade com seu território ocupado, para enfrentamento do Estado aos problemas de reconhecimento da pluralidade sociocultural e histórica do país: “quanto mais conhecemos a experiência histórica das comunidades quilombolas, mais aumentamos as chances de efetivação do reconhecimento territorial que lhes é devido” (BRASIL, 2018, p. 25).

4.1 O ACESSO A TERRAS

Em 1988, o Art. 68 da CF definiu o acesso à terra e ao território como direitos fundamentais às comunidades de remanescentes de quilombo, como forma de um reparo histórico e para garantir a continuidade desses grupos que se utilizam de suas relações territoriais para sua perpetuação social, cultural e econômica, sendo levado em conta o aspecto coletivo do grupo, como seus modos de vida compartilhados em seu dia a dia.

Contudo, de acordo com dados divulgados em novembro de 2018 pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP)⁶⁸ sobre os desafios para a titulação das terras quilombolas, observou-se existir uma certa demora e até um retrocesso com o passar dos anos em relação a todo o processo de titulação.

A CPISP monitora desde 2004 a regularização das terras quilombolas no Brasil. De acordo com os dados divulgados em seu site, existem hoje 136 terras quilombolas regularizadas, 50 parcialmente tituladas, e 1.779 processos em aberto. Esse número poderia ser bem maior, se considerarmos o fato de que existem, de acordo com a última atualização de FCP do quadro geral de CRQs (ANEXO G) de junho de 2021, 3.475 mil comunidades com processos de certificação concluídos ou parcialmente concluídos e que ainda aguardam avaliação e sua inserção pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para continuidade do processo.

⁶⁸ A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) foi fundada em 1978 por um grupo de profissionais de diversas áreas entre os quais estão antropólogos, advogados, médicos etc.; que visam contribuir com as principais lutas dos povos indígenas e quilombolas no Brasil. Acesse: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Como uma autarquia federal, o INCRA foi criado em 1970, por pressões sociais, durante o Regime Militar. O órgão é responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional, bem como pela titulação dos territórios quilombolas desde 2003, por força do decreto nº 4.887⁶⁹. É de responsabilidade do órgão identificar, reconhecer e demarcar as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos dentro do processo de titulação, garantido a essa população sua permanência definitiva nas terras em que vivem.

Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2003).

Além do INCRA, os remanescentes das comunidades dos quilombos contam com o apoio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), no âmbito de regularização de territórios quilombolas. A CONAQ⁷⁰ é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que tem representantes em 23 estados do país, entre eles o Espírito Santo. Ela representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil na luta pela implementação de políticas públicas, incluindo a comunidade Córrego do Sossego.

Os procedimentos de titulação de terras quilombolas também podem ser conduzidos por legislações estaduais, e o Espírito Santo é um dos estados que possui legislação para conduzir tais procedimentos, no entanto irei me atentar as da esfera federal para esta análise. Vale destacar que existem diferentes caminhos a serem percorridos dentro deste processo, mas seu início se dá com autodefinição da própria comunidade, que se reconhece como quilombola. Veja algumas etapas deste processo: abertura do processo pelo INCRA; certidão da Fundação Cultural Palmares; relatório técnico de Identificação e delimitação (RTID); análise pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) do RTID; publicação do resumo do RTID no Diário Oficial da União e no Diário Oficial; consulta a órgãos e entidades (o RTID é encaminhado pelo INCRA para a FCP, IPHAN, SPU, FUNAI, entre outros órgãos para que se manifestem sobre o processo em até 30 dias); análise da situação fundiária; envio do processo para

⁶⁹ Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 – Regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

⁷⁰ Informações no site: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 16 set. 2021

Casa Civil, se houver discordância entre os órgãos; demarcação física; outorga do título; e registro em cartório.

Cada processo é avaliado de forma individual, podendo haver trajetórias diferentes dependendo das análises, dos julgamentos e das contestações. É importante que se conheça tais passos, pois além de ajudar a localizar o processo, ajuda-nos a compreender o porquê da demora na finalização dos processos e de que forma isso afeta as comunidades, como a do Córrego do Sossego, certificada em 2018 e que ainda aguarda o RTDI do INCRA. A comunidade está entre as 36 (trinta e seis) comunidades certificadas pela FCP no Espírito Santo, como mostram os dados de seu registro:

Comunidade: Córrego Do Sossego
 Município: Guaçuí/ ES
 Nº Processo Na FCP: 01420.100046/2018-87
 Data da Abertura: 08/01/2018
 Etapa Atual Processo FCP: Certificada
 Nº Da Portaria: 32/2018
 Data Da Portaria No Dou: 08/02/2018
 Nº Processo INCRA Etapa Do Processo De Titulação: Aguardando
 (Fundação Cultural Palmares, Tabela de Certificados, 2021)

A demora no andamento coloca em risco a permanência deste grupo, assim como das demais comunidades quilombolas. De acordo com Munanga (2012, p. 19), as ameaças, na maioria das vezes, podem vir tanto pela falta de documentação que comprovem a propriedade, quanto pelas tentativas de invasões dessas terras que ele descreve ser motivo de cobiça por parte de especulações imobiliárias e turísticas, por fazendeiros, indústrias, invasores e até mesmo por pessoas sem terra e sem residência. Deste modo, o autor demonstra sua preocupação, afirmando que:

São as terras e os territórios que constroem o vínculo vital entre eles e seus antepassados que habitaram e morreram nessa terra da qual depende a sobrevivência individual e coletiva. Se perderem a terra e seus territórios, essas comunidades deixarão de existir enquanto comunidades quilombolas. Suas histórias, culturas, visões do mundo, cosmogonias e religiões fora desse patrimônio social e, portanto, inalienável, deixarão também de existir. A terra e o território são como o corpo individual e social que serve de suporte material para todas as nossas identidades, até intelectuais. (MUNANGA, 2012, p. 19)

Em sua preocupação Munanga afirma que a perda de seus territórios causará a inexistência destes grupos enquanto comunidades quilombolas. Contudo, a antropóloga Ilka Boaventura Leite, embora também reafirme que a terra é fundamental para continuidade do grupo, por dar condições de continuidade das referências

simbólicas importantes para ao imaginário coletivo, afirma que este não seria o único elemento a identificar tais sujeitos, sendo importante não confundir o pleito por titulação das terras com a construção da formação deste grupo, por suas histórias, memórias e modos de vida.

A terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de vida destas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define. É importante não confundir o pleito por titulação das terras que vêm ocupando ou que perderam em condições arbitrárias e violentas com os critérios de constituição e formação histórica da coletividade. (LEITE, 2000, p. 344).

Leite afirma que se trata de um direito à herança, remetido à organização social com base parental e histórica, tendo a terra como uma base geográfica que garante condições de continuidade, e não como condição exclusiva para sua existência.

Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva. Tanto é assim que temos hoje inúmeros exemplos de grupos que perderam a terra e insistem em manter-se como grupo, como o caso do Paiol de Telha, no Paraná. Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à *herança*, baseada no parentesco; à *história*, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao *fenótipo*, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo. (LEITE, 2000, p. 18)

De acordo com Moura Junior (2003, p. 130), aqui no estado do Espírito Santo, o grupo que se denomina como Família do Horizonte⁷¹, de Alegre, vizinho ao município de Guaçuí, também se manteve enquanto grupo mesmo após a perda das terras. O grupo familiar tem suas origens relacionadas às terras da Fazenda do Horizonte, local onde seus ancestrais foram cativos. Após a assinatura da Lei Áurea, os familiares permaneceram no local, onde constituíram família e trabalhavam como lavradores. Contudo, com os falecimentos dos donos da fazenda, seus filhos como herdeiros iniciaram um processo de retomada e redistribuição das terras, quebrando o vínculo

⁷¹ Segundo Moura Junior (2013, 2017), Família do Horizonte é um grupo familiar com origens ligadas a negros escravizados que pertenciam à Fazenda do Horizonte (Alegre). De acordo com as narrativas do autor, o grupo é conhecido pela transmissão da memória e da prática cultural do Caxambu, denominado Caxambu do Horizonte, que em 26 de março deste ano sofreu uma grande perda, o falecimento de um dos maiores nomes entre os detentores do caxambu, o patriarca da família e o mestre Antônio Raimundo da Silva (Pai Antônio, 1928-2021). Um salve à memória e ao legado do mestre pai Antônio!

de trabalho que havia sido estabelecido com os ex-escravizados. O autor afirma que a família se manteve por quatro gerações no local, e causou uma dispersão dos membros da família por regiões próximas, fato que ele chama de “desterritorialização”. Porém, assim como o grupo de Paiol de Terra, do Paraná, a Família do Horizonte se manteve enquanto grupo, em decorrência das relações culturais e de identidade estabelecidas, sobretudo em relação à prática do caxambu, que tem suas origens também narradas a partir do território da fazenda.

Este fato e o levantado por Leite (2000) nos levam a refletir novamente sobre o acesso a terra como uma importante e fundamental demanda social, porém não exclusiva, para garantir a continuidade e a transmissão cultural destes grupos entre as novas gerações, mas sim como um direito.

4.1.1 Juventude quilombola e a transmissão dos saberes

A juventude, aqui compreendida como fase de desenvolvimento que vai da infância à vida adulta, tem papel fundamental na continuidade da cultura e na conquista dos direitos dos povos quilombolas. A família, a religiosidade e a escola são as bases de sua formação, que é constantemente estigmatizada pelo racismo e pela intolerância. No convívio com a comunidade Córrego do Sossego, foi possível observar a necessidade do apoio e incentivo aos jovens para fortalecer ainda mais a sua participação nos assuntos relacionados à comunidade.

Na Família dos Eufrásios, identifiquei que os jovens se reconhecem como remanescentes quilombolas e que preservam a cultura de seus ancestrais por meio das vivências compartilhadas no dia a dia com os mais velhos da comunidade e de seus núcleos familiares; por intermédio do trabalho na lavoura, das apresentações culturais ou da religião praticada na Casa de Oração Nossa Senhora da Guia, como mostra a Fotografia 25, em que diversas crianças participam da comemoração pelo dia 12 de outubro, dia celebrado pelos devotos de Nossa Senhora Aparecida, e também dia de celebração pelas crianças.

Fotografia 25 – Festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida e aos dias das crianças. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivos pessoal da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida Oliveira Barbosa.

Vale ressaltar que, além de devotos a São Sebastião e a Nossa Senhora da Guia, a família dos Eufrásios é devota de Nossa Senhora Aparecida. A construção de nomes como referência ou homenagem a Nossa Senhora aparece algumas vezes na composição da árvore genealógica da família (Apêndice A), como “Eufrásia Maria Cristina, Maria Aparecida, Maria Helena, Magna Aparecida e Daniela Aparecida”. Essas referências, como nomes, mitos, ritos, lugares sagrados, fazem parte das redes de relações que são estabelecidas na transmissão cultural, além de demarcadores da memória e do pertencimento à comunidade deste grupo familiar.

Fotografia 26 – Parte da Família dos Eufrásios e crianças da comunidade em comemoração ao Dia das Crianças e a Nossa Senhora Aparecida. Córrego do Sossego, Guaçuí, 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Nota: Autora Magna Aparecida Oliveira Barbosa.

Com número considerável de crianças e adolescentes na comunidade, o fortalecimento cultural requer laços familiares e religiosos, além de estruturação e criação de espaços coletivos de formação voltados à juventude quilombola, com ensinamentos pautados nas experiências, no território e na cultura.

A criação desses espaços adicionais de aprendizagem, como telecentros e bibliotecas em uma era digital de tecnologias e redes sociais, é importante para que haja redução da exclusão social e para que se crie mais oportunidades para o desenvolvimento social e econômico na comunidade. Recentemente, dona Lena, como liderança na comunidade recebeu a doação de diversos livros da prefeitura de Guaçuí, o que gerou o desejo de construção de uma biblioteca na comunidade. Dona Lena aguarda o auxílio de verbas para a construção deste espaço.

Essa demanda ressalta a importância da criação deste lugares que possibilitem aprendizagem, assim como de treinamentos voltados à participação em editais públicos, atividades culturais e educacionais para ao fortalecimento da cultura e ao desenvolvimento pessoal e coletivo do grupo.

4.1.2 Educação Escolar Quilombola: combate às desigualdades

De acordo com Gomes, a educação está diretamente ligada à formação da identidade da juventude negra, e ela pode ser realizada dentro de diversos espaços, incluindo o espaço da escola:

A educação pode ser entendida como um amplo processo, constituinte da nossa humanização, que se realiza em diversos espaços sociais: na família, na comunidade, no trabalho, nos movimentos sociais, na escola, dentre outros (GOMES, 2002, p. 38).

A escola é vista pela autora como uma das diversas formas de ensino, e mesmo não sendo a única ainda se trata de um lugar importante para se discutir o compartilhamento dos saberes, valores e hábitos, sobretudo relacionados às questões étnico-raciais e de classe. Nesta perspectiva, analiso a importância de uma educação voltada para atender às demandas da transmissão cultural e a permanência da juventude em seu território de origem.

De acordo com a pesquisa realizada dentro do grupo familiar dos Eufrásios, observei que, dentre os quatro filhos de dona Lena, nenhum deles concluiu o ensino médio; uma das razões prováveis está relacionada à necessidade de mão de obra na lavoura, que não é uma obrigação imposta pelos pais, mas é vista com mais interesse pelos sujeitos, que ao chegarem na fase de transição para a vida adulta optam por adquirir sua independência financeira e ajudar a família. Outra possível razão pode estar relacionada ao distanciamento geográfico das escolas e à metodologia utilizada que pouco alcança os interesses dos quilombolas.

Nós não temos escola na comunidade, as crianças sai daqui a uma distância de 8km, mas só que tem carro que pega na porta, deixa eles nas porta. A dificuldade que eles têm de ir para escola é só quando chove. As estradas é de terra batida, aí quando chove a estrada fica muito ruim, aí eles acaba perdendo aula, porque não tem como o transporte se locomovê com eles. (BARBOSA, Marciano. Entrevista concedida em 2021).

Dentro da comunidade Córrego do Sossego não existem escolas nem creches, como menciona Marciano. A mais próxima é a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Antônio de Carvalho, localizada no mesmo distrito, São Tiago, que atende a estudantes da Comunidade Córrego do Sossego, como afirma a professora Liliane Nogueira, em sua dissertação de mestrado defendida em 2020, com pesquisa sobre

a implementação da Lei 10.639/2003⁷²; lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

A maior parte das crianças e adolescentes em idade escolar que viviam na comunidade estudavam na EMEF “José Antônio de Carvalho” em 2019, quando foi realizada esta pesquisa. As crianças menores não frequentavam creches, pois não havia na comunidade ou proximidades. Os demais adolescentes estudavam em outras escolas do município que ofertavam o ensino médio. O município oferecia transporte escolar gratuito e a escola recebia ao todo quatorze alunos, oriundos da comunidade Córrego do Sossego, sendo que sete estudavam no turno da manhã e sete estudavam no turno da tarde. Quando chovia, o transporte não era realizado, segundo informações da própria comunidade, pois a estrada ficava sem possibilidade de tráfego (NOGUEIRA, 2020, p. 118).

O depoimento de Nogueira reforça os relatos de Marciano sobre a dificuldade de acesso dos estudantes à escola em períodos chuvosos. Embora Marciano só aponte as estradas como possível problema, o fato é que existem outras demandas a serem observadas como a construção de escolas e creches quilombolas, ou a implementação em espaços escolares já existentes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, resolução CEN/CEB 8/2012⁷³.

Nogueira (2020) relata que mesmo com reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo em 2018, por meio de certificação da FCP, foi confirmado que os professores que lecionavam neste local desconheciam a existência da comunidade, mesmo recebendo quantidade significativa de estudantes em seu espaço escolar.

Cumprir destacar ainda que a escola foi indicada, no Censo Escolar de 2019, como instituição que oferta Educação Escolar Quilombola, fato comunicado pela Diretora da escola. No entanto, as entrevistas revelaram o desconhecimento dos professores como também da responsável da Seme pelo ensino fundamental quanto a esse fato...[...]. (NOGUEIRA, 2020, p. 109).

⁷² Par mais informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

⁷³ A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CEN) e da Câmara de Educação Básica (CEB) CEN/CEB 8/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, estabelece que é fundamental a implementação de abordagem acerca da memória coletiva, linguagens, datas comemorativas, práticas culturais, festejos, entre outros elementos que configurem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas, contribuindo para o seu reconhecimento, valorização e continuidade. O Art. 9º entende que a Educação Escolar compreende escolas quilombolas (sendo essas aquelas localizadas dentro dos territórios quilombolas) e escolas que atendam a estudantes oriundos de territórios quilombolas. Para mais informações: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18694-educacao-quilombola-sp-1000400393>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Nogueira (2020) afirma que após entrevistas a escola reconheceu o não atendimento adequado destes alunos como um problema, uma vez que ela não atende as perspectivas de desenvolvimento e futuro desses alunos, criando uma possível evasão escolar. Deste modo, a implementação da Lei 10.639/03 torna-se um desafio, uma vez que para o alcance do conteúdo afro-brasileiro é necessário a descolonização dos currículos e a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento em relação à africana e afro-brasileira. Sobre esta perspectiva, professores da educação quilombola no Espírito Santo afirmam:

Precisamos dialogar sobre a Educação Escolar Quilombola e, a partir das práticas conceituais narradas pelos sujeitos, pensar a construção de práticas pedagógicas de acordo com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (ARAÚJO *et al.*, 2020, p. 92).

Gomes (2002) aponta que a escola enquanto espaço de formação precisa estar inserida em um processo pedagógico mais ampliado, que vá além de disciplinas e regimentos escolares. É preciso considerar, ela afirma, que o diálogo e as relações culturais dos sujeitos, cruzando os diversos olhares constitutivos de identidade, não são construídos sozinhos, mas são durante a vida toda por meio de diálogos abertos, e que implicam o olhar do grupo ou do sujeito sobre si mesmo a partir dessa relação com o outro. Andrade (2007, p. 122), em pesquisa sobre a educação e comunidades caxambuzeiras, acrescenta que as escolas devem trabalhar com as práticas culturais das comunidades, incluindo as festas, lugar onde é possível observar o processo de construção desses sujeitos, buscando assim novos diálogos. Sobre isso, Gomes (2002, p. 39) afirma:

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdo. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

Pensando nessa relação, as Diretrizes Escolares da Educação Quilombola ressaltam ser fundamental que se leve em conta cada especificidade das etapas da educação,

Ensino básico, Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA, e as perspectivas de desenvolvimentos da juventude e de suas comunidades.

Art. 15 - A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, na qual se privilegiam práticas de cuidar e educar, é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação de oferta pelo poder público para as crianças de 4 (quatro) 5 (cinco) anos, que deve ser garantida e realizada mediante o respeito às formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais. [...]

Art. 17 - O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade. [...]

Art. 20 Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola, II - deve se haver formação capaz de oportunizar o desenvolvimento das capacidades de análise e de tomada de decisões, resolução de problemas, flexibilidade, valorização dos conhecimentos tradicionais produzidos pelas suas comunidades e aprendizado de diversos conhecimentos necessários ao aprofundamento das suas interações com seu grupo de pertencimento.

Art. 21 Parágrafo Único. As comunidades quilombolas rurais e urbanas por meio de seus projetos de educação escolar, têm a prerrogativa de decidir o tipo de Ensino Médio adequado aos seus modos de vida e organização social, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 2/2012. [...]

Art. 23 § 1º Na Educação Escolar Quilombola, a EJA deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida. (BRASIL, 2012)

Sugere-se ainda no Art.13 que as escolas contratem profissionais oriundos das comunidades quilombolas para atuarem na produção alimentar da escola, acompanhando a cultura e os hábitos alimentares dos alunos. Essa construção pedagógica deve assegurar o acesso, a permanência e a conclusão de todas as etapas de ensino, garantindo o direito de acesso e a conclusão dos estudos. Além disso, entende-se por necessário o envolvimento de profissionais especializados nas questões étnico-raciais e a participação da família nesta construção.

A Educação Escolar Quilombola é uma política pública de ação afirmativa que possibilita corrigir, sobretudo, as desigualdades raciais presentes na sociedade. Como uma ação afirmativa, ela oportuniza um caminho à educação, diminuindo as barreiras, criando oportunidades e respeitando o modo de ser e o modo de vida das comunidades. A conclusão do ensino básico permite ainda condições do acesso da juventude ao ensino superior, onde também já existem políticas públicas que auxiliam na permanência desses estudantes em sala de aula, como a exemplo de bolsas permanentes⁷⁴ para remanescentes de quilombo. O acesso contínuo à educação

⁷⁴ O Programa de Bolsa Permanente é uma política pública instituída em 2013 pela portaria 389, que visa promover a democratização do acesso ao ensino superior por meio de auxílio financeiramente com

permite aos sujeitos se relacionarem com o mundo, promovendo mecanismos para romper com epistemologias exclusivistas e consolidando o espaço acadêmico como o encontro da diversidade.

Segundo Gomes (2002, p. 43), a diversidade nas escolas é construída a partir de uma pedagogia que pense a relação da Educação com a identidade negra, e com aproximação do universo simbólico, material e cultural desta população. E é dentro do processo de diálogo que se constroem as identidades e permitem uma perspectiva melhor de futuro. “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. (GOMES apud BRANDÃO, 2002, p. 38).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises no modo de organização de vida da Família dos Eufrásios e todos os aspectos vistos sobre a cultura, que são apontadas na obra de Geertz (2008), o conjunto de elementos simbólicos constituídos por meio dos objetos e das vivências do grupo que constituem a Festa do 13 de maio na comunidade Córrego do Sossego pode ser considerado como estética cultural.

Portanto, conclui-se que as vivências coletivas do dia a dia e sua construção com base na sua ancestralidade resultam na ação simbólica produzida durante a festividade, expressando um reflexo real da vida e de sua cultura, sem necessariamente serem pensados por aspectos funcionalistas dos objetos estéticos que se apresentam (GEERTZ, 2008, p. 150).

Logo, toda essa experiência coletiva também reflete em outros aspectos culturais do grupo como na transmissão de técnicas, saberes, fazeres e lugares herdados por seus ancestrais que estão relacionados ao território em que vivem. Essa transmissão dos saberes a partir deste território vem ganhando novos espaços por meio do uso coletivo em que as tradições se perpetuam, criando laços entre as gerações e contribuindo para o fortalecimento do grupo na sua identidade quilombola.

Vimos a existência de um sistema em que os sujeitos expressam seus saberes, o qual perpassa pelo trabalho na lavoura e chega até os momentos das refeições e celebrações, criando uma interação desses saberes do campo, da vida social e cultural estabelecidas pelos sujeitos. Deste modo, podem ser considerados como um Sistema Agrícola Tradicional se vistos a partir da perspectiva dos estudos do patrimônio cultural, conforme definição do IPHAN (2020), e se vistos através do sistema culinário apontado por Gonçalves (2002). A visão desse sistema a partir do patrimônio cultural e de Gonçalves permite pensar em políticas públicas de continuidade e de preservação dentre os desafios que se apresentam para este grupo, uma vez que o alimento não é apenas uma fonte de nutrientes destinada a suprir as necessidades biológicas do corpo, mas também compreende elementos simbólicos presentes nas relações sociais, nas festividades e nos rituais religiosos.

Dentre os desafios, está pensar na garantia de permanência nas terras que lhe são de direito. Este território que faz parte atualmente de um processo de titulação, o qual anda a passos lentos, permite a continuidade deste grupo, sendo imprescindível não

só pelo direito à herança, mas pela condição de se criar e recriar práticas que contribuam para o seu fortalecimento.

Da mesma maneira, encontramos desafios na valorização e nos cuidados básicos na vida humana dos sujeitos detentores desses saberes, como a educação. Apontamos ações já existentes, como a da UNESCO que prevê ações de preservação aos detentores culturais aos quais reconhece como Tesouros Humanos Vivos. É preciso que todos se conscientizem de que a continuidade dos saberes culturais de grupos ou de uma sociedade, que contribuem para a diversidade cultural do mundo, existe por meio desses sujeitos, e que para essa continuidade é preciso lhes garantir uma boa qualidade de vida.

Os membros da família dos Eufrásios são interlocutores dos mecanismos de proteção do seu território e de suas práticas culturais, pois se encontram em constante transformação, criando laços e formas de manter suas tradições e cultura e também de qualificar suas ações políticas, com viés na luta pela terra na terra.

Em virtude dos fatos mencionados, destaco novamente a importância dos estudos acerca dos sujeitos detentores da cultura afro-brasileira e quilombola, que contribuem para diversidade cultural do país, assim como estudo e análise para compreensão dos seus saberes e modos de fazer, para garantir a continuidade de suas tradições culturais como reparo aos anos de tentativas de apagamento dessas memórias e pelo reconhecimento da importância destes saberes tradicionais na construção, sobretudo, de valores sociais na sociedade brasileira. Deste modo, reconhecendo a necessidade de ampliação da reflexão e da pesquisa de campo sobre o patrimônio cultural, a partir da estética das culturas afro-brasileira no campo da arte, afirmo haver possibilidade em dar continuidade a novas pesquisas.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Regina M. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria "conhecimento tradicional" no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: BARRIO, Ángel; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário H. (org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. 1 ed. Recife: Editora Massangana, 2010. 392 p. v. 1. p. 65-78. Disponível em: [ttp://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/10-inovacao_cultura-patrimonio_e_educacao.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/10-inovacao_cultura-patrimonio_e_educacao.pdf). Acesso em: 2 jan. 2022.

ABREU, Regina M. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do mestre da Arte. *In*: Abreu, Regina; Chagas, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2009. v. 1. p. 83-96. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/15-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022. ABREU, Regina;

CHAGAS, Mario (org.). **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Cowboy Anthropology”: nos limites da autoridade etnográfica. **Revista Entrerios**, Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, 1ª edição, p. 8-34, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/7237>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. Ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A Educação do Negro da Comunidade de Monte Alegre – ES**: em e suas práticas de desinvisibilização da cultura popular negra. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_102_PATR%20CDCIA%20GOMES%20RUFINO%20ANDRADE20131014-153454.pdf. Acesso em: 9 dez. 2019.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **Olhares sobre Jongos e Caxambus**: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1140/1/Tese.%20Patricia%20Gomes.%20texto.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ARAUJO, Noelia da Silva Miranda de; Andrade, Patrícia G. R.; Reginaldo, Sidineide V.; Cassiano, Gessi. Modo de Ser e Sentir: entrelaçando narrativas das crianças e professoras quilombolas. **Revista de Educação da Univas Pró-Educação**, [S.l.], p. 90-120, 2020.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Terras Negras: invisibilidade expropriada**. Textos e Debates - núcleo de Estudos Sobre identidade, e Relações Interétnicas: Terras e Territórios de Negros no Brasil. N° 2. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Departamento Ciências Sociais - CFH - UFSC, p. 7 – 24. 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

BARBOSA, Maria Helena Oliveira. [Entrevista concedida a] Luciana Cruz Carneiro. Guaçuí (ES), 30 abr. 2019. 1 arquivo.mp3 (44:55 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=3387. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. [2020].

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003** – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009** – PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais**; coordenação Maria Luiza Grabner. Brasília: MPF, 2018. 213 p. (Série manual de atuação; 2). Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/02_18_manual_de_atuacao_quilombolas.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Brasília: MEC, 2012. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN82012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARDOSO, Kênia Rezende. **Resgate da História da Comunidade Quilombola do Córrego do Sossego em Guaçuí/ES**. Disponível em: https://prosas.com.br/uploads/system/arquivos/arquivos/000/088/714/original/HIST%C3%93RICO_DA_COMUNIDADE_QUILOMBOLA_DO_C%C3%93RREGO_DO_SOSSEGO_EM_GUA%C3%87U%C3%8D-ES.pdf?1534443394. Acesso em: 30 jun. 2018.

CARNEIRO, Luciana Cruz; GUIMARÃES, Aissa Afonso. **Os Guardiões da Cultura: os desafios da produção e transmissão da cultura tradicional afro-brasileira pelos mestres do Ticumbi do Bongado**. Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento**. Série Antropologia. Brasília: UnB, n. 354, 2004. CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: 2 ed. Ed. UFMG, 2005. 459 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/370/1/323%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Leis e Normas federais destinados a população quilombola**. [Online]. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/278/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CUNHA JR, Henrique Antunes. Quilombo: Patrimônio Histórico E Cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 129. Fev./2012. Mensal. Ano XI. ISSN1519-6186.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias Dos Quilombos E Memórias Dos Quilombolas No Brasil: Revisitando Um Diálogo Ausente Na Lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 05-28, jul.– out. 2013.

ESTRUTURA organizacional. Palmares Fundação Cultural. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 01 set. 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: SANT'ANNA, Márcia G. de (org.). **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4 ed. Brasília: MINC-IPHAN/FUNARTE. 83 -98 p. 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio. *In*: Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicações. Brasília: Iphan/Minc, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura. **Quadro geral por Estados e Regiões**: Certidões expedidas e Comunidades certificadas. 2018. Atualizada até a portaria nº 316/2018, publicada no dou de 23/11/2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/COMUNIDADES-CERTIFICADAS-23-11-2018-site.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura. **Quadro geral por Estados e Regiões**: Certidões expedidas e Comunidades certificadas. 2019. Atualizada até a portaria nº 88/2019, publicada no dou de 13/05/2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-13-05-2019.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura. **Quadro geral por Estados e Regiões**: Certidões expedidas e Comunidades certificadas (Dados atualizados até a Portaria nº 36 de 21/02/2020) [On-line]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-3.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GEERTZ, Clifford. A arte como um sistema cultural. *In*: GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 142-181.

GOLTARA, Diogo Bonadiman. "**Dá um S na corrente**": A rede esotérico-umbandista às margens do Rio Itapemirim. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB, Brasil, 2014.

GOLTARA, Diogo Bonadiman. Caxambu da Velha Rita – Zumbi, Cachoeiro de Itapemirim. *In*: GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Jongos e Caxambus**: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. 1. ed. Vitória: UFES, ProEx, 2017. p. 141-152.

GOLTARA, Diogo Bonadiman. Ligando a corrente: Ensaio sobre a relação entre espiritualidade e socialidade nas irmandades religiosas de matriz africana no Vale do Itapemirim. **Relig. soc.**, v. 36, n. 1, jun. 2016, p.34-55. ISSN 0100-8587.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38-47, dez. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296/1392>. Acesso em: 14 ago. 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da Perda** – os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc-IPHAN, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santo. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos *et al.* (org.). A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. Alimentação. **Revista Estudos Históricos**, Editora CAT Torres, v. 1, n. 33, p. 40-55, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2210/1349>. Acesso em: 24 jun. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos *et al.* (org.). **Alimentação e cultura popular**. Rio de Janeiro: FUNARTE/CNFCP, 2002.).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos *et al.* A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. *In*: GONÇALVES, José Reginaldo Santos *et al.* (org.). **Alimentação e cultura popular**. Rio de Janeiro: FUNARTE/CNFCP, 2002. p. 7-16. (Série encontros e estudos, n. 4).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan/jun 2005.

GRADA, Kilomba. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019. 249 p.

GUIMARÃES, Aissa Afonso. “Caxambu Alegria de Viver”: memória e patrimônio afro-brasileiro em Vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim - ES). *In*: 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014, Natal/RN. **Anais [...]**. Natal, 2014. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402016868_ARQUIVO_TextoCaxambuAlegriadeViverAissa.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

GUIMARÃES, Aissa Afonso. Memória de mestres e ancestralidade no Caxambu Alegria de Viver, vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim). *In*: GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Jongos e Caxambus**: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. 1. ed. Vitória: UFES, ProEx, 2017, p. 121-130.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Jongos e Caxambus**: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo.1. ed. Vitória: UFES, ProEx, 2017. 378 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 2006. p. 131-160.

HELLER, Eva. **A Psicologia das Cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. São Paulo: GG Brasil, 2012.

INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2020 - 2023**. Guaçuí. Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca. Governo do Estado do Espírito Santo. p-76, 2020 Disponível em:

<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Guacui.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IPHAN. **Dossiê 19 – Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Edição: 2010. Páginas: 196. Publicação Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_de_registro-O_Sistema_Agricola_Tradicional_do_Rio_Negro.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

IPHAN. **Dossiê 5 – Jongo no Sudeste**. Autor: DPI/Iphan, Edição: 2007. 92 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Jongo, patrimônio imaterial brasileiro**. [On-line]. 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/JongoPatrimonio%20Imaterial%20Brasileiro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial: Fortalecendo o Sistema Nacional**. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional – IPHAN. Brasília, 2014. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228561>. Acesso em: 1 set. 2020.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: Enciclopédia EINAUDI, Memória-História, v. 1. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. p. 11-50 e 293-310.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

MACIEL, Cleber. **Origem dos Negros no Espírito Santo**. Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016a. p. 53-67: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

MACIEL, Cleber. **As Lutas Contra a Escravidão**. Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016b. p. 93 a 104: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

MACIEL, Cleber. **O Fim da Escravidão**. Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016c. p. 107 a 115: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em:

https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **História da Construção de Guaçuí-ES: Aspectos da formação urbana no Vale do Itabapoana Capixaba (1920-1960)**. 2020. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2020. Disponível em: <http://geografia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGG/detalhes-da-tese?id=14438>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MOURA JUNIOR, Clair Cunha. **Caxambu, olhares para além do Horizonte**. 2013. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2103/1/tese_6640_UNIVERSIDADE%20FEDE%20DO%20ESP%C3%84RITO%20SANTO%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Completa.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

MUNANGA, Kabengele. Território e Territorialidade como Fatores Constitutivos das Identidades Comunitárias no Brasil: Caso das Comunidades Quilombolas. *In*: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (org.). **Patrimônio cultural, territórios e identidades**. Florianópolis: Atilênde, 2012. p. 15-20. Disponível em: https://oleirosdesaojose.files.wordpress.com/2013/12/livro_patrimonio_final_web.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. (Coleção Viver, Aprender).

NASCIMENTO, Aline Meireles do. **Reis em devoção, o ticumbi de Conceição da Barra: ritual, memória e tradição**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/10147/1/tese_12411_disserta%C3%A7%C3%A3o.vers%C3%A3ofinal.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

NASCIMENTO, Bruno César. **Viagens à Capitania do Espírito Santo: 200 anos das expedições científicas de Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire/Bruno César Nascimento**. 2. ed. rev. amp. Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018. 166p.: 21 cm.: il. -- (Coleção Canaã, v. 27). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Viagens_%C3%A0_Capitania_do_Esp%C3%A0rito_Santo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

NOGUEIRA, Liliane, Rosa. **A Educação das relações étnico-raciais no currículo de uma escola quilombola no município de Guaçuí – ES**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Alegre, 2020, p. 235. Disponível em: <https://ensinoeducacao.algre.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGEEDUC/detalhes-da-tese?id=14149>. Acesso em: 16 jan. 2021.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** *In:* Projeto História, v. 10, PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 1993 [1981]. p. 7-28.

NOVAES, Maria Stella de. **A Escravidão e a abolição no Espírito Santo:** história e folclore. 2. ed. Vitória: AEL, 2010.

OLIVEIRA, Marciano de. [Entrevista cedida a] Luciana Cruz Carneiro. Guaçuí (ES), 30 abr. 2019.1 arquivo.mp3 (44:40 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016-a. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/85_0019032.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Caxambu da Santa Cruz: uma referência cultural da comunidade quilombola de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim). *In:* GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Jongos e Caxambus:** culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. 1. ed. Vitória: UFES, ProEx, 2017. p. 131-140.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel;** organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016a. 282 p.: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O Fim da Escravidão.** Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016b. p. 107 a 115: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Quilombos: territórios e Patrimônio Cultural.** Negros no Espírito Santo / Cleber Maciel; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória, (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016c. p. 193 a 200: il. – (Coleção Canaã, v. 22). Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioloLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Projeto Político de um Território Negro:** Memória, cultura e identidade quilombola em Retiro - Santa Leopoldina - ES/ Osvaldo Martins de Oliveira. Vitória: Editora Milfontes, 2019. 358 p.: 23 cm.: il.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; RODRIGUES, Luiz Henrique. Quilombolas e transmissão cultural do jongo na comunidade de São Cristóvão, São Mateus (ES). *In:* OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de

Antropologia, p. 159-170, 2016d. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/85_0019032.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; MULLER, Cíntia Beatriz. Considerações finais direitos quilombolas: identidade, Práticas culturais e território. *In*: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016e p. 315-326. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/85_0019032.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ. **Festa cultural marca certificação de comunidade quilombola**. 2019. Disponível em: <https://guacui.es.gov.br/noticia/2018/05/festa-cultural-marca-certificacao-de-comunidade-quilombola.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PRIMO, Judite. Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 28, n. 28, 11. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/45>. Acesso em: 16 ago. 2021.

QUILOMBOLAS NO BRASIL. **Comissão Pró-Índio de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>. Acesso em: 1 set. 2021.

RIBEIRO, Licide Meyer Pinto. Negros Islâmicos No Brasil Escravocrata. **Revista USP**, v. 91, p. 139-153, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i91p139-153>. Acesso em: 1 set. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Edição I, São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SECULT. SECRETARIA DE CULTURA. **Atlas do Folclore Capixaba**. Coord. Humberto Capai. SECULT/SEBRAE, Produção Usina de Imagem. Ed. Eletrônica. Vitória, Espírito Santo, 2009. 206 p. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Livros/Atlas%20do%20Folclore%20Capixaba.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; JOVINO, Ione Silva, MUNIZ, Kassandra Silva. Letramento de reexistência – um conceito em movimentos negros. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial, Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p. 1-11, Janeiro de 2018.

Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/526/448>. Acesso em: 1 set. 2021.

SOUZA, Ana Lucia Silva. **Letramentos de reexistência**: culturas e identidades no movimento hip hop. 2009. 219 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269280/1/Souza_AnaLuciaSilva_D.pdf. Acesso em: 1 set. 2021. SOUZA, Leal de. **O Espiritismo, a Magia e as Sete Linhas de Umbanda**. Rio de Janeiro, 1933. Disponível em: <https://www.casaespiritisaopedro.com.br/livros/O-Espiritismo-a-magia-e-as-sete-linhas-deumbanda-leal-de-souza.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TEODORO, Miguel A. **Guaçuí, Ensaio e História**: colonização, desenvolvimento e cultura. Club dos Autores, Guaçuí, 2014. 354 p. :il.

THOMPSON, Barbara. **Entre Cruzeiros E O Túmulo Da Cigana Kostichi** - Símbolos demarcadores de memórias sociais e identidades religiosas no cemitério de Santo Antônio, Vitória (ES). 2017. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2017. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11039_Disserta%E7%E3o%20Barbara%20Thompson%20-%20Vers%E3o%20Banca.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. *In*: DINIZ, Eli; LOPES, J.S; Luiz; PRANDI, Reginaldo (org.). **Ciências Sociais hoje**. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1993. p. 9-20.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

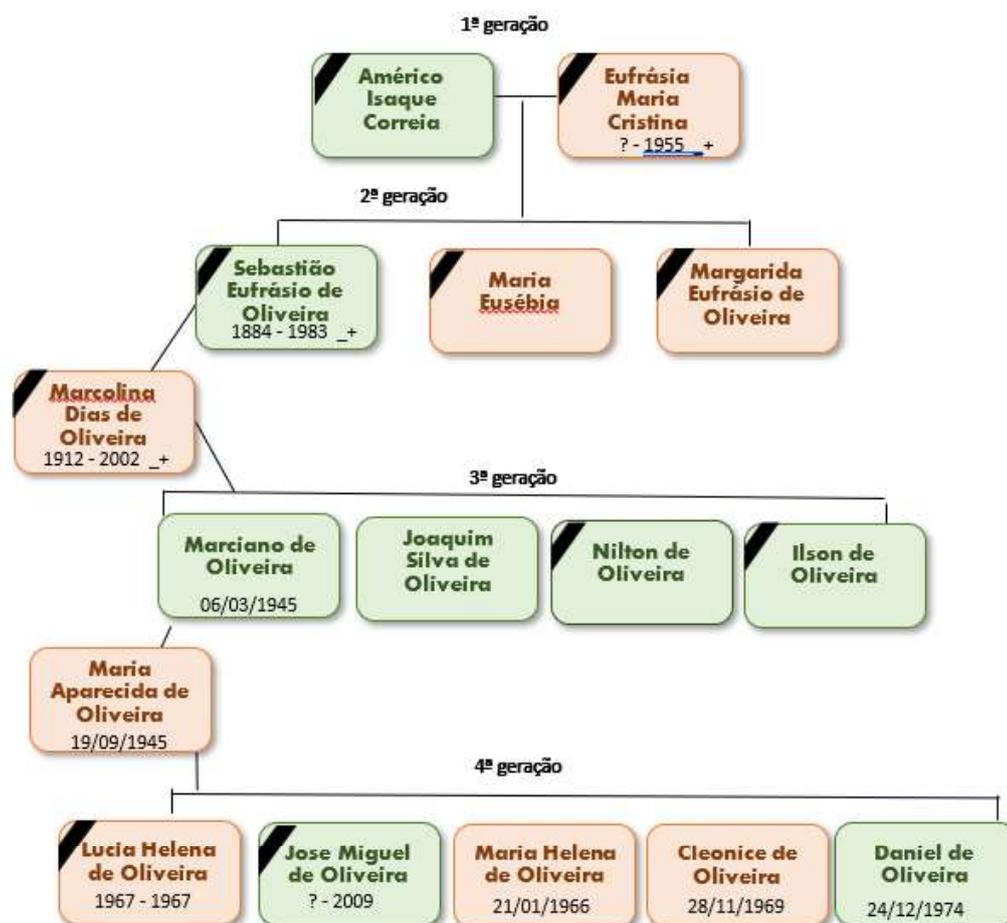
UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. Brasil. PI-H-1.2007. Disponível em: <http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expresso es-culturais-unesco-2005.pdf>. Acesso em: 30 de dez. de 2020.

VAZ, Beatriz Accioly. Os grilhões do patrimônio: reflexões sobre as práticas do lphan relacionadas aos quilombos, **Revista CPC**, São Paulo, n. 17, p. 35-46, nov. 2013/abr. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/69153/71607/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

VELTHEM, Lucia. EMPERAIRE, Laure (org.). **Manivas. Aturás. Beijus. O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro Patrimônio Cultural do Brasil**. Santa Isabel do Rio Negro, ACIMRN, 2016. 1ª Edição. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0111.pdf> . Acesso em: 29 mar. 2020.

APÊNDICE A – ÁRVORE GENEALÓGICA 1º A 4ª GERAÇÃO FAMÍLIA DOS EUFRÁSIOS.

ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA DOS EUFRÁSIOS:
PRIMEIRA A QUARTA GERAÇÃO



Legenda:



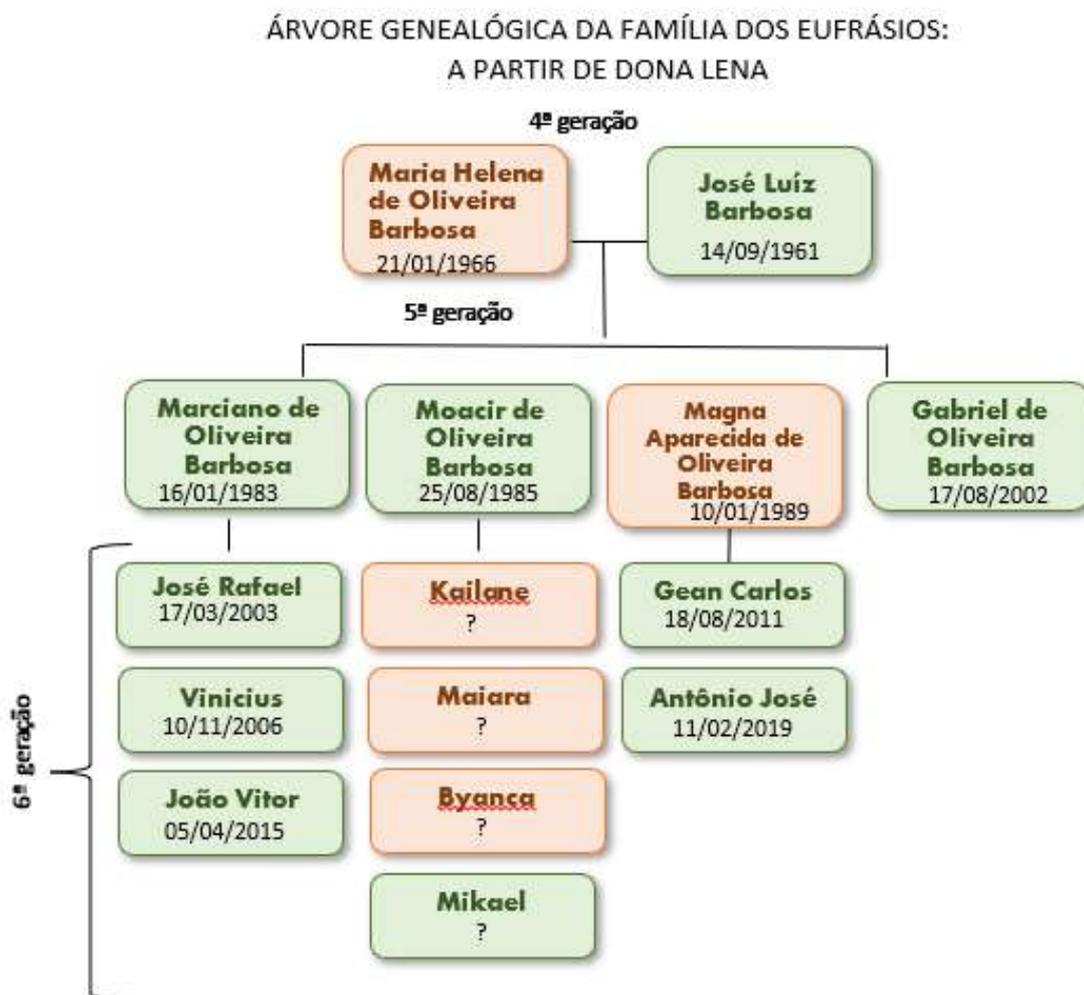
- Falecido

?

- Data não informada

- + - Ano aproximado

APÊNDICE B – ÁRVORE GENEALÓGICA A PARTIR DE MARIA HELENA DE OLIVEIRA BARBOSA



Legenda:



- Falecido

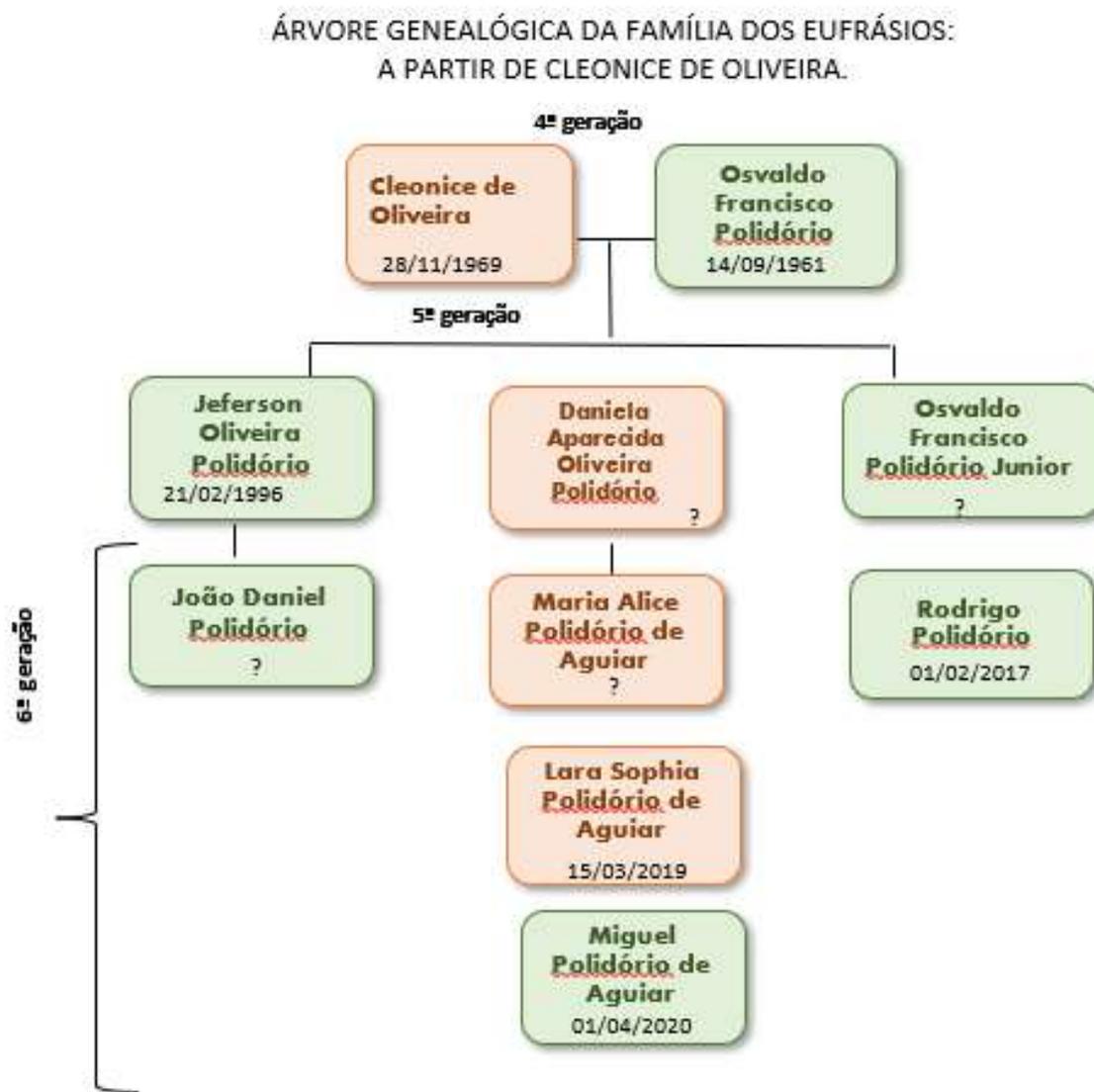
?

- Data não informada

- + - Ano aproximado

Observação: A Família dos Eufrásios está na 7ª geração, a relação com todos os integrantes, incluindo os (as) cônjuges/companheiros (a) será inserido no trabalho final através de folha A2.

APÊNDICE C – ÁRVORE GENEALÓGICA A PARTIR DE MARIA HELENA DE OLIVEIRA BARBOSA



Legenda:



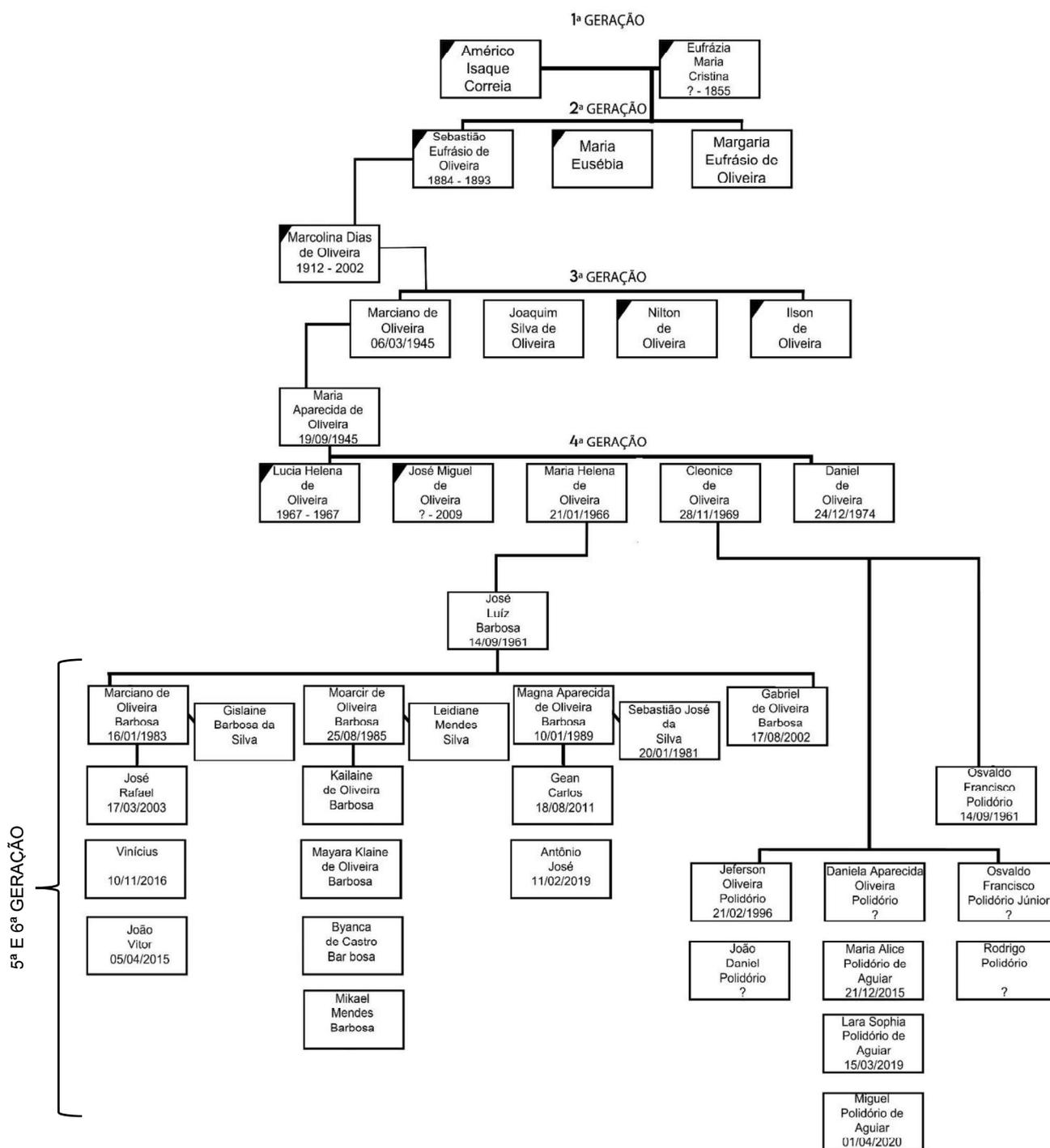
- Falecido

?

- Data não informada

- + - Ano aproximado

APÊNDICE D – ÁRVORE GENEALÓGICA COMPLETA



Legenda:



- Falecido



- Data não informada

- + - Ano aproximado

ANEXO A – REPORTAGEM 2017

18/07/2021

Comunidade de Guaçuí busca certificação como Quilombola

GERAL

Comunidade de Guaçuí busca certificação como Quilombola

Com o documento, eles serão reconhecidos como descendentes afro brasileiros, e vão, além de ter novas oportunidades culturais, também resgatar a história e a cultura para o município

Redação Folha Cachoeiro

02 de Novembro de 2017 às 09:31
Atualizado 02/11/2017 09:31:19

▶ Ouça esta notícia ou compartilhe com quem não pode ler
0:00

Uma comunidade localizada no Córrego Sossego, na zona rural de **Guaçuí**, está buscando a sua certificação como quilombola. Com o documento, os membros poderão ser reconhecidos como descendentes afro brasileiros, o que poderá trazer novas oportunidades culturais e de geração de renda, além do resgate histórico para o município.



PUBLICIDADE

<https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/11/2017/comunidade-de-guacui-busca-certificacao-como-quilombola>

1/2

Fonte: Site do Jornal Folha Vitória. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/11/20-17/comunidade-de-guacui-busca-certificacao-como-quilombola>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ANEXO B – REPORTAGEM 2018



MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES

AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

COMUNIDADE TEM CERTIFICAÇÃO QUILOMBOLA CONFIRMADA EM GUAÇUÍ

A COMUNIDADE FICA LOCALIZADA NO CÔRREGO SOSSEGO, ZONA RURAL DE GUAÇUÍ, E PROCESSO CONTOU
COM APOIO DO MUNICÍPIO



Publicado em 08/03/2018 às 13:46 (Atualizado em 18/07/2021 às 11:56), postado por: Fanta; Assessoria de Comunicação Prefeitura de Guaçuí. Foto: Divulgação Semag

A comunidade localizada no Córrego Sossego, na zona rural de Guaçuí, teve sua certificação, como Quilombola, confirmada. A Portaria assinada pelo presidente da Fundação Cultural Palmares, Eivaldo Oliveira da Silva, certifica a comunidade como remanescentes de Quilombo, o que está registrado no Livro de Cadastro Geral nº 018, Registro nº 2.574 fl.195 ? Processo nº 01420,100046/2018-87.

Com esta certificação, os membros da comunidade podem ser reconhecidos como descendentes afrobrasileiros. O que, agora, poderá trazer novas oportunidades culturais e de geração de renda, além do resgate histórico para o município.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura (Semag), de Guaçuí, que vinha acompanhando e dando apoio ao processo, a comunidade conta com aproximadamente 30 famílias que vivem da

ANEXO C – REPORTAGEM 2019



MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES

AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**COMUNIDADE DE GUAÇUÍ REALIZA 2ª FESTA DE
RECONHECIMENTO QUILOMBOLA**FESTA ACONTECEU NO TERREIRO DA CASA DA DONA LENA, NUM EVENTO ORGANIZADO PELOS MEMBROS DA
COMUNIDADE E A PREFEITURA

Publicado em 10/06/2019 às 18:15 (Atualizado em 04/09/2021 às 05:27), postado por Comunicação Guaçuí , Fonte: Agricultura de Guaçuí

A comunidade do Córrego Sossego realizou sua 2ª Festa de Reconhecimento Quilombola, neste domingo (9), com muita cultura e culinária afrobrasileira. Tudo aconteceu no terreiro da casa da Dona Lena, próxima à Cachoeira do Carlito, num evento organizado pelos membros da comunidade e a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Mais uma vez, quem comandou a festividade, assim como lidera sua comunidade, foi Maria Helena de Oliveira Barbosa, a Dona Lena. Ela deu as boas vindas a todos e abriu a festa, além de, junto com outras mulheres, preparar as delícias típicas que foram servidas aos visitantes que apareceram para prestigiar o evento. Teve broa de milho e de melado, café de garapa e doces diversos, e uma saborosa feijoada completa, tutu, canjiquinha e canjição. A festa contou, ainda, com a apresentação de capoeira, bate flecha, banda de música, jongo e caxambu, seguido de música ao vivo.

ANEXO D – REPORTAGEM 2019



MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES

AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GUAÇUÍ COMEMORA DIA DA ABOLIÇÃO

A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CÓRREGO SOSSEGO REALIZOU FESTIVIDADES PARA MARCAR O DIA 13 DE MAIO E DOMINGO, DIA 19, VAI COMEMORAR UM ANO DE CERTIFICAÇÃO



Publicado em 13/05/2019 às 16:17 (Atualizado em 01/09/2021 às 19:25), postado por Comunicação Guaçuí, Fonte: Agricultura de Guaçuí

Em um ambiente de fé e sincretismo religioso, a comunidade Quilombola do Córrego Sossego, realizou festividades para marcar o dia 13 de Maio, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil. A festa aconteceu neste domingo (12) e na segunda-feira (13), quando a comunidade recebeu representações religiosas de outras localidades nos dois dias.

Como é tradição, o grupo de denominação espírita cristã que também assimila expressões culturais afro-brasileiras recebeu cada grupo que chegava vindo de outros municípios da região e até do Rio de Janeiro com cantos e rezas, seguindo em procissão até a casa de oração. No domingo, um total de 11 grupos vindos de outras localidades esteve na comunidade da zona rural de Guaçuí. Além das bandas tocando os cânticos, os grupos também participaram do bate-flecha e de um almoço comunitário.

A festa do dia 13 de maio é uma tradição na comunidade, que fica próxima à Cachoeira do Carlito e teve seu certificado como Quilombola confirmado, no início de 2018, em Portaria da Fundação Cultural Palmares como remanescentes de Quilombo. Certificado que foi entregue

ANEXO E – REPORTAGEM 2021



MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES

AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SECRETARIAS DE AGRICULTURA E DE CULTURA SE UNEM PARA DESENVOLVER O AGROTURISMO NO MUNICÍPIO

ENTRE AS POSSÍVEIS ROTAS DO TURISMO RURAL, UM DOS LOCAIS EM DESTAQUE NA REUNIÃO FOI A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GUAÇUÍ.



Publicado em 02/02/2021 às 10:19 (Atualizado em 10/09/2021 às 18:45), postado por Comunicação Guaçuí, Fonte: Secretaria de Agricultura

Finalizando o primeiro mês à frente da nova administração, a Secretaria Municipal de Agricultura segue os trabalhos em busca de fortalecer parcerias que promovam o desenvolvimento da Agricultura do município. E na semana passada foi realizada uma reunião junto a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, para conversar sobre o Agroturismo no município, buscando caminhos para estreitar relações com as secretarias e outras instituições, como o INCAPER. O intuito desta união é alavancar o turismo no município, e juntamente com os agricultores locais, poder explorar os potenciais turísticos nas zonas rurais de Guaçuí.

Entre as possíveis rotas do turismo rural, um dos locais em destaque na reunião foi a Comunidade Quilombola de Guaçuí, que possui grande potencial para receber turistas, pela história que ela traz e também pelas belezas naturais, como a famosa Cachoeira do Carlito, onde

ANEXO F – REPORTAGEM 2021



MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ-ES

AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**COMUNIDADE QUILOMBOLA CÓRREGO DO SOSSEGO
REALIZA OFICINAS DE CULINÁRIA TRADICIONAL**AS OFICINAS FORAM DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E
INCAPER.

Publicado em 02/06/2021 às 08:48 (Atualizado em 17/07/2021 às 11:29), postado por Comunicação Guaçuí. Fonte: Secretaria de Agricultura

Aconteceram nos dias 24 e 27 de maio as oficinas de culinária tradicional à base de fubá, na Comunidade Quilombola Córrego do Sossego. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Incaper, faz parte de um projeto da própria comunidade, o qual foi selecionado pela SECULT no edital 2019 - SELEÇÃO DE PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL CAPIXABA.

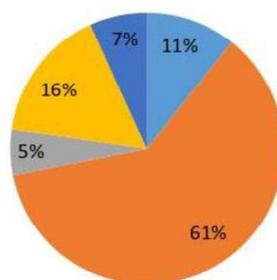
Para os organizadores, esse resgate de receitas, as preparações e cuidados envolvidos com alimentação precisam voltar a fazer parte dos hábitos das casas brasileiras. O Guia Alimentar Para População Brasileira, do Ministério da Saúde, destaca que no Brasil e em muitos outros países, o processo de transmissão de habilidades culinárias entre gerações vem perdendo força e as razões para isso são complexas.

O preparo das receitas ultrapassa a técnica em si, envolvendo momentos prazerosos, os quais

ANEXO H – DETALHE DA TABELA EM DESTAQUE, QUADRO GERAL DE CERTIFICAÇÕES POR REGIÃO.

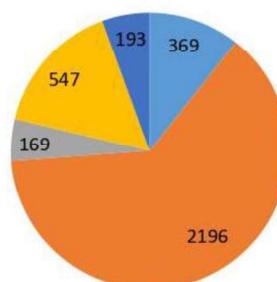
QUADRO GERAL POR REGIÃO			
Nº	UF	Nº CRQs (Certidões)	Nº CRQs (Comunida
1	NORTE	300	369
2	NORDESTE	1727	2196
3	CENTRO-OESTE	151	169
4	SUDESTE	450	547
5	SUL	191	193
TOTAL POR ANO:		2819	3.475

Certidões emitidas por região



■ NORTE ■ NORDESTE ■ CENTRO-OESTE ■ SUDESTE ■ SUL

CRQs reconhecidas por região



■ NORTE ■ NORDESTE ■ CENTRO-OESTE ■ SUDESTE ■ SUL

ANEXO I – CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DE REMANESCENTE DE
 QUILOMBO COMUNIDADE CÓRREGO DO SOSSEGO

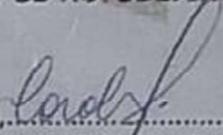


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

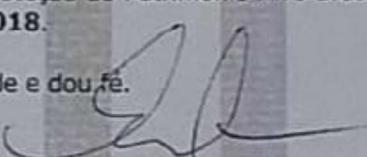
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação n.º 01420.100046/2018-87. **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE CÓRREGO DO SOSSEGO**, localizada no município de Guaçu/ES, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro n.º 2.574, fl. 195, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS.**

Eu, **Carolina Conceição Nascimento**, (Ass.), 
 Diretora do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí.
 Brasília/DF, **05 de março de 2018.**

O referido é verdade e dou fé.


Erivaldo Oliveira da Silva
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares

ANEXO J – FOTOGRAFIA DO RECEBIMENTO DA 1º DOSE DA VACINA CONTRA CORONAVÍRUS. CÓRREGO DO SOSSEGO 23/04/2021.



Fonte: Magna Aparecida Oliveira Barbosa.